

CADERNOS



AFRO MEMÓRIA

volume 3 * número 1
ISSN: 2965-2693

Soweto Organização Negra e as políticas de igualdade racial

AFRO 

Núcleo de Pesquisa
e Formação em Raça,
Gênero e Justiça Racial



CADERNOS AFRO MEMÓRIA

Editores

Paulo Cesar Ramos

[Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisador de Pós-doutorado da Unicamp. Pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP]

Guilherme Lassabia de Godoy

[Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador no Afro-CEBRAP]

Maria Júlia Venâncio Ananias

[Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo e pesquisadora no Afro-CEBRAP]

Curadoria e Pesquisa

Guilherme Lassabia de Godoy

Maria Júlia Venâncio Ananias

Projeto gráfico

Luiza De Carli [Bacharel em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

NÚCLEO AFRO CEBRAP

Coordenação Institucional

Huri Paz [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)]

Coordenação de Comunicação

Agnes Sofia [Jornalista e doutoranda em linguística aplicada pela Unicamp]

Equipe Afro Memória

Mário Medeiros [Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e professor do departamento de Sociologia da UNICAMP]

Aldair Rodrigues [Ex-diretor (2020-22) e diretor adjunto (2017-20) do Arquivo Edgard Leuenroth e professor do departamento de História da UNICAMP]

Paulo César Ramos

Daniela Vieira [Coordenadora da linha de pesquisa Hip-Hop em Trânsito (Cemi/Unicamp)]

Guilherme Lassabia de Godoy

Maria Júlia Venâncio Ananias

Contato

afro@cebrap.org

afromemoria@cebrap.org.br

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

R. Morgado de Mateus, 615
Vila Mariana, São Paulo - SP
CEP 04015-051



Parceria



Apoio



Ford Foundation

IBIRAPITANGA



SUMÁRIO

RECADADO AO LEITOR * Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.

- 5 **Flavio Jorge, uma trajetória de articulação política**
* Paulo Ramos e Flávia Rios
- 9 **Apresentação**
* Mágda Isabel do Nascimento
- 15 **Contribuição da Soweto Organização Negra: do acervo à memória do movimento negro paulista e brasileiro** * Alva H. de Almeida
- 19 **Soweto: um Levante atuante há 32 anos**
* Romildo Ibeji
- 25 **Para as "populações Afro-brasileiras": Soweto Organização Negra: história, documentação e o arranjo de uma coleção digital**
* David Lacerda
- 30 **A experiência da catalogação participativa do Acervo Soweto Organização Negra**
* Maria Júlia Venâncio Ananias
- 35 **As lutas da Soweto e a implementação da Lei 10.639: reflexões sobre uma experiência de estágio na licenciatura em História (Unicamp)** * Alison B. Martins de Almeida, Bruno Alberto Martins, Danilo Mendonça e Jean Rodrigues Lamão
- 40 **Protagonismo das mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial: vidas regadas a resiliência e insubmissão** * Matilde Ribeiro
- 45 **O núcleo de Mulheres Negras da Soweto: cumplicidade, ousadia e solidariedade**
* Mágda Isabel do Nascimento
- 51 **À luz de Sueli: o movimento negro brasileiro parido nas/pelas mulheres negras**
* Lucas Scaravelli da Silva
- 57 **Nossa luta vem de longe: duas décadas da Lei 10.639/2003** * Priscila B. Franco, Raquel A. Martins e Suelma Inês de D. Branco
- 61 **A Saúde da População Negra e a Soweto**
* Danilo de Souza Moraes
- 67 **Mudar o mundo à sua volta para acabar com o racismo** * Gevanilda Santos
- 72 **Conjuntura: as expectativas e dificuldades do ano de 2024** * Flavio Jorge



*Em junho de 2024, quando já organizávamos esta edição dedicada à Coleção Soweto Organização Negra, **Flávio Jorge Rodrigues da Silva**, um de seus dirigentes, fez sua passagem. Além de ser uma das principais lideranças do movimento negro brasileiro, ele também viu este projeto Afro Memória nascer e crescer, sendo um ativo colaborador, seja na doação do acervo da SON seja nos debates que promovemos. Como não poderia deixar de ser, deixamos aqui nossa homenagem e registramos a imprescindibilidade de uma referência que lutou a vida toda.*

FLAVIO JORGE, UMA TRAJETÓRIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Paulo Ramos

Doutor em Sociologia e Coordenador
do Projeto Afro Memória

Flávia Rios

Pesquisadora do Afro Cebrap e Professora da
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Entre o partido político e o movimento negro, Flavio Jorge, o Flavinho, marcou a história política brasileira. Suas marcas, todavia, não aparecem tão visíveis para as novas gerações, que estão acostumadas com a construção de personalidades midiáticas. A trajetória de Flavio Jorge como militante negro de partido se entrelaça com o protesto de negras e negros brasileiros contra o preconceito, desigualdades e as discriminações raciais até a institucionalização de um espaço governamental de combate ao racismo no âmbito federal.

Fruto das camadas populares, Flávio Jorge nasceu na cidade de Paraguaçu Paulista, em 7 de fevereiro de 1953. Filho de Francisco Jorge da Silva e de Lydia Rodrigues Jorge da Silva. Neto de migrantes mineiros que foram para São Paulo em busca de melhores oportunidades de vida, Flavio também narrou em seus depoimentos que a herança da escravidão está grafada na sua linhagem familiar. De origem camponesa, pobre, de família trabalhadora das roças, morou em fazendas onde trabalhava com seus pais, e essa marca discreta de quem teve trajetória junto ao mundo rural se fez presente em seu ambiente familiar e deixou marcas em sua vida toda.

Como boa parte de família de origem social pouco abastada, Flavio Jorge refugiou-se no estudo para atingir progresso na vida. Formou-se técnico em Contabilidade no interior de São Paulo e mudou-se para a capital paulista a procura de emprego. Seu primeiro emprego na capital foi como *office boy*. Do trabalho para o ensino superior não foi um pulo. Tentou diversos vestibulares públicos, mas não obteve sucesso. Como alternativa ingressou na Universidade Católica para que tivesse chances de conquistar um emprego com maior qualificação.

Na PUC de São Paulo, faz o curso de Ciências Contábeis. Lá começa a ter um contato com a vida política e se engaja nos coletivos e movimentos sociais. Chega em 1974. Contexto de Ditadura Militar. Nesse momento bebe dos debates promovidos por estudantes, docentes e grupos políticos organizados. Se envolve com a Liga Operária. É seu batismo no trotskismo. Todas as suas energias políticas são forjadas nesse engajamento social em torno da luta contra a política econômica e contra o autoritarismo de Estado. Vive intensamente o movimento estudantil dentro e fora da universidade. Lá também se projeta dentro das organizações semiclandestinas socialistas.

É no contexto da redemocratização que Flavio se envolve com a questão racial como nunca antes. O Brasil vivia a intensidade da luta pela renovação democrática contra o autoritarismo de Estado. Esse ambiente fervoroso, junto aos demais estudantes negros daquela universidade, fez com que se unissem, realizassem reuniões e formasse grupos de ação coletiva de combate ao racismo.

Desse período efervescente, Flavio Jorge conhece e vive o ambiente intelectual e crítico do grupo fundador da Coluna Afro-latino-América. Se envolve com Hamilton Cardoso, Rafael Pinto, Milton Barbosa e Jorge Pinheiro e Astrogildo Esteves - este último, o nome mais enfatizado pelo próprio Flávio como responsável pela sua entrada na luta negra. Nessa experiência indireta com o Núcleo Negro Socialista, Flavio Jorge colabora com a distribuição do Jornal Árvore das Palavras e atua fortemente com seus colegas universitários. Dessa experiência, Flavio junto aos jovens universitários fundam o núcleo negro da PUC, em 1979.

Quando da formação do Partido dos Trabalhadores, Flavio Jorge, em comum acordo com seus amigos negros e da esquerda socialista, ingressam no partido desde a sua fundação e construíram a participação deles no campo partidário. No partido político, intelectuais como Lélia Gonzalez e Florestan Fernandes são referências vivas para a construção partidária no tocante ao projeto democrático, participativo e antirracista a qual se vinculou Flavio Jorge.

Atuando fortemente nos anos da democratização, Flavio Jorge conhece Gevanilda Santos, sua companheira no Grupo Negro da PUC, fazem diversas atividades políticas de construção partidária, mas vêem também a necessidade de construir uma organização negra. Foi assim que como saldo do contexto efervescente do centenário da abolição e da abertura política promulgação da constituição federal de 1988, viram a necessidade de mais uma entidade política. No início de 1991, criam a Soweto Organização Negra, quando o movimento negro em geral intensifica seu processo de organização institucional.

Dessa articulação, Flavio Jorge junto aos demais militantes percebem a importância de fortalecer as organizações negras brasileiras que foram gestadas desde o contexto da ditadura militar até o momento da retomada democrática. Foi assim que pensaram no ENEN, o Primeiro Encontro do Nacional de Entidades Negras Realizado no estádio do Pacaembu, o ENEN teve um impacto estrondoso para o desenvolvimento da consciência racial e para o próprio desenvolvimento da mobilização negra brasileira. Foi um momento de visibilidade e voz. Como saldo deste encontro, surge a Coordenação Nacional de Entidades Negras, uma organização guarda-chuva, e grande salto para a luta antirracista político-institucional no Brasil, cuja secretaria executiva, Flávio compôs enquanto viveu.

Para essa culminância da articulação de Flavio Jorge, muitas vezes nos bastidores da vida política, é preciso notar seu vínculo político com Luiza Erundina. Quando esta foi eleita vereadora em São Paulo em 1983, Flavio Jorge foi seu assessor. O mesmo se deu quando ela se tornou prefeita. Nesse momento, ele estava na prefeitura de São Paulo, na qualidade de assessor do poder executivo da maior cidade da América Latina. Com essa movimentação política, Flavio consegue conceber e produzir a estrutura para a construção do ENEN, prevendo a chegada de mais de 500 delegados de diferentes entidades de todas as regiões do Brasil.

Com esse trânsito e com forte engajamento para dentro do partido, Flavio Jorge se torna figura importante para a criação da secretaria dentro do PT, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. No histórico congresso petista de 1995, Flavio se alinha ao campo majoritário do partido, e é eleito o primeiro secretário Nacional de Combate ao Racismo. Esse foi um momento de muito enfrentamento político-partidário. Apesar das fortes resistências, o projeto negro partidário saiu vitorioso. Ao deixar a SNCR, em 1997, ele passa a ocupar a executiva do PT. Nas eleições de 2002, ele é um dos membros do Grupo de Trabalho Eleitoral que conduziria Lula à sua primeira vitória. Flavio desempenhou um papel central na



articulação com os movimentos sociais e o PT, o que fez até o último dia da sua vida.

Das eleições de 2002, emerge a proposta de políticas de igualdade racial que marcarão a atuação de pessoas negras nas políticas públicas no Brasil e no mundo. A articulação em que Flavio Jorge esteve no centro produziu a primeira-ministra da Secretaria de Igualdade Racial Matilde Ribeiro.

No período seguinte, Flavinho fez a opção de se manter em São Paulo, onde os movimentos sociais são mais atuantes. Durante oito anos foi diretor financeiro da Fundação Perseu Perseu Abramo, o *think tank* do PT. Dali, incentivou e orientou dezenas de lideranças negras no Partido do Trabalhadores e no movimento negro. Sua passagem por lá foi marcada pela inserção da questão racial no repertório da instituição. Debates, pesquisas e publicações sobre política, socialismo e racismo foram o legado de Flávio na instituição.

Outro espaço importante ocupado por ele

foi a direção do Instituto Lula, como um articulador no movimento negro com o IL, sendo um ator ímpar que conectou movimentos negros, atuação partidária, inserção institucional num momento de profícua agitação e articulação de atores políticos negros de esquerda. Flavio era presença de relevo nos atos de rua ou nos gabinetes, bom como na organização das Marchas da Consciência Negra da cidade de São Paulo. No último período, ele articulou a presença negra na resistência ao golpe contra Dilma, sendo um interlocutor da Frente Brasil Popular e na criação da Convergência Negra, no contexto do avanço do conservadorismo.

Atuante em inúmeras frentes, ele também gostava de trabalhar com pesquisadores, estudantes e acadêmicos. Nas suas últimas conversas com o mundo acadêmico, estava animado com os projetos dedicados à memória negra, incluindo este Afro Memória, do qual ele era um apoiador, partícipe e entusiasta.

VIVA ANGOLA

*COMEMORAÇÃO ANO 7 DA INDEPENDÊNCIA
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA*

19 e 20 NOV-6^a e SÁB-19 HORAS

- SHOW CANTOR ANGOLANO
LUIZ N'GAMBI
- POESIA
- PALESTRA
- EXPOSIÇÃO CARTAZES,
JORNALIS E REVISTAS

“SENTINELA”
ESPAÇO CULTURAL INDEPENDENTE
RUA ERASMO BRAGA, 950
P. ALTINO - OSASCO

ENTRADA GRÁTIS

**VENDA DE
DISCOS E LIVROS**



APRESENTAÇÃO

Mágda Isabel do Nascimento

Mestre em Ciências Sociais (UFSCar), cursando pós *lato sensu* em Especialista em Docência na Educação Superior - IFSP, ativista na Soweto - Organização Negra.

Os textos apresentados para a 5ª edição do Cadernos Afro Memória, retratam a Soweto – Organização Negra, desde sua fundação até os dias atuais, nos proporcionando um passeio literário, histórico, político e cultural no cotidiano da organização social que desde sempre tem a luta antirracista como seu cerne, seu eixo central.

“Ao perguntar o que se faz para mudar o mundo?” no artigo: *Mudar o mundo a sua volta para acabar com o racismo*, a autora inicia uma reflexão atual que pretende avançar no debate fazendo uma retrospectiva das ações de combate ao racismo efetivadas pelo movimento social, na luta pela democracia e na luta negra que, para ela, fortaleceu a identidade negra. É um movimento que hoje em conjunto com outros grupos sociais, como indígenas, sem-terra, LGBTQI+, reivindicam os seus direitos.

Considera que o caráter fenotípico do racismo de modo unilateral induz a compreensão equivocada do papel do racismo na sociedade brasileira, na medida em que negligencia outro aspecto reverso do racismo: a pobreza. Sendo esta naturalizada pela sociedade e conseqüentemente analisada pelo viés da luta de classe, neste debate, intelectuais do movimento negro enfrentaram a solidão no seu pensar.

Faz uma crítica à instrumentalização e individualização que se apresenta na fragmentação das organizações e na tipificação dos militantes que, por vezes, protagonizam a luta de maneira individualizada, envoltos em vaidade, de olho no

sucesso. Outro alerta é para a possível transformação dos eventos e manifestações de “rua” em eventos midiáticos.

É possível fazer mais do que se faz? São questões que nos fazem percorrer memórias e histórias de um lugar que certamente muito se tem feito e ainda muito se tem a fazer.

No artigo *Nossa luta vem de longe: duas décadas da Lei 10.639/2003*, as autoras consideram o período de implementação da lei e sua alteração para 11.645/08, que inclui a cultura indígena.

A efetividade da lei encontra uma série de dificuldades para sua aplicabilidade e por vezes é fundamental ter profissionais engajados na luta, para que a mesma seja concretizada. Os dados apresentados nos levam a pensar num cenário de que muito ainda deve ser feito, diante da dificuldade de fazer “pegar” a lei, sendo esta considerada pelas autoras uma decisão política, que exige planejamento, fiscalização e dotação orçamentária. No entanto, onde a lei “pegou” é possível verificar que, possuem uma equipe ou área dedicada ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, e investimento financeiro.

As autoras entendem que é preciso uma ampla discussão curricular à luz da ERER – Educação da Relações Étnico-Raciais, uma revisão curricular e uma formação docente que permita uma prática pedagógica que possibilite a descolonização da prática educacional.

Num mergulho no material coletado nessas décadas, é possível compreender que no artigo

A contribuição da Soweto Organização Negra: do acervo à memória do movimento negro paulista e brasileiro, a autora considera este um elemento fundamental como forma de subsídio para as demandas apresentadas na sociedade brasileira, onde o racismo ainda é o eixo central na manutenção das desigualdades. O patrimônio histórico da Soweto Organização Negra construído ao longo das quatro últimas décadas abriga toda diversidade de material para a pesquisa.

Esse acervo foi construído através do recebimento de material advindo de várias organizações do movimento negro de todo o Brasil dos sócios fundadores e parceiros que participavam dos eventos. Além do Projeto de Formação em Biblioteca Comunitária ter sido contemplado pela SEPPIR em 2007– Luís Gama é o nome da Biblioteca da Soweto cujo núcleo originário foi o Centro de Documentação. É a primeira na cidade de São Paulo cujo acervo foi constituído por livros especializados em relações raciais, inicialmente com cerca de 400 títulos. Dessa forma, esse é um acervo que tem como objetivo dar suporte para pesquisadores, estudantes, professores, entre outros, e agora está em fase de digitalização para facilitar e democratizar o seu acesso.

Nas palavras de outro membro da Soweto, em *Soweto um Levante atuante há 32 anos*, o autor observa no desenvolvimento do acervo uma “riqueza de valor incalculável”, sendo concretizado com a edição de um ebook no qual contará a história da Soweto Organização Negra.

O autor apresenta os *levantes* realizados cronologicamente, a pluralidade de eventos, cartazes dos bailes black e outras atividades culturais, participações em diversos momentos e lutas centrais das organizações do movimento negro, poesia e debates, flyer de lançamento da Soweto como organização Negra, entre outras raridades de documentos.

Sendo assim, considera que “somos feitos de levantés”, que as nossas construções familiares e genealógicas trazem outros aspectos e características de organização. Vivemos de levantés, coletivos, internos e externos em uma sequência de buscas constantes para fortalecer e redescobrir

nossa identidade Preta. Além disso, aponta a literatura negra como uma ferramenta para compreender a complexidade do racismo no Brasil.

Considerando o universo feminino na Soweto, no artigo *À luz de Sueli: O movimento negro brasileiro parido nas/pelas mulheres negras*, o autor tece sua narrativa em torno da historicidade de três mulheres negras: Sueli da Luz, Vanderli Salatiel e Matilde Ribeiro. A historiadora, carioca e atriz Vanderli Salatiel se estruturou em São Paulo, onde conhece a Associação Cultural dos Negros. Entre leituras e recitais de autores negros na praça da República, local em que neste período a cultura negra era consideravelmente representada com muitos expositores negros e negras, jogo de capoeira, apresentações musicais e etc, ela atuou na peça “E agora falamos nós”, que coloca a discussão racial em destaque no período da ditadura.

Em diferente trajetória, Sueli Luz não se deixa intimidar na busca de seu companheiro Robson, que foi espancado e morto pela Polícia Civil. A partir desse caso, irrompe o Movimento Negro Unificado (MNU) e a mobilização de um ato público nas escadarias do Teatro Municipal em 1978. Matilde Ribeiro, assistente social, pertenceu ao grupo de alunas e alunos negros da PUC-SP, sendo cofundadora da Soweto Organização Negra. Através de seu comprometimento com a luta racial, em 2003 foi Ministra da Igualdade Racial na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No artigo *O núcleo de Mulheres Negras da Soweto: cumplicidade, ousadia e solidariedade*, a autora analisa a criação em março de 1991 do núcleo de mulheres negras da SON, que teve como objetivo articular o pensamento feminista ao conceito de raça, que compreendia que apenas o viés de classe e, não contemplava as reivindicações das mulheres negras. Nos escritos observamos que a visibilidade é um ponto importante, em especial nas ruas, assim como “apimentar” o debate sobre questões de gênero e raça na fala de uma militante. Em encontros onde a pauta era democracia e poder, elas estavam presentes e com voz!

Dessa maneira quando avistamos o artigo intitulado *Protagonismo das mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial: vidas regadas a resiliência e insubmissão*, observamos que, a autora questiona o não reconhecimento do esforço da mulher negra nas suas lutas, no entanto, também apresenta os caminhos que nas últimas décadas as mulheres negras foram capazes de protagonizar reivindicações e conquistas. No âmbito internacional e também no cenário nacional, os Encontros, as Marchas, a construção do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, além da criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, e as conferências como um espaço de articulação e implementação de políticas, que para a autora o monitoramento se faz essencial por parte da sociedade civil.

Considerando esse cenário de reivindicações das mulheres negras, no artigo *A Saúde da População Negra e a Soweto*, o autor reconhece o papel da instituição SON como sendo este indissociável de sua genealogia.

Contextualiza o histórico institucional da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN (2009), para atender parte do “associativismo negro”. E, portanto, partindo dos documentos do acervo, ele contextualiza as políticas de saúde no país que tem início numa perspectiva higienista. A adoção do quesito cor segundo o autor, foi o documento do acervo da SON que o inspirou na escrita do artigo.

Em seguida encaminha seu texto para a institucionalização das políticas públicas com recorte racial, traçando nesse caminho o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra no ano de 2004 e conseqüentemente os elementos básicos da PNSIPN em 2006, no Conselho Pleno do CNS - Conselho Nacional de Saúde. E, elabora um quadro a partir dos documentos do acervo que permite explorar o período da implantação do quesito cor no sistema de saúde do município de São Paulo, entre 1980 e começo de 1990.

E por fim, a intervenção do estado na saúde, e a articulação do “associativismo negro” na construção e na elaboração de políticas públicas, e o

tensionamento causado entre os anos de 1980 e 1990. A importância de grupos como o Grupo Negro da PUC e a Soweto Organização Negra na participação e interlocução com o poder público para construção de espaços como o Centro de Epidemiologia, Pesquisa e Informação (Cepi) em 1990, mesmo com os desafios que ainda se apresentam na coleta dos dados sobre o quesito cor o autor considera a potencialidade da SON no que diz respeito a “disputa por uma noção de igualdade substantiva e em termos de direitos”.

Em seu artigo intitulado *A experiência da catalogação participativa do Acervo Soweto Organização Negra*, a autora em seu estudo revisita a pesquisa no acervo da instituição. Ao debruçar-se sobre o acervo que tem início num período pós pandêmico em fevereiro de 2021, divide o artigo em três momentos: primeiros passos; o acervo e memória negra; o potencial da organização e ação coletiva.

Observa o comprometimento e cuidado com o acervo pela instituição, selecionando e criando categorias para separar mais de 10 mil documentos entre: “panfletos, relatórios, manifestos, movimento feminista, mulheres negras, Partido dos Trabalhadores, entre outras”. Depois da catalogação, a autora cogita ser este o maior acervo captado até o momento pelo projeto Afro Memória. Sendo este um acervo diverso, que contempla também os registros do Grupo Negro da Puc (GNPUC), além de documentos que marcam o vínculo dos militantes com o Partido dos Trabalhadores. Registrando o período de “especialização” e “institucionalização” do movimento negro com documentos sobre a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre outros documentos importantes dessa fase.

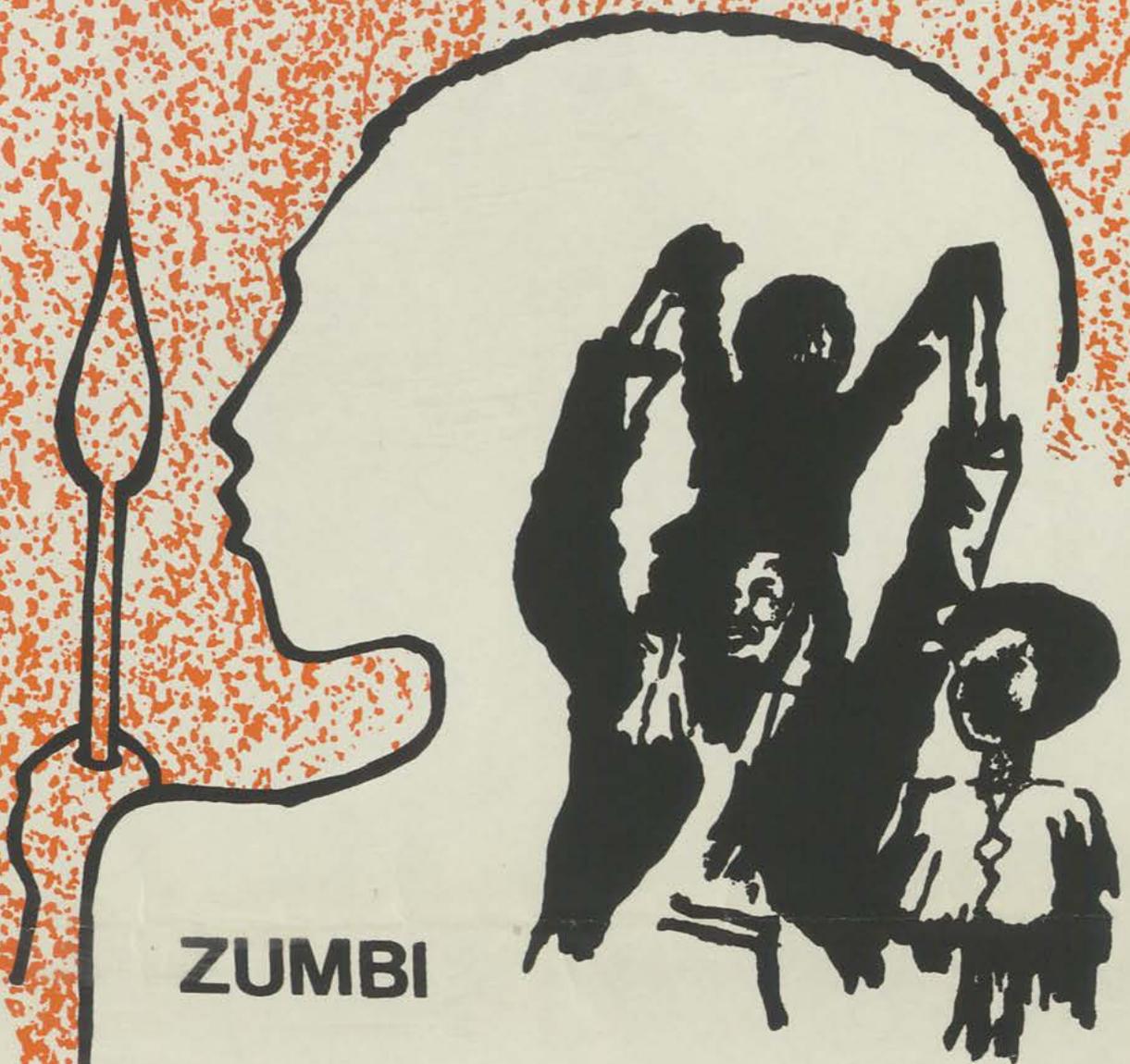
A autora considera o acervo da Soweto Organização Negra, um “retrato racializado da luta em defesa da democracia contra o racismo e pela igualdade racial nos últimos 40 anos”. Além da catalogação participativa e o fortalecimento de pontes intergeracionais como possibilidade de perpetuação do movimento e suas memórias.

Outro destaque, é o tensionamento entre a academia e a militância e o acervo em especial o da AEL como uma possibilidade de fortalecimento de acesso e permanência para os alunos/as ingressantes na universidade através da política de cotas que conseqüentemente pode produzir novas bases epistemológicas e metodológicas pautada no “enegrecimento da memória coletiva.”

No artigo *Para as “populações Afro-brasileiras” Soweto Organização Negra –história, documentação e o arranjo de uma coleção digital.*, O autor traz a origem do nome da instituição como um elo entre Brasil e Africa, numa “perspectiva afro-centrada à luta política e cultural contra o racismo, a discriminação e as desigualdades raciais no Brasil”, e a conexão dos integrantes com a universidade e outros movimentos que surgiram na década de 70 e 80. Considera uma empreitada global o apoio e as parcerias no processo de digitalização do acervo para ser disponibilizado. Pondera que ele é misto atuando como “promotora/organizadora/apoiadora de atividade ou publicação”, além da sua diversidade temática. Essa prática de arquivamento da SON, é um “ato político dedicado às populações Afro brasileiras”.

Saravá!!

CONFEZ



ZUMBI

A Comissão Organizadora do
**VII: FECONEZU - Festival
 Comunitário Negro Zumbi,**
 concede a

..... o presente Diploma
 pela

durante a realização do
 mesmo.

úsica

lança

ances

cinas

ase Dudu

IN. CUT

**Esplanada dos
Ministérios**

a partir das 10:00h

**20 de novembro
DIA NACIONAL DA
CONSCIÊNCIA NEGRA**

RACISMO NÃO !



A CONTRIBUIÇÃO DA SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA: DO ACERVO À MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO PAULISTA E BRASILEIRO

Alva Helena de Almeida

Presidenta Soweto Organização Negra, doutora em ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Ativista pelo SUS público, de qualidade, sem racismo. Idealizadora da Articulação Nacional de Enfermagem Negra.

“O leopardo não muda suas pintas”¹

O “Acervo”² – patrimônio histórico da Soweto Organização Negra – foi sendo construído ao longo das quatro últimas décadas, a partir dos anos 90, num período de tempo em que a impressão foi a única estratégia de publicação e divulgação de documentos, textos, teses, e toda diversidade de material iconográfico.

A sede da Soweto constituiu desde sempre, o endereço/destino para o qual praticamente todas as produções do movimento negro brasileiro e,

de alguns ativistas/militantes intelectuais, eram encaminhadas a título de divulgação e guarda, por meio de duas estratégias principais:

1. A prestação de serviço realizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi a maior facilitadora desse acúmulo. Toda a natureza de materiais enviados/transportados pelos Correios continham produtos das entidades do movimento negro paulista e de diversas organizações de outras regiões e estados brasileiros.
2. Os sócios fundadores e parceiros todas as vezes que compareciam a eventos, tinham por hábito recolher e trazer para a sede um “conjunto completo” do material produzido para a referida ocasião, desde o folder de divulgação, a programação, textos de referência, cartazes, revistas, além

1 É um provérbio do povo Akan da Costa do Marfim que ensina a importância de ser fiel consigo ou no que acredita, apesar dos desafios do momento.

2 São patrimônios que podem ser de âmbitos artístico, histórico, bibliográfico, científico, documental, iconográfico, histórico, bibliográfico, científico, documental, iconográfico(PODCAST Momento História, 2023).

de produtos individuais dos participantes, como livros, brochês, poesias, agendas, entre outros.

Há de se informar também a importância das doações de produtos de ativistas, colecionadores, pesquisadores, artistas, fotógrafos, assim como de outras instituições sociais, livrarias e editoras, para a formação do acervo.

Essa dinâmica possibilitou o acúmulo de toda sorte de materiais, documentos e livros, que foram ocupando os espaços físicos da sede da Soweto, demandando decisões da Gestão para tratar o material de forma organizada e sistemática.

Em meados da primeira década do século XXI, a atuação de membros da Diretoria possibilitou o contato e o convite ao Bibliotecário Antônio Valério Jorge para atuar junto ao Acervo, tendo em vista a organização de um Centro de Documentação, Estudo e Pesquisa em Relações Raciais. Em 2007, a Soweto submeteu um projeto à Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e obteve financiamento para o desenvolvimento do Projeto de Formação em Biblioteca Comunitária, para jovens negros periféricos indicados por organizações do movimento negro paulistano. Na programação constava uma formação política desses jovens, além do enfoque específico em Biblioteca Comunitária. Nesse processo, os jovens escolheram o abolicionista Luís Gama para o nome da Biblioteca da Soweto, núcleo originário do Centro de Documentação, que foi inaugurada em abril de 2007, tornando-se a 1ª na Cidade de São Paulo cujo acervo foi constituído por livros especializados em relações raciais, inicialmente com cerca de 400 títulos.

Em 2015, em continuidade à organização do Centro de Documentação, a gestão da Soweto, por iniciativa da cofundadora e colaboradora Gevânilda Santos, organizou uma frente de trabalho, inicialmente, composta por ela própria além dos membros colaboradores Lina Rosa e Romildo J. Santos, para ampliar a identificação e a separação por áreas e temas dos materiais não específicos à temática racial, cujo volume possibilitou, a

partir de então, a realização de bazares na sede, com vistas a ofertar, gratuitamente, ou a baixo custo, livros, cartilhas, jornais, e outros materiais.

Esses momentos organizativos deram sustentabilidade às atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo da década seguinte: suporte às pesquisas de estudantes do nível técnico, graduação, pós-graduação; diálogos com pesquisadores e intelectuais; atividades formativas; rodas de conversas, encontro com os movimentos de mulheres negras; encontro com estudantes – em aplicabilidade da Lei 10639/2003; organização do material que deu sustentabilidade à edição do Livro *Movimento Negro Unificado – resistência nas Ruas*, em comemoração aos 40 anos do Movimento Negro; organização da cartilha que retrata as Marchas da Consciência Negra, desde 2002 até 2019, e está em curso, uma atualização até a 20ª Marcha.

O terceiro momento organizativo desse Acervo / Centro de Documentação teve início em 2020, com a mediação do Núcleo Afro-Cebrap e do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cujo compromisso foi a captação, identificação, tratamento, digitalização de diversos materiais doados pela Soweto, a fim de assegurar a memória do movimento negro brasileiro.

Vale mencionar doações de arquivos/acervos pessoais, pesquisas, fotografias, de ativistas e intelectuais, que foram incluídos no volume do acervo Soweto.

Esse momento reuniu técnicos especializados, estagiários, arquivistas entre outros e o trabalho desenvolvido catalogou cerca de 1000 títulos de publicações de todo o país; 150 artigos; 300 eventos, 210 cartazes, atas, programações de eventos, flyers, convites, programas de cursos, manifestos, entre outros, matérias em jornais alternativos e da grande imprensa, somando cerca de 4000 itens.

A atual fase de desenvolvimento desse processo de construção do Acervo constitui a sistematização, agora de forma digital, da trajetória da entidade, do reconhecimento e registro dos eixos de luta do movimento negro brasileiro,

Lançamento
Biblioteca Luiz Gama



Encerramento do Curso Formação em
Biblioteca Comunitária

Dia: 14 de abril de 2007 (sábado) às 14 hs.
Sindicato dos Bancários – Salão Amarelo
Rua São Bento, 413 Metrô São Bento
Entrada Franca

Maiores Informações: Soweto Organização Negra
Tel: (11) 3242 6208 e-mail: sowetoorganizacao@hotmail.com

das conquistas e da incorporação das lutas de vários movimentos sociais. Enfim, da Memória do Movimento Negro Brasileiro. Contamos com o trabalho específico da bibliotecária e colaboradora Elcy Leão, com uma estrutura física em adequação, e com arranjos tecnológicos que viabilizam a nova era digital da Soweto.

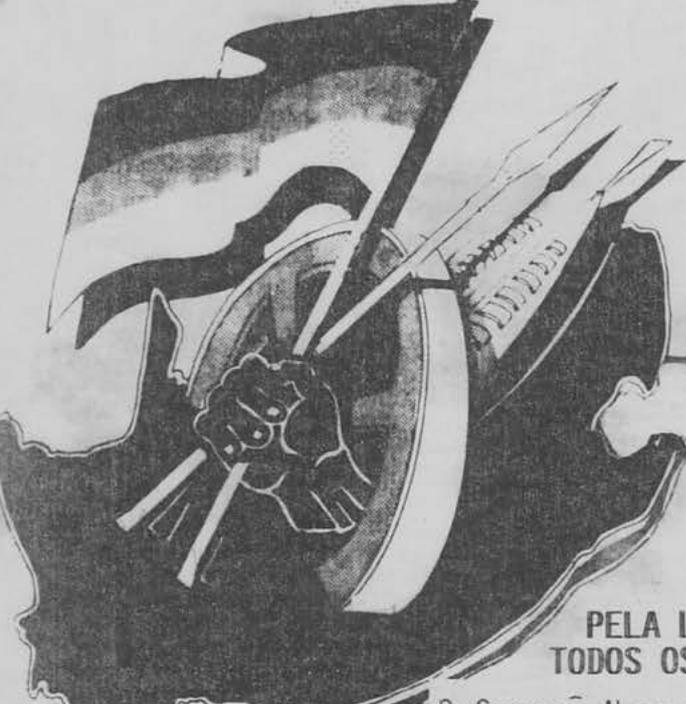
A exemplo de outros Centros de Documentação, a Soweto abre uma nova porta – a do uso exploratório das ferramentas tecnológicas da era digital, permitindo acessos, conhecimentos, pesquisas, em qualquer parte do território nacional e internacional. Coexistem no espaço da Soweto, a Biblioteca Luís Gama, além de materiais iconográficos, físicos e raros. Continuamos

construindo uma trajetória de luta por igualdade de direitos e dignidade da população negra brasileira, tendo já organizado um patrimônio histórico ímpar, que dá sustentação à memória do movimento negro brasileiro e aponta para o futuro das novas gerações. Essa iniciativa dos seus fundadores constituiu inestimável protagonismo para manter viva e documentada a história do movimento negro brasileiro.

REFERÊNCIAS

PODCAST *Momento História*. O passado no presente por meio do Acervo do CEDEM Centro de Documentação e Memória da UNESP. Publicado 29 ago. 2023. [Radio.unesp.br/noticia/9915](https://radio.unesp.br/noticia/9915) Unesp FM 105,7 Bauru.

NELSON MANDI



**PELA LIBERDADE DE NELSON MANDELA E DE
TODOS OS PRESOS POLÍTICOS NA ÁFRICA DO SUL!**

**SUL-
AFRICAN NATIONAL
CONGRESS**

O COMITÊ NACIONAL DE RECEPÇÃO A NELSON MANDELA FAZ A SEGUINTE CONVOCAÇÃO A TODOS AQUELES QUE TENHAM PARTICIPADO DA CAMPANHA INTERNACIONAL PARA A LIBERTAÇÃO DE NELSON MANDELA E DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS SUL-AFRICANOS:

- *INTENSIFIQUEMOS A CAMPANHA PARA LIBERTAR MANDELA!
- *PREPAREMOS-NOS PARA CELEBRAR A LIBERTAÇÃO IMINENTE DE NELSON MANDELA COM ATIVIDADES EM TODO O BRASIL!
- *CONTINUEMOS A LUTA PARA ASSEGURAR A LIBERTAÇÃO DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS SUL-AFRICANOS!
- *REFORCEMOS A LUTA PARA ELIMINAR O APARTHEID E O RACISMO!

PROTESTO

SEXTA-FEIRA 2 DE FEVEREIRO DE 1990

DAS 8:00 ÀS 14:00 H

NA RUA LAURO MÜLLER EM FRENTE À ENTRADA DA

TORRE RIO SUL

**ONDE SE ESCONDEM OS RACISTAS DO CONSULADO-GERAL
DA ÁFRICA DO SUL NO RIO DE JANEIRO!!!**



SOWETO: UM LEVANTE ATUANTE HÁ 32 ANOS

Romildo Ibeji

Poeta e ativista da Soweto Organização Negra

*Sowetiando palavras
Das rimas faço levante
Para a poesia declamar...
Amar armar libertar as prisões
Que se encontram dentro do coração.*

(Trecho do poema Soweto)¹

Trazer o movimento deste filme que percorre desde sua fundação exige de mim um olhar interno, a buscar os caminhos que descrevem em seu próprio nome “SOWETO”², uma geografia de movimentos e de lutas sociais, das quais escrevem, somatizam, despertam e traduzem em si um Levante de lutas marcadas pela indignação.

1 O poema *Soweto* está publicado no livro *Almas da Liberdade* – gerado em parceria com Paulo Rafael, Stiãojs e Romildo Ibeji, organizado Wagner Merije – Aquarela Brasileira Editora de Livros.

2 Soweto (de *South Western Townships*, ou “Bairros do Sudoeste”) é uma cidade contígua a [Johanesburgo](#) na [África do Sul](#), que foi estabelecida em 1963, para juntar sob uma mesma administração um conjunto de [bairros](#) para [negros](#). De acordo com as leis do [Apartheid](#), os negros não podiam viver em áreas reservadas aos [brancos](#); para além dos bairros construídos para alojar os trabalhadores negros das [minas de ouro](#), alguns bairros de cidadãos negros da [classe média](#) foram incorporados no Soweto. Ficou conhecida na época do [apartheid](#) por ser foco de resistência antirracista e de protestos dos negros contra a política oficial de [discriminação racial](#). Uma destas manifestações foi violentamente reprimida pela polícia em [16 de Junho](#) de [1976](#), passando à história como o [Massacre de Sowet](#)

Lutas incessantes para quebrar e para neutralizar esta onda opressiva, excludente, invisibilizadora, violenta, genocida, imposta a toda sociedade Negra e indígena.

Quando inspiro a falar de um tema como este sobre o levante de 32 anos da Soweto, exijo de mim uma pesquisa – embora não sendo um pesquisador, construí um convívio expressivo dos movimentos ativos e alicerçados para a construção da Soweto Organização Negra. Indiretamente participei de algumas atividades e, nesse correr, estive na comemoração dos 15 e 25 anos da organização. Sempre atento a não ocupar os lugares dos protagonistas, mas como um voluntário e admirador desde os tempos dos grandes debates na PUC.

Sou um apaixonado pela construção de memória realizada pela Soweto nestes quase, a brindar, trinta e três anos de lutas. Observo desde o início do desenvolvimento do acervo uma riqueza de valor incalculável e que possibilitará a criação de uma edição que contará a história da Soweto – livro e ebook.

Esse material sobre a Soweto apresentará parte dos levantes realizados em sua linha cronológica de movimentações plurais, que soma uma importante documentação da organização junto a outras documentações que marcam também outras entidades do movimento negro pelo Brasil.

Curso de Extensão Cultural
O Negro e as Relações Sociais no Brasil

05 e 12/04/86 - A Escravidão no Brasil
Jaime Pinsky - Historiador da UNICAMP

26/04/86 - Discriminação e Desigualdade Racial no Brasil
Carlos A. Hasenbalg - Sociólogo do IUPERJ

03/05/86 - Cultura Negra no Brasil
João Baptista Borges Pereira - Antropólogo da USP

10/05/86 - Constituição e Movimentos Sociais
Bolívar Lamounier Cientista - Político da Puc/SP e USP

17/05/86 - Negritude e Identidade
Kambanguela Munanga - Sociólogo da USP

24/05/86 - Paineis de Monografias e Pesquisas sobre o Negro no Brasil

Inscrições e Informações:
de: 10 a 31 de Março de 1986

**INSCR. PRORROGADAS
ATÉ O DIA 04/04/86**

Local: Rua Ministro de Godoy, 969 - 3.º andar do Prédio Novo - Sala 326
Telefone: 263-0211 - Ramais: 236, 219, 273, 305 ou Rua
Ministro de Godoy, 960 das 14 às 17 hs - Telefone: 63-9360

Promoção: Grupo Negro da Puc/SP e Departamento de Antropologia da Puc/SP.

DISTR. INTERNA

Negritude Racismo
REVENDO O PASSADO,
BUSCANDO O FUTURO

PROMOÇÃO **GRUPO NEGRO DA PUC/SP**

PROGRAMA:

16-05-88 — **A Escravidão na Colônia:** (O debate historiográfico)
Prof. Rita Bê - Historiadora USP

17-05-88 — **Formas de Resistência à Escravidão**
Prof. Dra. Maria Helene Machado - Historiadora USP

18-05-88 — **A Passagem de Escravo a Trabalhador Livre**
Prof. Dr. Mário José Mestri Filho - Historiador Université Catholique Louvain

19-05-88 — **Ideologia de Branqueamento e Democracia Racial**
Prof. Célia Maria Marinho - Historiadora UNICAMP

20-05-88 — **Cem Anos de Abolição: Alternativas e Perspectivas**
Prof. Dr. Octávio Ianni - Sociólogo PUC/SP

Duração: 16 a 20 de Maio de 1988 - = - Horário: das 21:00 às 23:00 horas

LOCAL PUC/SP - Sala 333 - Prédio Novo
Rua Monte Alegre N.º 984 - Perdizes - São Paulo

Informações: — PONE: 279-0249 com SUELMA (à noite)
967-1008 com M A J Ô (à noite)

Entrada Franca

Grátis: CASA VERDE Lado - ☎ 366-4102 DISTR. INTERNA

O cartaz acima mostra como era realizada a divulgação dos eventos na década de 80 e 90. Antes da pandemia, encontrava-os, com maior qualidade de acabamento, nos muros da Braz Leme e em outras vias de São Paulo também – divulgações dos bailes Black e dos shows de artistas pagodeiros e sertanejos, com uma falta de olhar mais ampliada para os espetáculos de teatro e outras atividades culturais.

Este cartaz sinaliza a importância da atividade política em favor das lutas pela emancipação da população Negra em um espaço elitizado que é a PUC. Demonstra a importância política dos encontros que ocorriam no auditório da PUC e da força construída pelos fundadores e ativistas do Grupo Negro da PUC, que buscava estar inserido nas reflexões das lutas naquele momento e combater as dores causadas pelo racismo. A filosofia

de Sankofa³ fora bem representada no título do encontro, “Negritude Racismo, revendo o passado, buscando o futuro”.⁴

3 Sankofa é uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. O **símbolo** representa os conceitos de autoidentidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o **presente** e moldar o **futuro**. Em outras palavras, segundo **Abdias do Nascimento**, Sankofa é “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

4 *Origem da Negritude* – Aimé Césaire, com Léopold Sedar Senghor, Léon Damas e outros, cria o termo negritude e o define como “consciência de ser negro, simples reconhecimento de um ato que implica aceitação – assumir sua negritude, sua história e sua cultura”. E Senghor escreve: “É antes de mais nada uma negação, mais precisamente a afirmação de uma negação”. É o momento necessário de um movimento histórico: o recuso de assimilar-se, de se perder no outro. O conceito de negritude transcende as particularidades étnicas e nacionais. É, segundo as palavras de Senghor, “o patrimônio cultural, os valores e, sobretudo o espírito da civilização negro-africana”.

...*"Pois se o negro não pode usar o conflito para eliminar as resistências da desigualdade racial, não existe nenhuma democracia com referência à raça"*...
Forestal Falcade

PARTICIPE

A SOWETO: Organização Negra, é uma entidade civil, de ação social, sem fins lucrativos, com sede em São Paulo.

Uma entidade aberta a todos aqueles interessados, tendo como objetivo a construção de ações organizadas para a superação das desigualdades sócio-raciais.

Propomos intervir nesta realidade que aí está, buscando melhorar as condições de vida da população, principalmente as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da maioria negra da população.

VENHA PARTICIPAR DA SOWETO: ORGANIZAÇÃO NEGRA. Os associados participam de todas as atividades e decisões da entidade, através das assembleias, das diretorias, dos departamentos, dos núcleos dos seminários, das reuniões e das festividades.

SÓCIOS FUNDADORES	DIRETORIA EXECUTIVA
<ul style="list-style-type: none"> Americo Chaves Bárbara Cassio Diamaris Edu Emilton (chico rei) Feijó Favinho Glá Inês Maí Maria do Carmo Márcia Miguel Paulo Rafael Renata Roberto Rubens Sobrinho Tânia Tião J.S. Toniho Zé Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> — Presidente: Favinho — Vice: Márcia — Tesoureiro: Feijó — Secretária: Maria do Carmo <p style="text-align: center;"><i>"Em fase de implantação"</i></p> <p>DEPARTAMENTOS INTERNOS</p> <ul style="list-style-type: none"> — de Comunicação — de Documentação — de Estudos e Pesquisas — de Formação Política — de Questões Jurídicas <p>ÁREAS DE ATUAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> — Núcleo de Criança Negra — Núcleo de Cultura e Educação — Núcleo dos Esportes — Núcleo do Idoso Negro — Núcleo de Juventude Negra — Núcleo de Mulher Negra — Núcleo de Política Sindical — Núcleo de Políticas Sociais

...*"Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Uma felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raça da liberdade"*...
D. Ivone Lara

A ORGANIZAÇÃO



Nós acreditamos na ação organizada da sociedade. Melhorando e ampliando a capacidade de uma ação ser eficaz, na realização dos objetivos sonhados, desejados, parajados.

Por isso fazemos e participamos da SOWETO: Organização Negra, uma nova entidade, que vem compor o Movimento Negro em São Paulo, o que surge a partir de vários encontros e trocas de idéias entre militantes negros, com participações em vários movimentos sociais (crianças e adolescentes; estudantes e educacionais; mulheres e feministas; políticos e partidários; participação populares; trabalhistas e sindicais, etc.).

...*"Temos-se ainda mais necessário encerrar a verdade como ela é se percebemos que o único veículo para mudança são essas pessoas que perderam a personalidade. O primeiro passo, portanto, é fazer com que o negro se concentre a si mesmo, insuflar novamente a vida em sua pessoa vazia, restaurar nele a dignidade e o orgulho. Lembra-te de sua importância no crime de parente que abusou dele, deixando assim que a sua existência em seu país natal, é exatamente sua sua natureza dizer quando falamos em processo de olhar para dentro. Essa é a definição de Consciência Negra."*
Quêz São

Todo povo tem sua história e seus heróis, na luta por sobrevivência. Os heróis que ficam marcados na memória. São histórias que simbolizam o esforço coletivo para manter a dignidade do indivíduo. O levante de Soweto tem essa importância e história.

O LEVANTE DE SOWETO

No dia 16 de junho de 1976, no distrito de Soweto 20 mil estudantes sul-afriicanos protestavam contra a proibição de continuarem estudando na língua "Bantu" e na língua alemã "Ingleza". Protestavam contra o governo de minoria branca (17%), por mais uma extensão da política do apartheid e segregação racial, nesta área da educação.

A violência da polícia sul-afriicana, sobre aqueles que não desarmaram, causou a morte de mais de 600 pessoas, além de uma grande quantidade de adolescentes feridos.

A reação da população de maioria negra (80%), foi a de ampliar a luta pela libertação do regime de apartheid, marcando o início do ano escolar de revolta com protestos, fazendo de Soweto um símbolo internacionalmente conhecido.

A organização e resistência deste povo, foi determinante para o enfraquecimento do apartheid e para o avanço da luta pela conquista dos direitos de cidadania da maioria negra da população.

...*"O NEGRO QUE LUTE
 PRÁ PODER SONHAR
 E MUDAR ISTO AQUI"* ...
Djavan

O "APARTEID" BRASILEIRO

...*"Os bantustões sul-afriicanos aqui são redutíveis nos conglomerados de favelas, alagados e invadidos, compostos majoritariamente por população negra; A lei do passo sul-afriicano é aqui mascarada na exigência de carteira assinada, violenta e vexatoriamente requisitada pelas polícias brasileiras ao trabalhador negro, no desemprego, ao marginalizado"*...
Deputado Federal

Assim como tem a história e preconceito, a discriminação e o racismo, aqui no Brasil, também tem sido histórica a luta e a resistência da população negra e estas questões.

As Popóles, os Guiombos, as Religões Afro-Brasil e as Escolas de Samba, a Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro Unificado, o Black Music, os Banes Afro, a Música Popular Brasileira na sua maior parte, muitas outras grupos e movimentos, traduzem a ação, reflexo e influência do sonho de uma sociedade mais igualitária, donde o negro e todos os grupos étnicos sejam reconhecidos como cidadãos e que tenham a superação das discriminações e do racismo, aqui e em todo mundo.

...*"Mesmo entre brancos culturalmente bem preparados, o preconceito era tão visível que o conceito de que o negro não tem direito de protestar ficou valendo como verdade."*
Revista negra 1976

Flyer de apresentação da Soweto Organização Negra, com arte produzida por Tião J.S, um dos fundadores.

Cheguei na organização através da minha cunhada Lina Rosa⁵, que me fez um convite após o desencarno da Majô⁶ e da chegada da minha aposentadoria. O aceite vem construindo possibilidades e insights de novos aprendizados e conhecimentos. As contradições e construções são vivenciadas *in loco*, olhando-as, entendo as dificuldades do fortalecimento das lutas antirracistas realizadas no Brasil. Há um conjunto de discussões que esbarram nos erros e acertos pertinentes a nós negros, a compreensão de que somos seres humanos e com equívocos, vaidades e opulências intelectuais vão quebrando, talvez fragmentando, muitas vezes, os caminhos da luta.

Antes mesmo de tomar conhecimento da existência da Soweto, acompanhava as atividades e os movimentos do *Grupo Negro da PUC* que, segundo a historiadora e fundadora Gevanilda Gomes Santos⁷, teve origem em 1979, com debates emancipatórios em suas atividades fora e dentro da geografia estudantil da PUC.

Com o olhar nestes elos de lutas nordeadas para conquistas sociais emancipatórias, construí uma sequência de trilhas importantes para o que chamo de identidade Negra. A primeira pedra atirada veio muito cedo, quando tinha apenas oito para nove anos, quando as filhas da vizinha chamavam a mim e meu irmão de macaco, À medida que fui crescendo fui também desenvolvendo um olhar crítico, que exigiu também um fortalecimento da minha identidade e a necessidade de saber e conhecer mais sobre a formação da raça negra no Brasil, bem como entender as dificuldades enfrentadas pelos meus nos países do continente africano, submetidos à colonização,

a maioria sofrendo mesmo após o término do domínio europeu Esses conhecimentos vão dando subsídios para contrapor os processos de invisibilidades impostos pela **estrutura social**.

Somos feitos de **Levantes**, estes que me permitem entender e definir que as nossas construções familiares e genealógicas trazem outros aspectos e características de organização, diferentes, também, dos povos originários. Acredito na necessidade de reconstruirmos a partir das fragmentações impostas durante o período escravagista, que nos negam políticas públicas de qualidade e estabelecem um conjunto de leis que distorcem nossos valores de humanidade. Nos fazem acreditar que precisamos ser diariamente servis, pessoas invisibilizadas, objetos ou peças a serem expostas e manuseadas ao prazer dos poderes senhoris, o sonho de extermínio pelos processos eugenistas. Vivemos de **Levantes** coletivos, internos e externos em uma busca constante para fortalecer e redescobrir a nossa identidade Negra. Nesse sentido, a literatura negra está sendo a ferramenta que utilizo para compreender a tal complexidade dita muitas vezes quando refletimos sobre racismo no Brasil.

Os Cadernos Negros foi a primeira busca quando resolvi desbravar as estruturas opressoras, foi um instrumento muito importante para minha formação e para minhas buscas internas. Ler as obras escritas por estes autores e autoras me permite encontrar um olhar de ressignificação das dores, como também o encontro de elementos para me fortalecer, ampliando as construções positivas das lutas por liberdade coletiva.

Interessante notar que quando iniciaram as

5 Lina – Izolina Rosa de Jesus, jornalista, contribui com o Instituto Paulo Freire, aposentada pela FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, uma das responsáveis pela comunicação da Soweto Organização Negra.

6 Majô – Maria José Pereira Dos Santos, nascida em Turiúba, 28/04/1959 – 23/02/2013, formada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, mestranda em Psicologia Social.

7 [publicacoes.fcc.org.br > cp > article Grupo Negro da PUC | Cadernos de Pesquisa](http://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/Grupo-Negro-da-PUC-Cadernos-de-Pesquisa) Grupo Negro da PUC - Gevanilda Gomes dos Santos Palavras-chave: Etnias, Movimentos sociais, Cultura afro-brasileira, Discriminação racial Resumo Este texto faz parte de um conjunto de artigos.

Africa do Sul: Processo Histórico do Apartheid

CURSO DE EXTENSÃO

Promoção: Grupo Negro da PUC/SP e Departamento de Antropologia PUC/SP

Coordenação: Dra. Profa. Jesildeth Gomes Consorte

PROGRAMA:

- 16-05-87 — FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS POVOS NEGROS DA AFRICA DO SUL ANTES DA PENETRAÇÃO BRANCA
- Jennifer Banjwa Blajberg - Filóloga - IUR/RJ
- 23-05-87 — DA FIXAÇÃO DO BRANCO NA AFRICA DO SUL A POLITICA DO APARTHEID
- Neusa Alexandre - Historadora - USP
- 30-05-87 — REGIME DE APARTHEID
- Isabel Alexandra - Historadora - USP
- 06-06-87 — AFRICA DO SUL NO CONTEXTO AFRICA AUSTRAL - MOÇAMBIQUE
- Wilson de Almeida - Agônomo - UNICAMP/SP
- 13-06-87 — AFRICA DO SUL NO CONTEXTO DA AFRICA AUSTRAL - ANGOLA E NAMÍBIA
- Aníbal José Melio - Jornalista - Ag. Angola Press/RJ
- 20-06-87 — AFRICA DO SUL CONTEXTO POLITICO-ECONOMICO INTERNACIONAL
- Salomão Blajberg - Etnólogo - IUR/RJ
- 27-06-87 — RELAÇÕES ECONOMICAS BRASIL AFRICA DO SUL
- Augusto Caetano Silva - Sociólogo - Ribeiro Preto/SP
- 04-07-87 — ESTIGMA, PRECONCEITO E PERSONALIDADE AUTORITÁRIA
- Maurício Tractenberg - Cientista Político - PUC/SP

PAINEL DE EXPOSIÇÃO DE ENTIDADES DE SOLIDARIDADE AOS POVOS SUL AFRICANO E COMITÊ ANTI-APARTHEID.

Duração: 18 de Maio a 04 de Julho de 1987

Horário: Sábados das 13:30 às 18:00 horas

Taxa: Cz\$ 400,00 - (Taxa Única)

Inscrições: 11 a 16 de Maio de 1987

INFORMAÇÕES E MATRÍCULAS:

Rua Ministro de Godoy, 967 - Fertilizes/SP - F. 263-0211 r/362

publicações dos Cadernos Negros⁸, a quantidade de mulheres era pequena, hoje se equipara ou ultrapassa a de homens. Fico cada vez mais fortalecido com esta ascensão e a ocupação das mulheres pretas nestes espaços, mostrando os seus protagonismos na estrutura social como um todo.

Concluo meu texto agradecendo aos fundadores e às fundadoras do Grupo Negro da PUC e da Soweto Organização Negra.

Aqui me debrucei em escrever sobre o Levante de 32 anos da Soweto Organização Negra, em

8 Quilombhoje Literatura - Foi fundado em 1980 por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros, com o objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura. O grupo tem como proposta incentivar o hábito da leitura e promover a difusão de conhecimentos e informações, bem como desenvolver e incentivar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre literatura e cultura negra. As primeiras reuniões do grupo eram informais e ocorriam no extinto bar Mutamba, reduto de boêmios e intelectuais no centro da cidade de São Paulo. Ao longo do tempo as ações do Quilombhoje foram se diversificando. Em 1982, com a entrada de Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Miriam Alves e Oubi Inaê Kibuko, o grupo assumiu a organização dos Cadernos Negros, cuja edição, na época, era de responsabilidade do Cuti, com apoio de Jamu Minka. Depois vieram José Abílio Ferreira e Vera Alves. Ao longo do tempo o grupo ficou mais conhecido pela organização da série.

especial dedicado às grandes ativistas mulheres.

Finalizo as reflexões sobre o Levante com a música “Get up Stand Up”⁹, movimentos políticos, poesia e música, pensando na canção criada por Bob Marley e Peter Tosh, e que na década de setenta foi muito importante para a conquista dos direitos civis do povo Jamaicano.

9 A Voz da Resistência em ‘Get Up, Stand Up’ de Bob Marley. A música ‘Get Up, Stand Up’ de Bob Marley é um hino de resistência e luta pelos direitos humanos. Lançada em 1973, a canção se tornou um dos maiores clássicos do reggae e um símbolo do ativismo social. A letra, que repete o refrão ‘Get up, stand up: Stand up for your rights’, serve como um chamado à ação, incentivando as pessoas a se levantarem e lutarem pelos seus direitos, sem jamais desistir da luta. / Bob Marley, conhecido por suas mensagens de igualdade, justiça e amor, utiliza a música para criticar aqueles que prometem salvação e prosperidade sem reconhecer as lutas terrenas. Ele desafia a narrativa de que a verdadeira recompensa está no céu, argumentando que o valor da vida deve ser reconhecido aqui na Terra. A canção também aborda a ideia de que não se deve ser enganado por falsas promessas e que a compreensão de um ‘Deus vivo’ é fundamental para a emancipação das pessoas. / A música ainda é relevante hoje, pois continua a inspirar movimentos de justiça social ao redor do mundo. A capacidade de Marley de combinar letras poderosas com ritmos envolventes fez com que ‘Get Up, Stand Up’ transcendesse o tempo e as fronteiras, tornando-se um hino universal para a luta contra a opressão e a busca por direitos iguais para todos.



PARA AS "POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS": SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA — HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E O ARRANJO DE UMA COLEÇÃO DIGITAL

David Lacerda

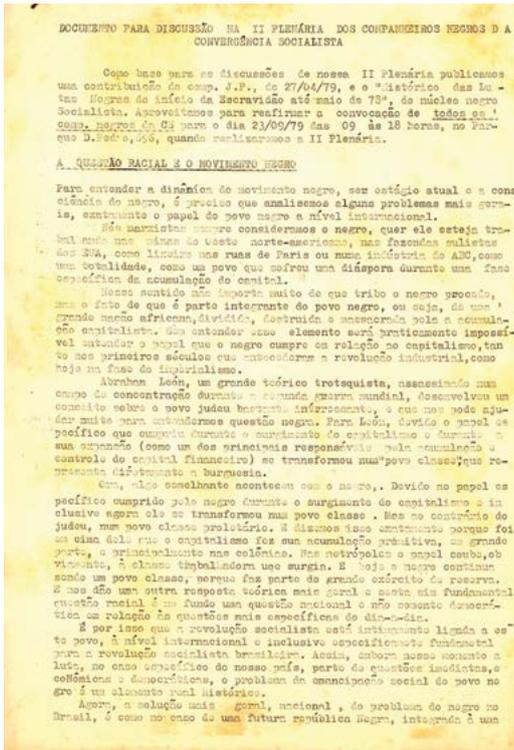
Doutor em História pela Unicamp.
Integrante da equipe do projeto *Memória e identidade do ativismo Afro-brasileiro*.

Em 09 março de 1991, integrantes da Soweto Organização Negra (SON) reuniram-se em Assembleia Geral, na capital paulista, para oficializar a fundação da entidade. Os trabalhos prosseguiram com debate e abertura de votação sobre os estatutos e a composição da primeira diretoria, ambos aprovados por unanimidade. A diretoria eleita na ocasião contava com Flávio Jorge Rodrigues da Silva (futuro primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT — SNCR, entre 1995 e 1999) e Matilde Ribeiro (futura ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPPIR, de 2003 a 2008), empossados, respectivamente, nas funções de presidente e vice-presidente.

A realização da assembleia naquela data também simbolizava o início da trajetória histórica de uma das principais entidades do Movimento Negro contemporâneo brasileiro. A SON conta hoje com pouco mais de três décadas de

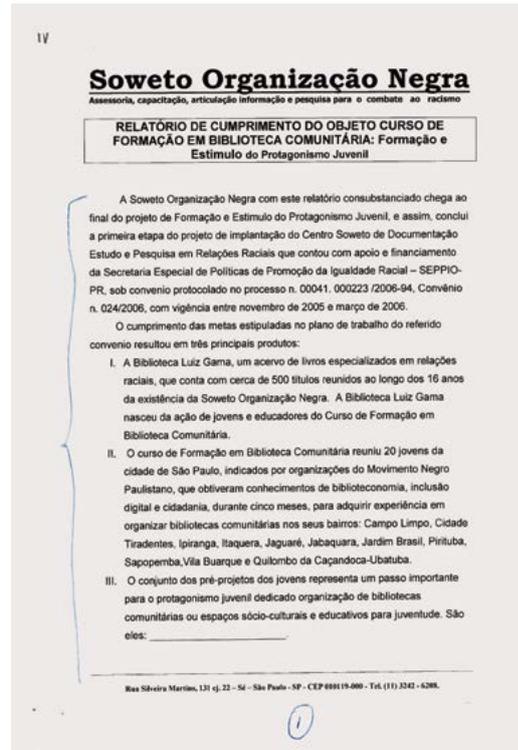
militância ativa contra o racismo e as desigualdades sócio raciais e em defesa da garantia dos direitos de cidadania das pessoas negras. O artigo segundo de seus estatutos estabelecia ações “voltadas primordialmente às populações Afro-brasileiras”, como a oferta de formação política, social e cultural, incluindo a educação e o esporte como campos de atuação. Propunha, ainda, maneiras de intervir no espaço público a fim de pautar criticamente a questão racial. O que incluía, principalmente, a captação de recursos humanos e materiais, a participação em congressos, seminários, cursos — como apoiador ou promotor desses eventos —, a edição de publicações, a manutenção e prestação de assessoria técnico-científica a projetos, programas e obras sociais.

A forma de ação desenhada nos estatutos provavelmente guarda certa relação com o repertório acumulado durante os anos 1970 e 1980. A Soweto foi criada pelas mesmas pessoas que montaram o



Grupo Negro da PUC (GNPUC), em 1979, as quais haviam tido algum contato com os movimentos operário, sindical, estudantil, feminista, e com iniciativas do próprio ativismo negro surgidas em São Paulo, a exemplo do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN, 1972), do Núcleo Negro Socialista (ligado à agremiação trotskista Liga Operária, 1973), o grupo de companheiros negros da Convergência Socialista (1978) e do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, depois MNU, 1978). No interregno entre o GNPUC e o nascimento da SON vários de seus adeptos cercaram fileiras no Partido dos Trabalhadores (PT), para onde levaram o debate racial.

A geração de militantes negros que naquele período enfrentava a ditadura civil-militar, lutava pela redemocratização do país e criticava o ideário da democracia racial, também estava atenta ao contexto internacional, notadamente ao desenrolar dos processos de descolonização da África e do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. A atenção ao que acontecia além das fronteiras nacionais permitiu-lhes, de um lado, reelaborar discursos, referências e estratégias de mobilização antirracista;



de outro, recuperar aspectos da ancestralidade africana e reposicionar o protagonismo negro, ressignificando a partir daí a escrita da história social e da literatura brasileiras como parte do mundo afro-atlântico. Assim, tanto a formação quanto os caminhos percorridos pela SON estão associados a esse quadro histórico. Sua própria denominação é um elo dessa relação pois remete a uma área urbana de comunidades negras sul-africanas, contígua a Johannesburgo, que foi palco de um levante estudantil contra o regime do *Apartheid*, em 1976. A alusão a Soweto é maneira de imprimir uma perspectiva afro-centrada à luta política e cultural contra o racismo, a discriminação e as desigualdades raciais no Brasil, ou, ainda, gesto de reinvenção simbólica do laço Brasil-África como alicerce da identidade política da organização.

Nesses termos, o modo como a entidade perseguiu e conduziu os objetivos enunciados em seus estatutos terminou por gerar um volumoso e rico acervo documental, bastante revelador do significado e do alcance prático de suas ações. Esse acervo integra a política de representação, memória e arquivamento desenvolvida

ZUMBI

300 anos de resistência

1695 - 1995

Ato Público Nacional
Entrega de documento reivindicatório a FHC

ARTE: NETHIO BENGUELA

música
dança
performances
oficinas

Esplanada dos Ministérios
a partir das 10:00h

20 de novembro
DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

RACISMO NÃO !

MNU . Ilê Obá . Ase Dudu
CMN. CUT

educação . saúde . emprego . direitos da mulher . moradia

pelo projeto Afro-Memória, uma parceria entre o Afro-CEBRAP, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp) e a Linha de Pesquisa Hip Hop em Trânsito apoiada pelo Modern Endangered Archives Program (MEAP-UCLA Library), empreitada global de apoio à recuperação e preservação de acervos em risco de extinção. Uma das metas é o arranjo da coleção digital *Soweto Black Organization* para disponibilizá-la ao público no site do MEAP (<https://meap.library.ucla.edu/projects/afro-brazilian-archives>). O trabalho já realizado diz respeito à seleção e digitalização do material, isto é, a conversão do objeto físico em objeto digital, e a catalogação. Esta etapa consiste na construção da representação do objeto digital propriamente dito, mediante a criação de metadados, a contextualização, a descrição, a identificação e a codificação de cada objeto digital. Tudo conforme os parâmetros estabelecidos na planilha de metadados do MEAP visando a indexação, gestão e divulgação dos dados compilados.

A execução dessas etapas pouco a pouco nos fez perceber a existência de um diversificado conjunto em termos de gênero e tipologia documentais, considerando textos escritos à mão, datilografados e/ou digitados, impressos e/ou extraídos de websites (anotações, publicações — jornais, boletins, revistas, cartilhas, artigos acadêmicos — documentos administrativos, certificados, programas de evento, palestras, correspondências), e material de divulgação (convites, flyers e cartazes). Uma parcela foi produzida diretamente pela SON, enquanto o quinhão mais robusto tem origem na atuação de diversos agentes do (e de fora do) movimento social negro, com os quais teceram-se redes, parcerias e alianças. Noutras palavras, o grosso do acervo da Soweto engloba itens coletados através de sua participação como promotora/organizadora/apoiadora de atividade ou publicação; em contextos eleitorais e na feitura de políticas públicas pelo interior das esferas do poder estatal, estadual e municipal; ou como interessada em tema atinente à questão racial e à luta por direitos.

Outra característica notável é a multiplicidade de assuntos que o acervo compreende: políticas

públicas de promoção da igualdade racial na educação e no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; violência racial; políticas de ação afirmativa; comunidades rurais negras, comunidades remanescentes de quilombos e o direito à terra; marxismo e luta de classes; criança/infância negra; mulheres negras e feminismo negro; povos indígenas; sindicalismo e mercado de trabalho; ecologia e meio ambiente; saúde; eleições; raça e suas intersecções com gênero e classe, entre tantos outros. Os cartazes, por exemplo, oferecem relevante amostra da abrangência nacional do Movimento Negro, bem como menções a África do Sul, Moçambique, América Latina e Caribe. Informam, ainda, a variedade de campanhas antirracistas, encontros, festividades, celebrações e atos públicos de protesto que animaram o debate racial e a política de rua do Movimento Negro entre c. 1980 e c. 2010, caso das marchas do Centenário da Abolição (1988) e do Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995).

Ao longo do processo de arranjo da documentação para a montagem da coleção digital foi possível entrever intenções, gestos e interesses da Soweto permeando a reunião, o acúmulo e a guarda de sua própria documentação. Tais práticas não apenas estavam no horizonte da entidade, como parecem ter transformado o ato de arquivamento em ato político dedicado às “populações Afro-brasileiras”. O resultado, por assim dizer, é a fabricação de um acervo que é território vivo de relações, práticas, símbolos, sujeitos, saberes, narrativas e temporalidades constitutivos de uma memória negra que inscreve e reconhece a coletividade à qual pertence.

REFERÊNCIAS

PODCAST *Momento História*. O passado no presente por meio do Acervo do CEDEM Centro de Documentação e Memória da UNESP. Publicado 29 ago. 2023. [Radio.unesp.br/noticia/9915](https://radio.unesp.br/noticia/9915) Unesp FM 105,7 Bauru.

CÂNDIDO - GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL - LUIZ EDUARDO GREECHARGH - GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PAULO TEIXEIRA -- GRUPO CULTURAL
- GRUPO CONSCIÊNCIA NEGRA ZUMBI/PARADA XV - INSTITUTO PADRE BATISTA - MOVIMENTO NEGRO RAÍZES DA ÁFRICA/DIADEMA - UNEGRO - MNU - EDITOR
- PROJETO FALA NEGÃO - SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA - SUBCOMISSÃO DOS NEGROS DA O.A.B./SP - INSTITUTO DO NEGRO PE BATISTA - GRUPO RAÍZES DA
- MOVIMENTO AUTO ESTIMA DA MULHER NEGRA DA PERIFERIA/SP
- COLETIVO DE NEGROS E NEGRAS PT/SP

Crédito da imagem: Fundo Soweto Organização Negra, AEL-Unicamp / Afro-Cebrap



DIADEMA - CANDELÁRIA - SANTO ANDRÉ - CIDADE DE
CARANDIRU - VIGÁRIO GERAL - ELDORADO DO CAR
POVO INDÍGENA PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

BASTA
PRAÇA DA SÉ 9-5-9
18 HORA

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

Atividades:

Dia 9 de maio de 1997, sexta-feira

16h30 - Concentração na Praça da República

A EXPERIÊNCIA DA CATALOGAÇÃO PARTICIPATIVA DO ACERVO SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA

Maria Júlia Venâncio Ananias

Pesquisadora do Afro CEBRAP no Projeto Afro Memória e mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP).

Depois de quase um ano de afastamento devido à pandemia de Covid 19, em fevereiro de 2021, com o avanço da vacinação, a organização do acervo da Soweto Organização Negra (SON) foi retomada num contexto ainda bastante desolador politicamente. Apesar da permanência de algumas restrições sanitárias, como o uso da máscara e distanciamento social, hoje compreendo o impacto da dimensão coletiva que marcou o trabalho de mais de um ano até a primeira viagem dos documentos da sede da Soweto para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Unicamp, onde estão sendo processados e permanecerão para consulta pública.

Meses antes da parceria entre SON e Projeto Afro Memória, já havia começado o esforço de separação e organização básica dos documentos na sede localizada no centro de São Paulo. Quando o Afro Memória chegou, era nítido o compromisso que a entidade e sua militância haviam assumido com a recuperação e difusão daqueles documentos acumulados ao longo de mais de três décadas de história.

Conjuntamente, iniciamos a seleção do que

seria considerado parte do acervo, uma vez que haviam documentos de caráter pessoal e financeiro que não faziam sentido para compor o conjunto. O próximo passo foi criar categorias a partir da grande variedade de tipos documentais, autorias e conteúdos dos mais de 10 mil documentos acumulados em caixas espalhadas pelas 3 salas da sede – panfletos, relatórios, manifestos, movimento feminista, mulheres negras, Partido dos Trabalhadores, entre outras. Em meio a cópias da ata de fundação, flyers da festa de comemoração de algum aniversário da Soweto, centenas de cartazes do movimento negro brasileiro e internacional, e milhares de jornais, realizamos a catalogação do que viria a ser o maior acervo captado até o momento no âmbito do Projeto Afro Memória.

O mergulho nos documentos foi marcado por uma série de momentos em que militantes puderam ver os encontros de suas trajetórias individuais com o projeto coletivo que decidiram construir há muitos anos. Depararam-se com lembranças que evidenciam a dimensão social da memória, da interdependência entre memória

individual e coletiva. Viram-se em marcos importantes das lutas por justiça social e igualdade racial, se reconheceram nas conquistas e rememoraram as alegrias vividas ao lado de companheiras e companheiros, alguns que já se foram e outros com os quais compartilham o caminho até hoje. Assim, o trabalho com o acervo oportunizou a renovação do sentido pessoal e político de seu envolvimento na história da Soweto, do movimento negro e, de algum modo, do Brasil.

O acervo

Apesar de acumulado e preservado na sede da Soweto desde sua fundação em 1991, o acervo contempla a história do movimento negro brasileiro contemporâneo como um todo, assim como a trajetória de atuação de outros movimentos sociais, entidades e partidos políticos. Inclusive, somente uma pequena parte foi de fato produzida ou é de autoria da SON, com destaque para os documentos de fundação e dos primeiros projetos a serem desenvolvidos pela entidade.

Outro componente que merece destaque é o de registros do Grupo Negro da PUC (GNPUC), uma vez que seria difícil discorrer sobre a formação da Soweto sem abordar o GNPUC – um “núcleo negro militante” formado oficialmente em agosto de 1979 por estudantes de diferentes cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o objetivo de “desenvolver atividades dentro e fora da Universidade, visando a intervenção e ampliação da discussão sobre a realidade racial negra na sociedade brasileira” (SANTOS, 1987). Apesar de organizações ativas em períodos diferentes, foram idealizadas e construídas por um conjunto comum de jovens militantes negras e negros que se organizaram para contribuir com as principais tarefas políticas à época.

Nesse sentido, o acervo expressa um conjunto bastante diverso de temáticas, debates, processos e marcos políticos da história recente do Brasil. A redemocratização pós-ditadura militar impulsionou a participação de negras e negros em outros espaços além do movimento negro, como

os partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornavam mais permeáveis ao debate racial e incidiam sobre a militância negra, parte dela fundadora e integrante da Soweto. Logo, o acervo contém documentos que expressam os limites e possibilidades da relação entre setores do movimento negro e o PT no contexto de reabertura política. Esse desafio de articular raça e classe surgiu do importante legado deixado pela geração de 1978, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), que compreendeu a necessidade estratégica de aliar a luta antirracista às lutas consideradas democráticas e às organizações da classe trabalhadora.

Ademais, o material abrange um período importante da década de 1990 de especialização e institucionalização do movimento negro (DOMINGUES, 2007). Documentos registram a mobilização para realização da Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, no dia 20 de novembro de 1995, um marco na trajetória das políticas de igualdade racial no país, quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu representantes do movimento e instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Membros da Soweto cumpriram papel central na construção da Marcha no dia nacional da consciência negra e tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra no Brasil, reivindicado pelo movimento negro por meio do resgate da memória, como mostram os documentos referentes ao evento.

Nos governos seguintes presididos por Lula, as políticas de igualdade racial alcançaram um novo estatuto no âmbito do Estado a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, que teve Matilde Ribeiro, integrante da SON, como primeira secretária. O acervo conta com vários documentos que relatam as muitas e complexas dimensões dos 8 anos de trabalhos desenvolvidos pela SEPPIR, até sua extinção em 2015.

Esse é um pequeno panorama do que é possível encontrar no Acervo Soweto Organização Negra, que pode ser considerado um retrato

racializado da luta em defesa da democracia, contra o racismo e pela igualdade racial nos últimos 40 anos. De efemérides como o 20 de novembro e o 13 de maio, a congressos, encontros e seminários dedicados à questão racial, protestos públicos contra a violência racial, criação de espaços governamentais de participação política da sociedade civil, e contribuições escritas de militantes e intelectuais negras e negros dedicados à luta contra a discriminação racial.

Se é verdade que o racismo é estrutural, também é fato que o movimento negro sempre se propôs a elaborar, debater e atuar sobre as mais diversas agendas e esferas da sociedade brasileira. Prova disso são os documentos que registram a luta por melhores condições de trabalho, contra a esterilização forçada de mulheres negras, pela inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, por ações afirmativas nas universidades e serviços públicos, pela legalização do aborto seguro e gratuito disponível em um sistema de saúde pública de qualidade para todos, pelo fim da violência policial contra a juventude negra e periférica, e contra o avanço da extrema-direita no país.

Dessa forma, o material oferece inúmeros registros que vão na contramão das narrativas oficiais sustentadas por políticas de esquecimento e apagamento da verdadeira participação do povo negro na formação social, cultural e política do Brasil.

Memória negra: o potencial da organização e ação coletiva

A escolha pela participação de militantes da Soweto desde os primeiros passos do processamento do acervo tem sido fundamental para a preservação de aspectos culturais e políticos da produção, preservação e difusão dos materiais. Esse talvez seja o principal pilar do Projeto Afro Memória, que se propõe a destacar a memória negra como importante dimensão e instrumento da luta antirracista. Portanto, cabe perguntar: qual o sentido de disponibilizar publicamente

esse e outros acervos negros, produzidos, resgatados e difundidos de maneira colaborativa? Algumas reflexões sobre a questão podem ser apresentadas a partir da experiência do Projeto.

A catalogação participativa fortalece as relações entre os documentos e agentes que os produziram, acumularam e preservaram, mesmo que em condições precárias e adversas. Mais ainda, produz pontes intergeracionais, elemento indispensável na garantia da transmissão e manutenção não só da memória, como também da própria continuidade do movimento negro na vanguarda das lutas políticas nacionais e internacionais.

Da perspectiva intelectual, temos dado passos valorosos em direção à superação da desconfiança que frequentemente pautou as relações entre movimento negro e academia. Acredito que as novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores negros, fruto da luta e conquista histórica do movimento pela implementação da política de cotas, chegaram para consolidar e renovar o compromisso de reconhecimento de militantes e organizações negras enquanto agentes históricos, contestando a condição de mero objeto de estudo à qual muitas vezes foram submetidos. Ao tensionar o *ethos* da academia, reivindicando relações mais horizontais de mútua identificação e respeito, intelectuais são formados na confluência de experiências, saberes e territórios negros, com o horizonte estratégico do movimento social e as referências bibliográficas, sobretudo negras, comprometidas com o antirracismo.

Institucionalmente, consiste em uma nova política antirracista, que consolida o AEL como um centro de referência da memória negra para estudantes, pesquisadores, funcionários e para o público geral interessado, por meio de transformações que passam pela gestão, formação do quadro de funcionários e participação de estudantes bolsistas, muitos ingressantes via política de cotas. Combinado a isso, uma vez levada a sério pela comunidade universitária e acadêmica na mesma medida em que é levada pelo movimento negro, pode ser uma forma de fortalecimento das políticas de acesso e permanência estudantil na Unicamp e em outras universidades,

dados que estudantes em diferentes etapas da trajetória educacional podem se ver representados e, logo, pertencentes àquele espaço.

Assim, por meio de uma política de memória antirracista e da memória negra, é possível resgatar o legado de intelectuais negras e negros, muitos ativos no movimento social, que não tiveram sua grandiosidade e contribuições devidamente reconhecidas no mundo acadêmico. Ao mesmo tempo, demonstra como não só é possível, como legítimo, conduzir pesquisas de qualidade, com rigor científico, teórico e metodológico, sem abrir mão dos muitos lugares onde firmamos nossos pés e que nos forjam enquanto pesquisadoras e pesquisadores engajados com a busca por justiça social. É sobre compreender que a transformação do imaginário hegemônico, construído sobre uma memória oficial que invisibiliza e apaga as dores e delícias das experiências negras, passa necessariamente pelo resgate e transmissão da memória negra como elemento fundamental na história do Brasil.

O enegrecimento da memória coletiva possibilita a concepção de novas bases epistemológicas e metodológicas na aprendizagem e produção de conhecimento. Criam-se condições simbólicas e materiais para que pessoas negras possam se apropriar das oportunidades proporcionadas pelo acesso a espaços que destacam referências, narrativas e olhares negros sobre o passado, alcançando lugares futuros além dos limites da esfera acadêmica e dialogando com a realidade social.

Pessoalmente, fui bastante impactada e privilegiada pela experiência da catalogação participativa do Acervo Soweto Organização Negra, a começar pela concretização de uma pesquisa de iniciação científica na qual me debrucei brevemente sobre o processo de concepção e fundação da Soweto com base na memória do GNPUC e transição para SON. A relação com o acervo e militantes que me acolheram e ensinaram tanto tem impulsionado um projeto de mestrado que propõe pensar a memória negra não só como memória do movimento negro de maneira isolada (que por si só já é significativa), mas sim conectada à memória mais ampla da luta por

democracia, direitos e justiça social no Brasil, protagonizada por pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+ e da classe trabalhadora. É uma tentativa, dentre tantas, de reverter o apagamento e reconhecer a memória negra como parte indissociável da memória social do Brasil.

O contato em primeira mão, a oportunidade de ouvir, ler, recuperar e compartilhar os registros de militantes que estiveram presentes em marcos importantes da luta antirracista e democrática no Brasil me fazem acreditar cada vez mais que não há outro caminho possível que não: nada mais sobre nós, sem nós.

REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.
- MBEMBE, Achille. Decolonizing knowledge and the question of archive. *Africa is a country*. 2015.
- SANTOS, G. G. dos. Grupo Negro da PUC. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 135-136, nov. 1987. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741987000400035&lng=pt&nrm=iso.

Um Negro
apresenta

FESTA

NO

QUILOMBO

Local: **13 de Maio,**
1.642

SETEMBRO

22 HORAS

\$3,00

Crédito da imagem: Fundo Soveto Organização Negra, AEL-Unicamp / Afro-Cebrap

AS LUTAS DA SOWETO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA (UNICAMP)

Alison Batista Martins de Almeida

Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Danilo Mendonça

Graduado em História pela Unicamp.

Bruno Alberto Marins

Graduado em História pela Unicamp e mestrando em História Social pela mesma universidade.

Jean Rodrigues Lamão

Graduado em História pela Unicamp.

Neste artigo desenvolvemos uma reflexão sobre o estágio da licenciatura em História que realizamos na UNICAMP em 2021, com enfoque em entrevistas com os fundadores da Soweto Organização Negra (SON). O objetivo foi contribuir para a organização do seu acervo no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e nos capacitar para a implementação da Lei 10.639/2003 em sala de aula. As atividades foram desenvolvidas no âmbito da disciplina Estágio Supervisionado em História, ministrada pelo professor Aldair Carlos Rodrigues, de forma remota, no difícil contexto da pandemia da COVID-19 que assolou nosso país e o mundo. A nossa equipe,

composta por Alison Batista Martins de Almeida, Bruno Alberto Marins, Danilo Mendonça e Jean Rodrigues Lamão, optou por esse projeto porque víamos nele uma chance de aprender mais sobre o arquivo e sobre a guarda e gestão de documentos históricos.

Sob a supervisão do professor Aldair e de Silvia Rosana Modena Martini, chefe da Seção de Tratamento da Informação e Apoio do AEL, fomos nos familiarizando com a trajetória da SON, cujo acervo havia sido incorporado ao Arquivo. A sua rica documentação abrange cartazes, faixas, *banners*, fotografias, boletins, panfletos, atas etc. São documentos que resgatam a história

dessa instituição, isto é, mais de três décadas de lutas contra o racismo estrutural, a desigualdade e a marginalização social da população negra brasileira.

Logo no início de nossa pesquisa ficou evidente que, apesar de fundada em 1991, a história da organização remontava ao movimento estudantil de negros e negras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), quando a maioria de seus fundadores, ainda estudantes de graduação, criaram em 1979 o Grupo Negro da PUC (GNPUC). Assim, coletamos informações e publicações na *internet* acerca do GNPUC e da Soweto, bem como de seus membros e ex-membros, com o objetivo de construir um banco de dados com informações sobre o grupo. Além disso, entrevistamos algumas dessas pessoas por videoconferência e produzimos minibiografias que auxiliaram os funcionários do AEL na organização do acervo. Fizemos entrevistas com Alva Helena de Almeida, Antonio Jacinto dos Santos, Deborah Silva Santos, Gevanilda Gomes dos Santos, João Batista de Jesus Felix, Maria do Carmo Salles Monteiro, Maria Inês da Silva Barbosa, Matilde Ribeiro, Paulo Rafael da Silva, Ramatis Jacino, Romildo José dos Santos e Suelma Inês Alves de Deus.

O estágio com foco na Soweto contribuiu enormemente para nossa formação profissional como professores aptos a adotar métodos pedagógicos antirracistas centrados no protagonismo negro e para nossa formação como cidadãos. Conversar com pessoas tão relevantes para a história do movimento negro brasileiro, que lutaram e lutam por igualdade racial e equidade social em um país ainda tão desigual, foi inspirador e nos possibilitou conhecer mais sobre os movimentos sociais da segunda metade do século passado no Brasil e seu papel nas lutas pela democracia. Podemos dizer que esse nosso primeiro contato com as práticas da história oral nos habilitou também para revisitar tópicos clássicos do currículo de história contemporânea do Brasil, deslocando o protagonismo negro para o centro do processo histórico.

Mas, afinal, o que aconteceu nesse período e

o que essas pessoas têm a nos contar? Em 1964, com um golpe militar, instaurou-se no Brasil uma ditadura marcada pela repressão de opiniões críticas ao governo na qual os movimentos sociais e as manifestações políticas foram silenciados através da violência estatal e da censura. As organizações negras que buscavam lutar contra o racismo não escaparam das garras dos militares, que adotaram oficialmente a ideologia da democracia racial como instrumento de controle, proibindo qualquer representação do Brasil que expusesse as relações raciais no país como não harmônicas.¹

Contudo, a resistência sempre se fez presente e, a partir dos anos 1970, os movimentos negros e de trabalhadores reemergiram, realizando greves e manifestações em todo o país. Nesse contexto, as críticas à exploração capitalista se uniram à luta antirracista. Assim, ativistas negros enfatizaram que a superação da opressão de classe não resultaria na superação da discriminação racial, sendo, portanto, necessário somar esforços para opor-se a ambos².

Nesse contexto de resistência à ditadura militar, ocorreu, em 1978, a reunião de diversos grupos e organizações negras nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a fim de protestar a morte de Róbson Silveira da Luz, um trabalhador negro que havia sido capturado e torturado pelo aparato repressivo do Estado. Além disso, o protesto também denunciou a expulsão de quatro jovens atletas negros do Clube de Regatas Tietê, vítimas de discriminação. Essa reunião levou à amalgamação de alguns grupos de militantes negros sob a denominação Movimento Negro Unificado (MNU), organização significativa nas lutas pela superação do racismo no Brasil.³

Sobre a atuação do movimento negro nas últimas décadas do século XX, Alva Helena de

1 HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 132-137.

2 MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. p. 128.

3 *Ibid.*, p. 129. PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

Almeida, presidenta da Soweto Organização Negra, chamou a atenção para a valorização da perspectiva negra como uma alternativa ao referencial de mundo baseado no eurocentrismo:

A importância do movimento negro no país é, nesse período, anos 60, 70, 80, é de institucionalizar pautas e organizações que dessem conta do enfrentamento do racismo na sociedade brasileira [...]. Então, a importância do movimento negro é pautar questões e uma referência de mundo que não o mundo branco europeu. Existe uma outra perspectiva histórica e de conhecimento de valores, a estética negra, os conhecimentos religiosos, a questão da natureza.⁴

Nesse cenário marcado por lutas e protestos, um ano depois da fundação do MNU, um grupo de estudantes da PUC-SP fundou o Grupo Negro da PUC. Deborah Silva Santos nos descreveu sua experiência como uma das fundadoras do GNPUC:

O GNPUC foi fundado em 1979, eu já estava na universidade há um ano, mais ou menos. De 1979 até 1983, período que coincidiu com minha graduação, fui uma militante assídua, participando das reuniões que ocorriam todos os sábados à tarde, onde decidíamos nossas posições políticas e as ações que participaríamos ou que iríamos fazer a partir de um cronograma ou demandas apresentadas.⁵

No momento em que os membros do Grupo Negro da PUC deixaram a universidade e partiram para caminhos distintos em suas vidas, alguns deles sentiram a necessidade de continuar o trabalho que haviam iniciado durante a graduação e fundaram a Soweto Organização Negra. Maria Inês da Silva Barbosa, que, mesmo não sendo estudante da PUC, participou do GNPUC tornou-se uma das fundadoras da Soweto, explicou que:

Nós [a Soweto] éramos parte do movimento,

4 Entrevista por videoconferência de Alva Helena de Almeida, concedida a Alison Batista Martins de Almeida em 19 de outubro de 2021, minutos: 19:21-21:02.

5 Entrevista por questionário escrito de Deborah Silva Santos, concedida a Jean Rodrigues Lamão em 7 de outubro de 2021.

sempre entendemos que você tem diversas organizações, tanto organizações de mulheres negras, quanto organizações do movimento negro mais geral, não especificamente de mulheres, de participação enquanto mulher negra dessa organização em outros espaços. Me lembro no congresso de mulheres negras que se realizou em Volta Redonda, nós estávamos lá enquanto Soweto. É nesse propósito, com base comum, que muitas vezes as estratégias são vistas de forma distinta, mas compreendendo que é um conjunto de organizações que estão buscando os mesmos fins, o mesmo propósito, e que nós somos parte do que se chama o movimento negro mais geral, mas que se conflui em determinado momento para uma ação em comum.⁶

Na fala de Maria Inês, percebemos como o movimento negro é entendido por esses militantes: uma união entre diversas organizações que, cada uma a sua maneira, visam combater um inimigo em comum, o racismo. Ao mesmo tempo, ela aponta para a forte presença das mulheres negras dentro do movimento e sua importância para a dimensão interseccional da opressão racial.

A Soweto sempre teve uma atuação importante no campo da educação, talvez porque muitos de seus fundadores e membros foram docentes em universidades e professores do Ensino Básico, como Gevanilda Gomes dos Santos, sócia-fundadora da Soweto:

Por volta dos anos 90, dos anos 2000, pesquisadores negros começaram a buscar uma atuação coletiva, aí fundaram, acho que no ano 2000, em Recife, a Associação Nacional de Pesquisadores Negros [...], esta associação até hoje ela é atuante, porque ela foi uma demanda muito interessante do movimento negro, porque começou a refletir sobre a revisão historiográfica, primeira coisa. Segundo, os negros e a história do negro era vista como objeto de pesquisa, e aí houve uma conversão pra que nós nos tornássemos protagonistas, sujeito e objeto da história, aí começa a criar um som com a

6 Entrevista por videoconferência de Maria Inês da Silva Barbosa, concedida a Alison Batista Martins de Almeida em 21 de novembro de 2021, minutos: 33:20-34:30.

academia, por quê? Ah, fala assim, “você não têm neutralidade científica” (risos), porque você é um negro, eu no caso, né? E eu tô estudando minha própria história, pô, mas o que é isso? Então, aí começa um debate com a academia, com os institutos, departamentos, para criar esse estilo de pesquisa, vamos dizer assim. Então, nós tínhamos a autonomia, que era importante, o protagonismo e o questionamento da chamada neutralidade científica, a gente sabe que não existe neutralidade científica.⁷

Como vemos, Gevanilda sublinha a dimensão epistemológica das lutas antirracistas decorrente da atuação de pesquisadores e organizações sociais negras, em fins do século XX e início dos anos 2000, para a reformulação das pesquisas acadêmicas brasileiras, sobretudo na área das ciências humanas. Historiadora de formação, Gevanilda sabia qual era o papel atribuído aos negros e negras nos livros e aulas de História do Brasil da época: “objeto”. Em suas palavras, era preciso resgatar o “protagonismo”, a “autonomia” da população negra, e questionar os parâmetros de uma suposta neutralidade científica. Afinal, os brancos, quando escreviam sua “própria história”, não enfrentavam os mesmos questionamentos colocados aos pesquisadores negros.

A atuação de pessoas como Gevanilda dentro do movimento negro contribuíram para a criação de uma lei nacional que, em 9 de janeiro de 2003, implementou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do país, nascia a Lei Federal n.º 10.639⁸.

Havia muito o que comemorar com a sanção da lei, mas era importante que ela não se juntasse a tantas outras que foram desrespeitadas pelo Estado brasileiro, como a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o comércio de escravizados

africanos para o Brasil, ou que sua conquista fosse apropriada por grupos políticos que pouco contribuíram para sua realização, a exemplo da abolição da escravidão no Brasil⁹. Matilde Ribeiro, sócia-fundadora da Soweto, comentou sobre as intenções do Governo brasileiro de realizar uma “grande festa” em 13 de maio de 1988, centenário da abolição brasileira, e a postura do movimento negro em relação a isso:

Em 1988, teve todo o processo da revisão constitucional, teve toda a mobilização em relação aos 100 anos da abolição da escravidão, porque os governos da época queriam fazer uma grande festa, né? Nos 100 anos da abolição. E o movimento negro, em âmbito nacional, disse não, festa não, festa pura e simplesmente não. Temos sim que comemorar o advento da abolição, mas temos também que ter uma postura muito crítica, e a pergunta-chave era: abolição aboliu o quê? Considerando a forma que vivia a população negra naquela época e até os dias de hoje, uma condição de exclusão, de limites, vetos de acesso ao mercado de trabalho, ao sistema educacional, um racismo muito exacerbado.¹⁰

Sobre a exclusão da população negra do sistema educacional, a presidenta da Soweto, Alva Helena de Almeida, relatou as dificuldades que sofreu ao adentrar a universidade pública em um contexto no qual as cotas ainda não existiam:

Naquela época, não tinha cotas, né? Então, entrei na universidade, mesmo sendo pública, era em período integral, precisava de recursos

7 Entrevista por videoconferência de Gevanilda Gomes dos Santos, concedida a Danilo Mendonça em 29 de outubro de 2021, minutos 44:06-45:53. A instituição que Gevanilda fez menção, na verdade, é a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

8 BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msclid=0c0d30. Acesso em: 25 ago. 2024.

9 Sobre o descumprimento da Lei de 1831 e o fim definitivo do tráfico atlântico de africanos escravizados para o Brasil em 1850, conferir: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Sobre a Lei Áurea e o fim da escravidão no Brasil, conferir: ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, v. 14, n. 19, p. 91-108, 2011. SCHWARZ, Lília Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 23-54.

10 Entrevista por videoconferência de Matilde Ribeiro, concedida a Jean Rodrigues Lamão em 5 de novembro de 2021, minutos 2:48-4:11.

para me manter. Tinha refeição, tinha livros, a maioria a gente pegava na biblioteca, mas tinha que tirar xerox, tinha que pagar condução. E aí minha mãe, que então se dedicava às tarefas domésticas, passava roupa para fora para ajudar nas despesas, ela decidiu me bancar na universidade, então, ela passou a trabalhar alguns dias da semana como passadeira e me manteve na universidade os 4 anos [...]. Em algum momento, ali por sete meses eu acho, tentei me manter num vínculo empregatício à noite como estudante. Depois do 4.º semestre eu já podia trabalhar, mas eu não conseguia me manter acordada no período da tarde, período de aula teórica, então, eu tive que realmente sair e me assumir, me bancar financeiramente¹¹.

A fala de Alva Helena demonstra os percalços no processo de democratização da educação de nível superior no Brasil, pois mesmo o ensino gratuito oferecido pelas universidades públicas exigia – e ainda exige – grandes despesas, o que barrava muitos alunos, sobretudo negros, que não possuíam condições financeiras suficientes para se manterem nessas instituições. Para amenizar essa situação, em 2012, após muitos anos de lutas, o movimento negro, somado a outros movimentos sociais, conquistou mais um direito, a Lei de Cotas, que definiu a reserva de 50% das vagas de instituições federais de educação a alunos do Ensino Médio público, sendo metade dessa porcentagem destinada a estudantes com renda familiar mensal por pessoa igual ou menor a um salário mínimo. Ainda inserida nessa porcentagem de 50%, as vagas seriam divididas para os ingressantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas¹².

Contudo, apesar de representarem avanços quanto ao acesso à educação, à valorização da cultura e história afro-brasileira e no combate

ao racismo, a Lei n.º 10.639 e a Lei de Cotas não puseram fim a discriminação e desigualdade racial que ainda imperam na sociedade brasileira. Ainda hoje, as dificuldades relatadas por esses e essas militantes negros e negras existem. A luta do movimento negro se mantém ativa e necessária para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, pois, como disse Antonio Jacinto dos Santos, membro da Soweto: “[...] a gente já nasce nessa luta, né? A gente cresce nessa luta, a gente vivencia essas questões o tempo todo, assim como qualquer outro negro, negra, que você perguntar [...]”.¹³

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, v. 14, n. 19, p. 91-108, 2011.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 23-54.

11 Entrevista por videoconferência de Alva Helena de Almeida, concedida a Alison Batista Martins de Almeida em 19 de outubro de 2021, minutos: 01:49-03:50.

12 BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.

13 Entrevista por videoconferência de Antonio Jacintho dos Santos, concedida a Jean Rodrigues Lamão em 2 de novembro de 2021, minutos 9:00-9:15.

PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL: VIDAS REGADAS A RESILIÊNCIA E INSUBMISSÃO

Matilde Ribeiro

Ativista antirracista e feminista, pesquisadora, escritora e poeta. Doutora *Honoris Causa* pela UFABC. Doutora em Serviço Social (2013) e desde 2014, é professora na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Foi Ministra da Igualdade Racial no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2008).

*Mulher negra é dona de si,
mas não nasce com esse saber.
Os dizeres pra avó, mãe e filha são
quase sempre os mesmos,
são Marias que cuidam dos outros, da humanidade.
Mas da herança do cuidar, limpar e servir,
surge também um sentir e agir ancestral.
Sim... mulher negra é dona de si,
e se não nasceu sabendo,
se a mesquinhez humana lhe escondeu esse segredo,
deve ficar atenta aos acenos do vento,
que a levarão ao lugar de si própria.¹*

O poema “Dona de si e do mundo” como um extravasar da busca de autopercepção e de compreensão do mundo criado ao redor das Mulheres Negras, contribui para a reflexão sobre a vida dessas sujeitas vilipendiadas, sugerindo implicitamente a necessidade do esforço para como ativistas e agentes políticas, se tornarem reconhecidas em um país que não valoriza o caminho da construção de direitos. Assim, cabe a pergunta: Quem são essas mulheres negras que carregam, historicamente, os fardos da opressão de gênero, raça e classe na sociedade brasileira? E a partir desta primeira pergunta, tantas outras surgem, como por exemplo: Quais têm sido as estratégias para construção de políticas públicas, definidas por parte das mulheres negras?

Obter respostas a essas e outras tantas perguntas não é fácil, isso não se dá de maneira automática ou instantânea. Deve-se reconhecer que o processo organizativo e de luta da

¹ Trechos da Poesia “Dona de si e do mundo” escrita por mim em 26.08.2021, postada no dia 05/11/2021 no Canal YouTube – “Memórias Poéticas”.

OBJETIVOS

- . Aprofundar a discussão acerca da realidade e organização da mulher negra, sob a perspectiva de raça, classe e gênero (opressão das mulheres).
- . Apresentar ao público em geral a produção teórica de mulheres negras, no âmbito da pós-graduação, sobre a luta anti-racista.
- . Trocar experiências sobre a produção acadêmica com o objetivo de desmistificá-la e incentivar novas produções.

PROMOÇÃO: SOWETO - Organização Negra

APOIO: Fórum Estadual de Mulheres Negras
Neágro - PUC/SP

INFORMAÇÕES: 521-9822 com Natilde ou Débora

PARTICIPAÇÃO ABERTA / INSCRIÇÕES NO LOCAL

**SOWETO:
Organização
Negra**

A SOWETO: Organização Negra é uma entidade civil, de ação social, sem fins lucrativos, com sede em São Paulo.

Uma entidade aberta à todos aqueles interessados. Tem como objetivo a construção de ações organizadas para a superação das desigualdades socio-raciais.

Propomos intervir nesta realidade que aí está, buscando transformar as condições de vida da população, principalmente as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da maioria negra da população.

A entidade estrutura-se através de núcleos (mulher negra e políticas sociais) e departamentos (estudos e pesquisas e comunicação).

CICLO DE DEBATES

**MULHER NEGRA
EM AÇÃO**



10, 11 E 12 DE MARÇO DE 1993
DAS 19:00 ÀS 22:30
NA PUC - Rua Monte Alegre, 984,
Perdizes - Prédio Novo, 2º andar, sala 239.

população negra é histórico e contínuo, e nas últimas décadas as Mulheres Negras afirmaram o protagonismo, partindo de estratégias de lutas em âmbito nacional e internacional, baseando-se na reflexão e ação a interseccionalidade entre raça, etnia, gênero e classe social.

A arrancada desse estado de vigília permanente tem origem desde a época da escravidão, e deverá ser mantida como alerta enquanto existir de maneira persistente – o racismo, o machismo, a LGBTfobia. É notória a ampliação da atuação das mulheres negras no espaço público como agentes políticas em ações coletivas, buscando a identificação das diferenças entre as mulheres como parte da vida que deve ser positivada.

No campo internacional, a partir das Conferências Mundiais realizadas pela ONU (Organização das Nações Unidas). Destacam-se duas situações: 1) a Conferência Mundial sobre a Mulher (1985, Beijing/China) que na “Declaração e o Programa de Ação de Beijing” reafirma

compromissos em prol dos direitos humanos das mulheres, baseando-se no antirracismo, feminismo, pelo Bem Viver; e, 2) a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (2001, Durban/África do Sul), conectada a agenda “2001 – Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia a as formas Conexas de Intolerância”. A “Declaração e Programa de Ação de Durban”, explicita que a escravidão e a servidão dos descendentes de africanos, caribenhos, povos indígenas, constituíram crimes de lesa humanidade.

Ainda, outras trilhas são: 1) o seguimento da “Década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento” (2014-2024), instituída pela ONU, com o intuito de promover reflexões e o monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, afirmando que deve ser política permanente de Estado; e, 2) a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de

AValiação DA CONEN SOBRE A TRAJETORIA DAS REDES DE MULHERES
NEGRAS:
MULHERES NEGRAS URBANAS E RURAIS:

Breve roteiro de Organização das mulheres negras brasileiras:

1. A luta das mulheres negras se realiza desde a chegada das primeiras levas de negros ao solo brasileiro para servir ao trabalho escravo. Muitas mulheres se destacaram na direção dos quilombos, a exemplo de Maria Tereza do Quariterê em Cuiabá (1611), Zeferina, Quilombo do Urubu na Bahia, Luiza Mahiam liderança da Revolta dos Malês (1835). Além da presença das mulheres na reorganização do capital cultural de matriz africana, especialmente na organização dos terreiros de Candomblé, religião de forte presença feminina no exercício da liderança e nas irmandades Católicas, a exemplo da secular Irmandade da Boa Morte, na Bahia.
2. Na sociedade contemporânea a presença das mulheres negras na ação política ganhou novos contornos. As mulheres se organizam nas associações de moradores, nos clubes de mães, nas ligas de escolas de samba, nos blocos afros, nos sindicatos de trabalhadores e entidades especificamente organizadas para a luta feminista negra.
3. O movimento de mulheres negras na sociedade contemporânea ganha força na década de 70, a partir da crítica a insuficiência do movimento negro misto e do movimento feminista clássico, majoritariamente liderado por mulheres brancas de classe média, em dar resposta à problemática da discriminação de gênero entrelaçada com o racismo.
4. Em 1988 as mulheres negras deram passos importantes na construção de um feminismo negro, um feminismo com fisionomia própria. Realizou-se em Valença no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a participação de 450 mulheres de 17 estados. A grande questão deste encontro foi organizativa, foi o como organizar o movimento de mulheres negras em plano nacional.
5. Em 1991 realizou-se o II Encontro Nacional de Mulheres Negras em Salvador, no CESC – Piatã. Participaram 430 delegadas, também de 17 estados. O tema foi organização estratégia e perspectivas. Foram amadurecidas e aprofundadas questões levantadas no I ENMN, através de mesas de debate, trabalhos em grupo. Ficou evidente que as contradições que permeiam as relações sociais também alcançam e se reproduzem no seio do movimento de mulheres negras. Diversas

Discriminação Racial, ratificada pelo governo a poucos anos, tem importante papel como base para construções de direitos individuais e coletivos.

Em âmbito nacional nas últimas décadas destacam-se alguns importantes momentos: em 1988, a realização no Rio de Janeiro do ENMN – Encontro Nacional de Mulheres Negras; em 1991, o I ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras, foi realizado em São Paulo. Os dois encontros trouxeram ineditismos no processo organizativo nacional e os debates sobre a atuação conjunta dos grupos e das entidades, a organização específica de mulheres negras, as questões nacionais pós-abertura política (fim da ditadura militar), a violência racial, a relação com partidos políticos, entre outros.

Uma das principais ações contemporâneas em âmbito nacional de expressão da luta contra o racismo foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada em 1995, em Brasília, liderada pelo Movimento Negro e pelas organizações de mulheres negras,

em parceria com outros setores do movimento social. Ao final da Marcha, foi entregue ao Presidente da República, na época – Fernando Henrique Cardoso (FHC) – o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, com reivindicações visando à inclusão da população negra e das mulheres negras nas políticas públicas – inserção no mercado de trabalho, educação, cultura e comunicação, saúde, terra e combate à violência (Marcha Zumbi dos Palmares, 1996), impulsionando a criação do “GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra”, o qual abriu espaço para participação ampliada da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra para a vida nacional.

Vinte anos após a Marcha Zumbi dos Palmares, em 2015, foi realizada em Brasília a “Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver”, o objetivo foi de denunciar como a sociedade brasileira e o Estado excluem, violam e negligenciam os corpos negros, em especial os das mulheres negras, foi apresentado um projeto de nação diferenciado do que vivemos, valorizando as múltiplas formas de resistência e as reivindicações pela vida plena – saúde, educação, arte, lazer, moradia. O resultado expresso por meio do Documento Analítico e Declaração (2015) aponta para a premente necessidade de negociação das reivindicações com o Estado brasileiro, visto que foi realizada audiência com a Presidenta Dilma Rousseff. Diante de um rol de afirmações, destacam-se alguns pontos apresentados pelas ativistas como inegociáveis: direito à vida; direito à humanidade; direito a ter direitos; e reconhecimento das diferenças/alteridade (p. 18-19).

Ainda, por meio da agenda governamental, foram realizadas no período entre 2005 e 2017 quatro CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e quatro CNPM – Conferências Nacionais dos Direitos da Mulher. Para as Mulheres Negras vinculadas aos movimentos sociais as Conferências Nacionais foram bastante significativas – sejam as de *Promoção da Igualdade*

Racial ou as de *Políticas para as Mulheres*, quanto ao real diálogo e formulação de políticas públicas de forma que a sociedade civil pudesse utilizar de estratégias de se fazer ouvir, num cenário onde a representação de Estado foi presente e continuada. Mas o risco de descontinuidade é premente, como se pode analisar nas experiências locais e federal, no processo das gestões, considerando também as alternâncias dos grupos políticos de poder.

As desigualdades históricas e o atual momento de crise econômica, social, política, cultural, sanitária e climática tornam os processos organizativos da sociedade civil complexos, causando a necessidade de firmeza de propósitos, redefinição de estratégias de luta e continuidade da ação política, entre outras medidas visando romper barreira em âmbitos local, regional, nacional e internacional.

Nesse caso são enaltecidas as lutas do passado e do presente, na perspectiva de superação do racismo e pela construção da emancipação social no Brasil e na diáspora africana. Importante se faz considerar a agenda contínua de trabalhos estruturantes e mobilizadores; e, a capacitação de lideranças e multiplicação de ações. Não devem existir margens para dúvidas. É necessária a intensificação de elaboração de propostas e monitoramento das políticas por parte da sociedade civil como elemento fundamental e indispensável para o desenvolvimento e inclusão.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. *Duas décadas depois da Conferência de Durban, ainda temos desafio de resgatar direitos humanos*. In: Jornal Folha de São Paulo – Edição Impressa, 1º.setembro de 2021 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/09/duas-decadas-depois-da-conferencia-de-durban-ainda-temos-desafio-de-resgatar-os-d>

CARNEIRO, S. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Ashoka Empreendimentos Sociais. Rio de Janeiro: Takano e Cidadania Editora, 2003.

MARCHA *mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver*. Documento Analítico, Brasília, 2015.

MARCHA *Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida*. Programa Nacional de Combate ao Racismo e a Desigualdade Racial. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras em Movimento*. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, [Coleção Temas Insurgentes – 2ª ed.], 2022.

RIBEIRO, Matilde. *Políticas de Igualdade Racial no Brasil, 1986-2010*. Editora Garamond Universitária. Rio de Janeiro, 2014.

ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Opressão e rebeldia, embora sejam palavras com sentidos opostos, são presentes na história da população negra. Contrariando o "destino" que lhe foi determinado, rebelou-se buscando garantir a sobrevivência, a dignidade, um novo horizonte de vida onde a liberdade seja efetiva.

Em relação a mulher negra, a luta tem sido pela superação da tríplice exploração: em sua condição de trabalhadora enfrenta as mais extensas jornadas, os salários mais baixos, as mais desqualificadas funções; enquanto mulher vivencia a discriminação sexual, não vê respeitada sua sexualidade, sua forma de ser, seus direitos reprodutivos; enquanto negra sofre o preconceito e as marcas do racismo.

As iniciativas de tornar visível esta realidade e a busca de formas organizativas visando a superação ocorrem desde há muito tempo. As mulheres negras compõem grande parte dos grupos e entidades do movimento negro e, em menor escala, o de mulheres e feministas e também conquistam seus próprios espaços através de grupos e entidades de mulheres negras.

Nos últimos tempos, tem se desenvolvido em caráter nacional ações visando fortalecer de forma autônoma o movimento de mulheres negras. Um exemplo disso foi a realização do I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras, respectivamente em 1988 (Rio de Janeiro) e 1991 (Salvador).



CRIAÇÃO DO NÚCLEO

O núcleo de mulheres negras da SOWETO: Organização Negra foi criado em março de 1991. É formado por 10 mulheres.

Temos como objetivos prioritários:

- . Contribuir para alterar a situação de tríplice exploração da mulher negra, devendendo opressão a que está submetida sob a ótica de gênero/raça/classe.
- . Difundir e ampliar a discussão sobre a realidade da mulher negra em seu local de moradia, trabalho, estudo, etc.
- . Criar espaço de atuação junto a mulheres negras na fase da adolescência.
- . Atuar nos espaços de articulação dos movimentos de mulheres, negro e de mulheres negras.

Na nossa atuação cotidiana temos a preocupação de fortalecer a organização da mulher negra mas, ao mesmo tempo, estabelecer e estreitar os vínculos com o movimento de mulheres e o movimento negro.

OUTROS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DA SOWETO

Núcleos:

- . política social
- . política sindical
- . esportes

Departamentos:

- . documentação, estudos e pesquisa
- . comunicação



Empoderamento das mulheres - Brasília

O NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS DA SOWETO: CUMPLICIDADE, OUSADIA E SOLIDARIEDADE

Mágda Isabel do Nascimento

Mestre em Ciências Sociais (UFSCar), pesquisadora das relações étnico-raciais, cursando Especialização em Docência no nível superior - IFSP e ativista na Soweto Organização Negra.

*Lute para vencer, não esmoreça,
nem pense três vezes...*

Lia de Itamaracá

A criação do Núcleo de Mulheres Negras da Soweto Organização Negra aconteceu em março de 1991. Sendo formado por 10 mulheres (Cleide, Damaris, Edna, Gevanilda, Maria do Carmo, Maria Inês, Maria José, Matilde, Sonia e Suelma) esse coletivo de mulheres negras tinha como objetivos e prioridades avançar no debate que entrelaçam gênero e raça. Ousadas, no sentido de que propunham “contribuir para alterar a situação de tríplex exploração da mulher negra, desvendando opressão a que está submetida sob a ótica de gênero/raça/classe”.

Muitos dos temas que hoje estão no limiar da discussão do movimento feminista contemporâneo foram construídos através das pautas, eventos,

seminários, escritas e diálogos nos quais propunham o grupo de mulheres negras da Soweto. Com a pretensão de trabalhar as diversas teorias sobre gênero e raça a partir da realidade brasileira, nesse momento o conceito de interseccionalidade não aparece como representação escrita, porém percebe-se o seu caminho percorrido nos textos escritos. Na interseccionalidade das relações de classe, desigualdades de gênero e no processo de “coisificação” da população negra, em especial da mulher negra, como pauta das reuniões e encontros.

A luta contra a discriminação racial em conjunto com as reivindicações feministas das mulheres brancas quando questionadas pelas mulheres negras, fazem estridências e são elementos sociais e políticos significativos que compõem o acúmulo racial na Soweto, e, nos debates que perduram por séculos na nação brasileira. Os registros visíveis e tangíveis do percurso que

por longo período tem organizado as ideias do movimento negro através de encontros, reflexões e ações, alinhavam nessas escritas direcionamentos do pensamento negro/a numa trilha de memória, com recortes históricos de situações e vivências que são partilhadas por essa organização negra.

Nesse contexto, rebelar-se seria forjar uma contramão da história. Essa via é por onde as mulheres negras da Soweto imbricam de modo assertivo em conjunto com as reivindicações do movimento feminista, pensando em uma organização autônoma, articulada com o movimento negro e sindicato outras formas de pensar raça, classe e gênero.

Rebelar-se naquele momento era a palavra apresentada nos textos escritos por essas mulheres negras: “ir para as ruas” impulsionadas pelo I Encontro Nacional de Mulheres Negras (RJ) no ano de 1988, num momento de reivindicações e mobilizações intensas, calorosas decorrentes do centenário da Abolição, juntamente com a denúncia dos movimentos negros sobre a “falsa abolição” e as péssimas condições sociais da população negra.

Considerando as intervenções e, sobretudo a presença nos eventos que discorriam sobre a temática de gênero e raça, o Seminário realizado em julho de 1996, intitulado “Gênero, Raça e Trabalho”, promovido pelo Instituto Cajuamar –SP, possibilitou a discussão e reflexão de diversos temas.

Questões importantes foram postas no debate: “Qual a relação existente entre a discussão de Gênero, Raça e trabalho? Ou ainda, quais ações deverão ser implantadas para alterar as situações de Raça e Gênero no trabalho, nos seguintes âmbitos: Movimento social, Empresas, Estado”. Outrossim, a

divisão igualitária das tarefas domésticas em casa e no cuidado com os filhos, medidas de acesso à igualdade no trabalho para os grupos discriminados direta e institucionalmente, Creches, Implementação das convenções 111 e 158 da OIT, ações afirmativas que levem a

eliminação das discriminações de raça e gênero, política de igualdade de oportunidades, para além das cotas, melhor distribuição de renda, respeito à cidadania, saúde da trabalhadora negra, tratamento igual perante a justiça, leis para empresas contra discriminação contra as mulheres, principalmente na questão da idade. Reparemos nessa breve síntese do evento em Cajuamar como sendo um convite para a reflexão de pautas que hoje ainda estão presentes e são reivindicadas em muitas ações e políticas públicas que se pretende efetivadas ou já efetivadas no âmbito do trabalho.

Sendo um arquivo o elemento político que nos possibilita reformatar o futuro, como nas palavras de Kiffer, “vivo e nômade”, onde é possível escarafunchar documentos que por si só nos faz perquirir, ficando em suspenso por vezes, como é o fato de não aparecer no perfil dos participantes o quesito cor.

No folheto que apresenta em sua capa o perfil de uma mulher negra e um poema de Geni Mariano Guimarães, os textos apresentados de modo contundente sobre escolaridade, desigualdades salariais, violência doméstica, apontam que em 1980, segundo os dados do IBGE, “encontramos 34% de mulheres amarelas, 19% de mulheres brancas e apenas 3,9% de mulheres negras que ocupam cargos administrativos. Seguindo para o segmento de serviços, encontramos 56,4% de mulheres negras. Neste mesmo censo a situação da mulher negra trabalhadora do campo, ‘boia fria’ representa 35% e apenas 10% são brancas”.

De fato, a práxis e o pensamento histórico social e político podem transformar a sociedade quando deslocados para um processo de vivência contínua e “comum”. Aqui, verifica-se que este fato não ocorre, pois na pesquisa *Perfil Social, Racial e de Gêneros das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas*, observamos que “apenas 4% dos chefes são negros nas maiores empresas do Brasil, e esse número cai ainda mais quando diz respeito às mulheres negras, segundo o estudo, só 0,4% dos quadros executivos são ocupados por mulheres negras” (ETHOS, 2010, p.23). Neste palimpsesto, as marcas do passado não

Programação - Seminário Gênero, Raça e Trabalho

25/07 Quinta Feira	27/07 Sábado	28/07 Domingo
<p>Noite Recepção das/os participantes</p> <p style="text-align: center;">26/07 Sexta Feira</p> <p>9:00 Abertura do Seminário</p> <p>10:00 às 18:00 Tema 1: Conceituação e Contextualização das Temáticas Gênero, Raça e Trabalho</p> <p>Expositoras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Magda A. Neves (Universidade Federal de Minas Gerais - Depto. de Ciências Políticas) • Mary Castro Garcia (Universidade Federal da Bahia/Revista de Estudos Feministas) • Maria Aparecida Bento (CEERT - Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades) <p>20:00 Exposição Fotos da Conferência Mundial sobre a Mulher/Beijing'95 - Marta Baião</p> <p>Lançamentos de livros Revista de Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras Exumos - Fausto Antônio</p> <p>Lançamento de vídeo Gênero, mentiras e videoteipe</p>	<p>9:00 Tema 2: Papel do Estado na implementação de políticas públicas</p> <p>Expositores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hélio Silva Jr. (CEERT - Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdade) • Vera Soares (ELAS - Elisabeth Lobo Assessoria, Trabalho e Políticas Públicas) <p>Debatedor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Samuel Vidá (Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - PT) <p>14:00 Tema 3: Políticas públicas de gênero, raça e trabalho: algumas experiências</p> <p>Expositores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aparecida dos Reis (Coordenadora do Projeto Oportunidades Iguais para Todos/Prefeitura Municipal de Belo Horizonte) • Ivete Garcia (Fê minina Movimento de Mulheres de Santo André/Ex-Coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Santo André, gestão 1988/1992) • João Carlos Nogueira (Comissão Nacional Anti-Racista - CUT) <p>Debatedora:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nalú Faria (SOF - Sempreviva Organização Feminista) <p>20:00 Show Minha Música - Jorge Matheus</p>	<p>9:00 Tema 4: Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing'95: um olhar sobre gênero e raça</p> <p>Expositoras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sônia Corrêa (IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) • Sueli Carneiro (Geledés - Instituto da Mulher Negra) • Guacira César Oliveira (CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria) <p>Debatedora:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maria Aparecida Schumayer (Ex-Secretaria Executiva Articulação de Mulheres Brasileiras Bijing'95) <p>14:00 às 17:00 Enceramento Churrasco Show poema: "O semelhante" - Elisa Lucinda</p>



Programação do Seminário Gênero, Raça e Trabalho realizado em 1996 no Instituto Cajamar.

Público

Mulheres e homens militantes dos diversos setores dos movimentos sociais, Representantes de ONGs, Pessoas que trabalhem com políticas públicas em instituições públicas e privadas, Núcleos de estudos e setores acadêmicos.

Inscrições

O número de vagas é limitado. As inscrições devem ser feitas até o dia 23 de julho, através do telefone (011) 486-9077 ou do fax (011) 486-9082, com Terezinha ou Cristina. E-mail: inca@ax.apc.org

Taxas

Participantes

Taxa 1 (inclui hospedagem no próprio INCA e refeições) até 15/07/96 - R\$ 130,00
até 23/07/96 - R\$ 150,00

Taxa 2 (inclui hospedagem no próprio INCA e refeições) desconto de 10% para inscrições de grupos de 2 a 5 pessoas, até 15/07/96.

Pagamento

O pagamento deverá ser realizado através de depósito na conta corrente do Instituto Cajamar número 126-0/Agência 1 986-0 (Banco Bradesco/Ag. Jordânia).

Creche

Crianças de 3 a 10 anos
Taxa (apenas inscrições feitas até 15/07/96)
R\$ 40,00

Como chegar ao local

O Instituto Cajamar localiza-se na Via Anhanguera km 46,5. Para chegar por transporte coletivo, tomar o ônibus para Jundiaí (s6 o Via Anhanguera), da Viação Cometa, que parte do Terminal Rodoviário do Tietê. Descer no km 46,5 e atravessar a pista.

Promoção
Instituto Cajamar

Co-promoção
CEERT - Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdade
Comissão Nacional Anti-Racista - CUT
ELAS - Elisabeth Lobo Assessoria, Trabalho e Políticas Públicas
Fê minina - Movimento de Mulheres de Santo André
Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - PT
SOF - Sempreviva Organização Feminista

Apoio
ILDES/FES - Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social
Fundação Ford
Christian Aid

Instituto Cajamar
Via Anhanguera - Km 46,5
Endereço para correspondência
Caixa Postal 530
CEP 07760-000 - Jordânia/Cajamar - SP
Tel: (011) 486-9077
Fax: (011) 486-9082
E-mail: inca@ax.apc.org

SEMINÁRIO

GÊNERO, RAÇA e TRABALHO

25 a 28 de julho de 1996
Local: Instituto Cajamar

Refletir sobre o cenário político implica, necessariamente, levar em conta as temáticas gênero, raça e trabalho, de forma relacionada, bem como, compreender a intervenção dos movimentos sociais, em especial, o negro e feminista, enquanto forma de pressão para implementação de instrumentos legais de combate ao racismo e opressão de gênero. Este seminário é o segundo de uma série que visa debater e refletir sobre temáticas atuais e sua inserção na perspectiva de um projeto nacional.



Perfil dos participantes do Seminário Gênero, Raça e Trabalho realizado em 1996 no Instituto Cajamar.

A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NEGRA

Uma reflexão sobre o racismo nas relações de trabalho, a partir da realidade da mulher negra na sociedade brasileira, nos permite apontar a especificidade de uma luta que é o combate a exploração e opressão por sua condição de raça, classe, sexo.

Historicamente, essas três formas de dominação tem se combinado, tornando impossível eleger apenas uma delas como prioridade organizativa do movimento de mulheres negras. O não entendimento dessa dominação específica tem levado a participação intensa, porém, fragmentada nos diversos movimentos: sindical, negro, feminista, popular, etc...

É comum e propiciada a confusão entre discriminação racial e a situação de pobreza da mulher negra, mas isto faz parte do mito da democracia racial que visa camuflar e responsabilizar as pessoas por sua própria condição de inferioridade e pobreza. Dessa forma se estabelece a triplíce exploração como meio de dominação da mulher negra nas várias regiões que vivencia na sociedade brasileira.

No mercado de trabalho ela ocupa a posição mais subalterna.

Segundo os dados do IBGE/80, nas estruturas ocupacionais de emprego, encontramos 34% de mulheres amarelas e 19% de mulheres brancas em cargos administrativos, e apenas 3,9% desses cargos são ocupados por mulheres negras. Em contrapartida, para 9,8% de mulheres amarelas presentes no setor de serviços, há 56,4% de mulheres negras. As mulheres negras que trabalham no campo como bóias-freitas representam 35%, enquanto apenas 10% de trabalhadoras brancas permanecem nessa situação e ambas recebem rendimentos de meio salário mínimo. De um modo geral as trabalhadoras negras estão empregadas em serviços braçais, trabalho agrícola ou doméstico e sua condição racial limita e diminui o valor de sua mão-de-obra.

As mulheres da sociedade brasileira participam do mercado de trabalho numa proporção de 45%, e têm sua participação limitada por fatores como, maternidade, fatores a discriminação racial. Esse é um aspecto bastante importante que a

A concentração de riqueza, resultado da desigualdade na estrutura e funcionamento das classes sociais, tem ampliado o consumo de pobreza e condições de baixo nível a qualidade de vida das populações trabalhadoras. Devemos observar pelos fatos abaixo citados como as mulheres das classes populares estão condicionadas às mais violentas situações.

— A excrivação de meninos e adolescentes ocorre com maior frequência nas regiões do PA, AM, AP, RJ e MT, motivadas pela necessidade de comer, vestir-se, e com isso, manter condições mínimas de sobrevivência.

— A criminalização em massa é estimulada nos regimes onde a pobreza é extensiva. Em Altamira, PA, segundo a CPI, as análises são apresentadas pela paragem do Dia das Mães com crianças de ligação de tempo.

— No Rio Grande do Sul, há denúncias contra prisões femininas que estão superlotadas e permitem a convivência das presadiladas com os filhos em situação de promiscuidade e violência policial.

— No Rio de Janeiro ocorre o agravação de adolescentes para a prostituição de luxo.

— Segundo o IBGE/90, as mulheres são 51% da população total do Brasil. Dentre a população feminina trabalhadora, 43,7% recebe até um salário mínimo e, no geral, o rendimento médio das mulheres é 42% menor do que o rendimento masculino. As famílias chefiadas pela mulher branca totalizam 16,3 milhões de pessoas, enquanto que para os negros esta cifra cai para 11,3 milhões.

— Das mulheres brasileiras, 25% se dedicam à execução de atividades domésticas, elevando-se o referido percentual a 35% para as adolescentes entre 15 e 17 anos. A desvalorização em relação ao trabalho a crédito, a medida que a esse labor vincula-se entre mulheres chefes de família que permanecem a maior parte do tempo fora de casa, e os serviços domésticos são assumidos pelos adolescentes.

— A necessidade econômica e o alto custo social no lar, em geral, desencadeiam o processo pelo qual a mulher se converte em mãe de rua.

— Segundo a Secretaria do Menor de São Paulo, 6 milhões de meninas e 3 milhões de meninos são vítimas de abuso sexual em todo o país.

A denúncia da violência contra a mulher pode contribuir para concretizar a discussão deste fenômeno, porém, a invisibilidade mais comprometida é a que diz respeito ao fato de não existirem políticas públicas capazes de transformar este problema para além das punições aos agressores. A falta de políticas públicas não é um "exorcismo", mas sim a perspectiva reprodutora das desigualdades. A igualdade dos indivíduos perante a Lei é regulamentada e aplicada somente para aqueles nos grupos socialmente considerados iguais e superiores. Na verdade, o corpo legislativo protege os direitos dos iguais e persegue os pertencentes ao mesmo grupo social, racial, religioso etc.

As instituições públicas não são destinadas ao tratamento das desigualdades fundamentais, apenas à sua aparência.

5. O que queremos mudar

É crescente o número de mulheres que estão interagindo para denunciar a violência.

Atendendo às reivindicações do movimento feminista e de mulheres, a Bancada Feminista no Congresso Nacional está se mobilizando e revivendo o Código Penal, nos dispositivos relativos aos crimes de violência contra a mulher, e propõem, dentre outros, a criação de crimes sexuais em apenas duas etapas e abuso sexual, tornando-os crimes.

As políticas públicas são em novos espaços de ação para o combate à violência. As Delegacias de Defesa da Mulher já estão implantadas em quase todas as capitais do país. As casas-abrigo oferecem assistência social, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência.

O movimento de mulheres, desde 25 de novembro de 1981, tem procurado denunciar um campo de ação contra a violência sofrida pelas mulheres e sustentar essa data como o Dia da luta contra a violência à mulher.

Acesso e prática do movimento de mulheres não se resumem ao perceberem que as mulheres não são um grupo social homogêneo no conteúdo, que elas possuem experiências diferentes em função de pertencem a classes, raças, faixa etária, famílias diferentes. A natureza da violência que atinge as mulheres varia de acordo com a maior ou menor exclusão de garantias sociais expressas em sua condição econômica, étnica, educacional, familiar etc. Essa situação concreta é fundamental para analisarmos o que queremos.

As estratégias de combate à violência devem ser capazes de refletir a complexidade dos fatos das mulheres, que são definidas historicamente por suas condições de produção de família, atividade, transmissão de conhecimentos simbólicos, o condicionamento e exercício da sexualidade não são compatibilizados igualmente por todas as mulheres. Quando falamos de violência contra a mulher, precisamos identificar que pontos somos vítimas em condições de vulnerabilidade. Nossa família em que, por sua condição de pobreza, seus adolescentes são agraviados para a prostituição, certamente a mãe é vítima das condições econômicas, porém complexadas com a violência masculina que coíbe a mulher. Uma patroa branca que discrimina a empregada doméstica negra é, por ser mulher, vítima da violência masculina, porém complexada com a violência racial pelo privilégio econômico e racial.

Se não refletimos sobre a nossa capacidade de perceber a natureza da violência, não seremos capazes de perceber as condições reais das mulheres vítimas de violência que a complexidade não proporciona. Esse fato inclui sobre a falta de solidariedade entre as mulheres. Para compreendermos o que queremos e o que devemos ser "ser mulheres", precisamos combater todas as desigualdades, sejam elas de gênero, raça ou de classe. A partir daí podemos ultrapassar o estágio da emancipação e construir o estágio da solidariedade feminista, fundamental na luta contra a violência.

A

*Este texto — sob a coordenação de Gerivaldo Gomes dos Santos — é uma produção do Núcleo de mulheres Negras — Organização Negra Ula Pádua.

Podemos observar inquiridos seguir as diferentes formas de manifestação da violência contra a mulher

FORMAS ESPECÍFICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Categoria	Manifestações
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	Desprezo à legislação que favorece a mulher e a igualdade
	Exclusão das mulheres de postos de decisão e mando
	Violência policial
NA SOCIEDADE	Estupro
	Abuso de autoridade
	Agredido sexual
	Mulheres em situação de vulnerabilidade
	Abuso de autoridade
NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	Exploração no trabalho
	Violência contra a família
	Violência cometida pela mulher
	Agredido física
	Violência sexual
NA FAMÍLIA	Agredido física
	Abuso sexual
	Agredido emocional

*A violação, no CCEP, é...

A concentração de riqueza, resultado da desigualdade na estrutura e funcionamento das classes sociais, tem ampliado o consumo de pobreza e condições de baixo nível a qualidade de vida das populações trabalhadoras. Devemos observar pelos fatos abaixo citados como as mulheres das classes populares estão condicionadas às mais violentas situações.

— A excrivação de meninos e adolescentes ocorre com maior frequência nas regiões do PA, AM, AP, RJ e MT, motivadas pela necessidade de comer, vestir-se, e com isso, manter condições mínimas de sobrevivência.

— A criminalização em massa é estimulada nos regimes onde a pobreza é extensiva. Em Altamira, PA, segundo a CPI, as análises são apresentadas pela paragem do Dia das Mães com crianças de ligação de tempo.

— No Rio Grande do Sul, há denúncias contra prisões femininas que estão superlotadas e permitem a convivência das presadiladas com os filhos em situação de promiscuidade e violência policial.

— No Rio de Janeiro ocorre o agravação de adolescentes para a prostituição de luxo.

— Segundo o IBGE/90, as mulheres são 51% da população total do Brasil. Dentre a população feminina trabalhadora, 43,7% recebe até um salário mínimo e, no geral, o rendimento médio das mulheres é 42% menor do que o rendimento masculino. As famílias chefiadas pela mulher branca totalizam 16,3 milhões de pessoas, enquanto que para os negros esta cifra cai para 11,3 milhões.

— Das mulheres brasileiras, 25% se dedicam à execução de atividades domésticas, elevando-se o referido percentual a 35% para as adolescentes entre 15 e 17 anos. A desvalorização em relação ao trabalho a crédito, a medida que a esse labor vincula-se entre mulheres chefes de família que permanecem a maior parte do tempo fora de casa, e os serviços domésticos são assumidos pelos adolescentes.

— A necessidade econômica e o alto custo social no lar, em geral, desencadeiam o processo pelo qual a mulher se converte em mãe de rua.

— Segundo a Secretaria do Menor de São Paulo, 6 milhões de meninas e 3 milhões de meninos são vítimas de abuso sexual em todo o país.

A denúncia da violência contra a mulher pode contribuir para concretizar a discussão deste fenômeno, porém, a invisibilidade mais comprometida é a que diz respeito ao fato de não existirem políticas públicas capazes de transformar este problema para além das punições aos agressores. A falta de políticas públicas não é um "exorcismo", mas sim a perspectiva reprodutora das desigualdades. A igualdade dos indivíduos perante a Lei é regulamentada e aplicada somente para aqueles nos grupos socialmente considerados iguais e superiores. Na verdade, o corpo legislativo protege os direitos dos iguais e persegue os pertencentes ao mesmo grupo social, racial, religioso etc.

As instituições públicas não são destinadas ao tratamento das desigualdades fundamentais, apenas à sua aparência.

5. O que queremos mudar

É crescente o número de mulheres que estão interagindo para denunciar a violência.

Atendendo às reivindicações do movimento feminista e de mulheres, a Bancada Feminista no Congresso Nacional está se mobilizando e revivendo o Código Penal, nos dispositivos relativos aos crimes de violência contra a mulher, e propõem, dentre outros, a criação de crimes sexuais em apenas duas etapas e abuso sexual, tornando-os crimes.

As políticas públicas são em novos espaços de ação para o combate à violência. As Delegacias de Defesa da Mulher já estão implantadas em quase todas as capitais do país. As casas-abrigo oferecem assistência social, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência.

O movimento de mulheres, desde 25 de novembro de 1981, tem procurado denunciar um campo de ação contra a violência sofrida pelas mulheres e sustentar essa data como o Dia da luta contra a violência à mulher.

Acesso e prática do movimento de mulheres não se resumem ao perceberem que as mulheres não são um grupo social homogêneo no conteúdo, que elas possuem experiências diferentes em função de pertencem a classes, raças, faixa etária, famílias diferentes. A natureza da violência que atinge as mulheres varia de acordo com a maior ou menor exclusão de garantias sociais expressas em sua condição econômica, étnica, educacional, familiar etc. Essa situação concreta é fundamental para analisarmos o que queremos.

As estratégias de combate à violência devem ser capazes de refletir a complexidade dos fatos das mulheres, que são definidas historicamente por suas condições de produção de família, atividade, transmissão de conhecimentos simbólicos, o condicionamento e exercício da sexualidade não são compatibilizados igualmente por todas as mulheres. Quando falamos de violência contra a mulher, precisamos identificar que pontos somos vítimas em condições de vulnerabilidade. Nossa família em que, por sua condição de pobreza, seus adolescentes são agraviados para a prostituição, certamente a mãe é vítima das condições econômicas, porém complexadas com a violência masculina que coíbe a mulher. Uma patroa branca que discrimina a empregada doméstica negra é, por ser mulher, vítima da violência masculina, porém complexada com a violência racial pelo privilégio econômico e racial.

Se não refletimos sobre a nossa capacidade de perceber a natureza da violência, não seremos capazes de perceber as condições reais das mulheres vítimas de violência que a complexidade não proporciona. Esse fato inclui sobre a falta de solidariedade entre as mulheres. Para compreendermos o que queremos e o que devemos ser "ser mulheres", precisamos combater todas as desigualdades, sejam elas de gênero, raça ou de classe. A partir daí podemos ultrapassar o estágio da emancipação e construir o estágio da solidariedade feminista, fundamental na luta contra a violência.

A

*Este texto — sob a coordenação de Gerivaldo Gomes dos Santos — é uma produção do Núcleo de mulheres Negras — Organização Negra Ula Pádua.

10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

São Paulo, Brasil, 8 a 11 de outubro de 2005.

Eixo Central do 10º Encontro:

Feminismo e Democracia na América Latina e Caribe

Feminismo no centro dos debates

A proposta é que o 10º Encontro seja um espaço privilegiado de debates sobre o feminismo. O que se faz necessário é refletir a respeito de como criar uma conexão entre a discussão sobre feminismo com as questões que estão colocadas hoje no mundo e na América Latina e Caribe. Pois pensar o feminismo é pensar o mundo, isto é, trata-se de pensar os desafios colocados no campo social e político. Assim, discutir o feminismo não significa ficarmos alheias ao que está se passando na região e no planeta, mas sim elegermos o feminismo como ponto de partida para a construção de pensamento político.

Em diversos debates observa-se que a prática política feminista tem avançado, mas o pensamento crítico não tem dado conta dos desafios que esta prática tem trazido. Faz-se necessário um esforço redobrado para a realimentação do pensamento feminista.

Feminismo e Democracia

A democracia é hoje um tema importante no âmbito internacional. Todas as questões relevantes da atualidade têm a democracia como referência para o debate nos vários níveis. Nas últimas décadas as ações do movimento feminista têm contribuído para a democratização da vida social e política na região.

Vivemos um momento histórico crucial para o aprofundamento dos debates sobre feminismo e democracia na América Latina e Caribe. Estão criadas as condições mínimas para se pensar a democracia na região. Em meio à luta pela democracia, ainda não foi possível, no tempo histórico, aprofundar a reflexão sobre feminismo e democracia.

O feminismo, dadas as tarefas que a conjuntura lhe impôs nos últimos anos, separou-se um pouco da reflexão do próprio feminismo como pensamento crítico e prática política. Para retomar a discussão do feminismo como pensamento político, o conceito de democracia é fundamental. Em primeiro lugar porque é um elemento-chave nessa discussão, uma vez que as ações feministas sustentam essa idéia e proposta. Em segundo, porque a partir de uma concepção feminista aprofundada de democracia será possível enfrentar politicamente as várias visões, as várias correntes de pensamento, expressando o compromisso feminista com a construção da própria democracia.

deram lugar ao novo. Mesmo sendo raspadas e reconduzidas para uma nova diagramação ainda assim tem sua “pervivência”.

O tempo transcorre com lentidão, como se fosse em câmara lenta, um binóculo com as fotos amareladas e imagens impossíveis de distinguir. Assim, nos documentos preciosos da Soweto, pincela-se gotas de informações que podem contornar e modificar os desenhos das formas futuras, como é o caso da violência que as mulheres negras são acometidas cotidianamente de maneira velada ou explícita. Nos arquivos,

essa situação é apontada nas várias formas de violência doméstica, como revela o texto verifica-se que a violência racial sofrida pela mulher negra não aparece.

De acordo, com as autoras, “a falta de políticas públicas não é um esquecimento, mas um aspecto da reprodução das desigualdades”.

Nesse cenário se faz pertinente a reflexão que segue da militante da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), da Articulação Sindical e Popular das Mulheres Negras e do Partido dos Trabalhadores e membra da Soweto, Sonia Leite (*in memoriam*):

De 1978 a 1980 temos um boom de crescimento na organização da mulher negra no Brasil. Cabia ainda a esta mulher protagonizar a luta contra o racismo e contra o machismo. Surge a teoria da tríplice exploração da mulher negra, por ser negra, mulher e estar inserida na população pobre do país. Estes limites não intimidaram a mulher negra que seguiu na sua saga ancestral, participando das ações tanto do movimento negro quanto do movimento feminista. Questionando o movimento negro e o movimento feminista. As mulheres negras iniciam uma nova fase na qual a visibilidade era a meta (LEITE, 2008, p.15).

A visibilidade como sendo uma das metas para o coletivo de mulheres negras caminha junto às discussões sobre Democracia e Poder no ano de 2005, no 10º Encontro Feminismo e Democracia na América Latina e Caribe: Democracia e Poder. Afirmando ser o feminismo um pensamento político para o fortalecimento da democracia na região.

Na contramão, o grupo de mulheres negras da Soweto lança a possibilidade de voar e nessa transversalidade pensar que o esgarçamento da situação de violência contra a mulher negra pode ser rompido com a solidariedade e cumplicidade entre elas: “Se não refletirmos sobre a nossa cumplicidade na manutenção da violência, não seremos capazes de perceber as armadilhas colocadas pelas pseudo vantagens de perceber que a cumplicidade nos proporciona. Esse fator incide sobre a falta de solidariedade entre as mulheres”.

O conceito de cumplicidade, do latim “*com-plicare*”, significa envolver-se. Isto posto, num período onde classe e capital eram a centralidade para a luta contra a opressão de gênero e raça. Esse contágio com as escritas do acervo Soweto demonstra um período de encontros com pessoas, ideias, lugares, organizações e contextos onde a militância atuava de maneira afetuosa, contundente, reflexiva, de maneira efetiva e diversa com: debates, seminários, poesia, música, espaço infantil, churrasco, etc. E, é neste envolvimento que para esse final de conversa chamo

o conceito de “atravessabilidade” que, nas palavras de Ferreira (2019) é “a capacidade de atravessar, criar uma brecha no tempo linear, um efeito da causalidade eficiente”, é nessa fissura que ao romper esse espaço tempo, cria e possibilita estabelecer novas conexões, fluxos e refluxos que a imaginação recria, se deixando guiar pela cumplicidade que também significa “dobrar-se junto”, e nesse momento de encontro onde as partes se dobram num ato e movimento contínuo se articula possíveis e novas formas de revoltas e solidariedades.

REFERÊNCIAS

ETHOS. *Perfil social, racial e de gêneros das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo, Instituto Ethos, 2010. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr. Acesso em: 05 jan.2020.

FERREIRA da Silva, Denise. *A dívida Impagável*, São Paulo, 2019.

GOGAN, J. *Ensaio por uma curadoria ao avesso: Caminhando com Lygia Clark*. MODOS: Revista de História da Arte, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 22- 54, set. 2022. DOI: 10.20396/modos.V6i2.8668470. Disponível em: <https://Periodicos.sbu.unicamp.br/os/index.php/mod/article/view/8668470>

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Araújo Nadya. *Desafios da equidade: reestruturação de gênero e raça no Brasil*. Cadernos Pagu, Campinas-Unicamp, n. 17-18, p. 237-266, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pj/cpa/a/tqZmFkCDRBrJn6mkbPnrJvC/?lang=pt>. Acesso em:10 nov.2021

LEITE, Sonia. *Saravá! Mulheres negras da esquerda brasileira invisibilidade histórica. In: O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT*. Organizadores Fernanda Papa e Flavio Jorge. – São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

KIFFER, A. *Corte/Relação: Antonin Artaud e Édouard Glissant*. In: OSE, E. D. 34º Bial de São Paulo. Faz escuro mais eu canto. São Paulo: Fundação Bial de São Paulo, 2021, p. 252-257

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing*. In: Revista Estudos Feministas V.3 N° 2/95. Rio de Janeiro. Editora IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ. p. 446-457. 1995



À LUZ DE SUELI: O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO PARIDO NAS/PELAS MULHERES NEGRAS

Lucas Scaravelli da Silva

Professor na Faculdade Sesi de Educação de São Paulo;
Doutorando em Antropologia Social pela USP; Cofundador
e Coordenador do GEAM: O Pensamento Social Negro no
Brasil; Cofundador do Coletivo “A Tradição Viva” Hampâté Bâ;
Membro militante da Soweto Organização Negra

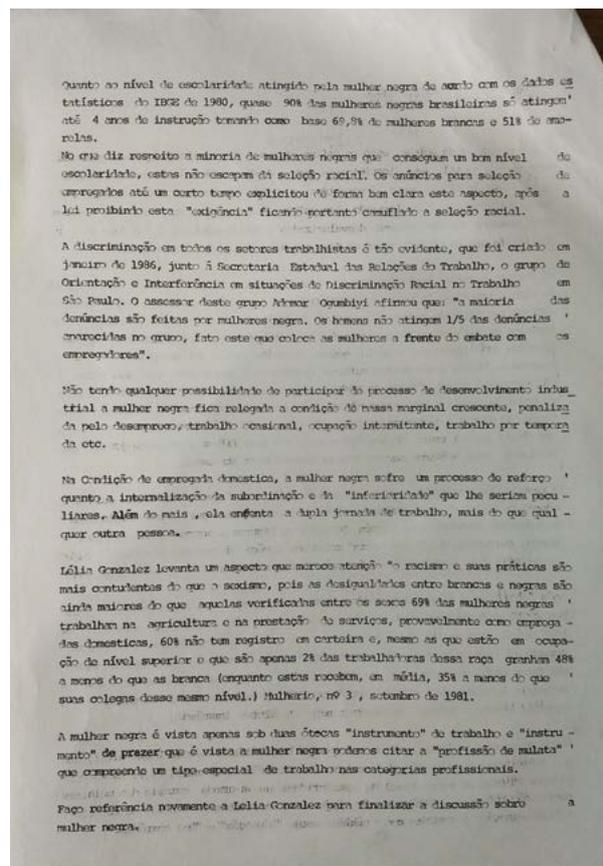
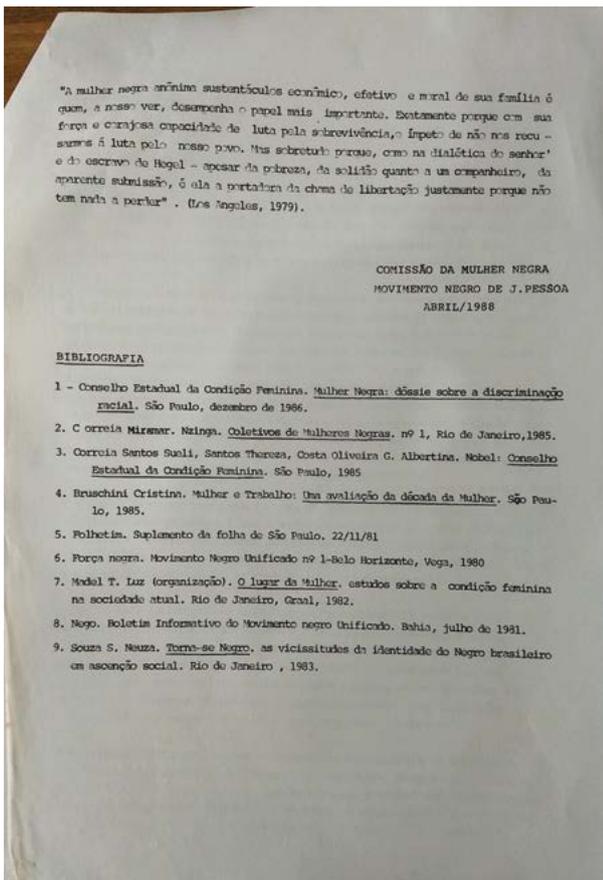
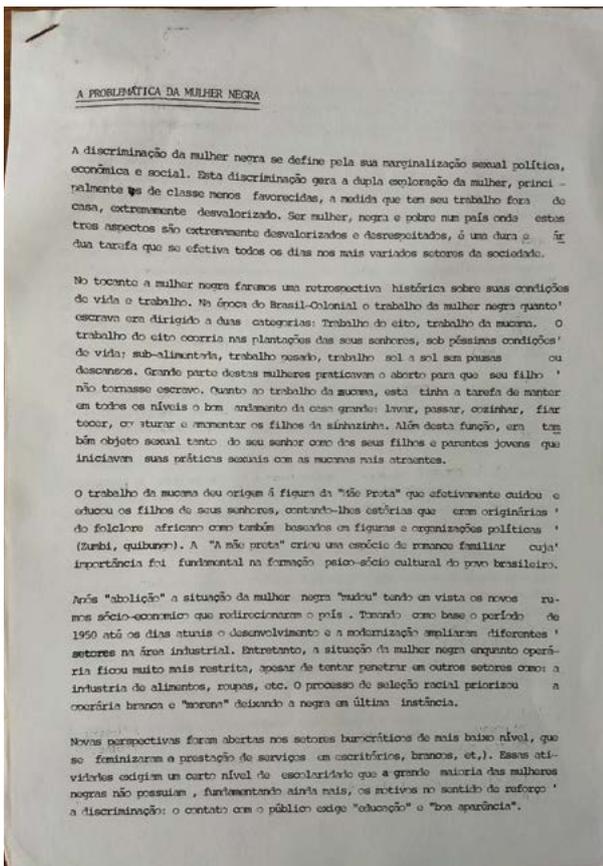
As narrativas em torno das ações negras no Brasil possuem algumas disposições de acordo com sua historicidade, seu tempo histórico ou até mesmo de onde ou quem parte a iniciativa de contar, coletar e descrevê-las.

Sobretudo ao compreender de onde elas partem, é necessário firmar a preservação das histórias negras e da negritude no Brasil. Nesse movimento histórico da realidade, encorajado pelo itan yorubá de Exu e pelo ideograma adinkra do pássaro Sankofa, queremos revisitar os acontecimentos que antecederam a reorganização dos movimento negro no final da década de 1970 e que à partir daí impulsionaram de forma circular na espiral do tempo outras possibilidades militantes e organizadas, como a SOWETO Organização Negra, através da historicidade de três mulheres negras: Sueli da Luz, Vanderli Salatiel e Matilde Ribeiro.

Onde houver ação repressora, haverá provavelmente reprimidos que lutarão contra as mazelas da restrição da dignidade, liberdade

de existência e de construção social de sua humanidade. Em uma estruturação cronológica, Domingues (2006) dividiu a partir do pós-abolição (1888) as formas de organização da população negra em três fases e/ou gerações até os momentos atuais. Porém, acreditamos que é possível pensar que desde os movimentos diaspóricos de escravização, incluindo o Quilombo dos Palmares, as ações revoltosas por todo o Brasil colônia e império, sempre houve uma movimentação negra por liberdade e resistência até chegar em uma reorganização militante em plena ditadura militar.

Ainda querendo mostrar nossas intenções nessa análise, falar de resistência negra é inclusive falar do papel da mulher negra na sociedade, compreender quais papéis estiveram relegados a ela na subsistência e sustentação basilar da pirâmide social (Gonzalez, 1984). Remexer os escaninhos da memória negra para libertar e escutar atentamente sobre como, onde elas estiveram e o que fizeram, movimentando a posição dessas



mulheres e mexendo toda a estrutura da sociedade (Davis, 2017).

A história começa a ser contada quando Robson Silveira da Luz, um jovem comerciante morador da extrema zona leste de São Paulo, no bairro de Guaianases, sofre sevícias da polícia após uma acusação de roubo de frutas de um conhecido feirante da vizinhança, que resultou na sua morte. Além da expulsão de jovens atletas negros do Vôlei no Clube de Regatas Tietê e a morte do operário negro Nilton Lourenço no bairro da Lapa, sendo o mote de reivindicações da militância negra e também a orça centralizadora do protesto negro e sua construção diante da opressão (Ramos, 2021). E assim continua sendo contada por passeatas, reivindicações e conquistas através de sujeitos negros. Em uma rápida pesquisa, reportagens, entrevistas e publicações acadêmicas conferem protagonismo aos homens negros nestes momentos históricos e, pouco ou muito pouco, às mulheres

Entendemos pensar a progressão da ação negra no Brasil enquanto prática contra

hegemônica (Gramsci, 2007), desde 1977, ano anterior ao ato fundacional do Movimento Negro Unificado (MNU) no 4 de julho de 1978, até a constituição da Soweto Organização Negra, sua importante influência na constituição e ações por políticas públicas para a população negra.

A historiadora e atriz Vanderli Salatiel é quem nos conta com riqueza de detalhes como sua trajetória pode ter sido um impulsionador dos acontecimentos porvindouros em 1978. Carioca de Padre Miguel, graças aos deslocamentos familiares residiu em Salvador, Paraná e se estruturou em São Paulo, onde conheceu a Associação Cultural dos Negros e acompanhou leituras negras de Oswaldo de Camargo, Aristides Barbosa e outros, na Praça da República. O que futuramente a teria levado com maior engajamento para uma das últimas gerações do Teatro Experimental do Negro (TEN), e numa imersão nos escritos de Vilma Teresa dos Santos e Eduardo de Oliveira Oliveira, contracenou a peça “E agora falamos nós!”, que teve um impacto fora de ordem, já que as questões raciais denunciatórias estavam proibidas em plena ditadura militar, o que contagiou a crítica da época colocando a discussão racial em destaque. Ao se envolver com o movimento de negros e negras da PUC-SP, acabou participando da fundação e organização da Soweto Organização Negra futuramente.

MUTIRÃO 3
O NEGRO
E SUA LUTA

E a princesa esqueceu de avisar à polícia

A moça branca dá carona para a amiga negra, tarde da noite. Quando o carro chega ao bairro de Cidade Nova, no Centro, é parado pela polícia. É uma revista, e a desconfiança é contra a negra, Maria Alice dos Santos, 49 anos, ex-presidente da Associação de Moradores do próprio bairro. A amiga branca protesta e os PMs se justificam: “Mas a senhora poderia estar sendo assaltada por ela.” Moral da história: negro, em carro de branco, pode estar assaltando.

É isso o que se vê todo dia no Brasil, mesmo depois de 100 anos de “Abolição”. Por que isso? Para a estudante de Comunicação Social Ana Maria da Cruz, 28 anos, negra, é ainda um resultado dos tempos da escravidão legal. “O negro naquela época era tido como não prestando, tudo de ruim era com ele. Isso continua hoje. O negro é sempre suspeito”, explica.

E por que a polícia é a campeã de molestar o negro, desrespeitá-lo, agredi-lo? Para o sociológico João Marcos Aurore Romão, 35 anos, o motivo é simples: a polícia é o instrumento principal do relacionamento do Estado racista, com os negros. Como sempre foi desde que o negro chegou ao Brasil para ser escravo.

Romão, negro, é coordenador do SOS Racismo, organismo do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) que defende vítimas de atos de racismo. Com esta experiência, ele diz que o medo da polícia entre a população negra e os pobres em geral “é um dos maiores tormentos deste país”. Este medo, segundo ele, faz a pessoa se tornar “um ser humano pela metade, que teme a tudo e a todos”. E isso, continua, até dificulta a politização das pessoas, o conhecimento dos seus direitos. Mais: por não ver saída para tal situação, a pessoa se torna também violenta, inclusive com sua família.

Segundo Romão, no Brasil não se tem ainda sequer o reconhecimento do direito à vida, quando se trata dos negros e dos pobres. “Pelos relatos que recebemos aqui no SOS Racismo, o maior medo que as mães negras e pobres têm quando seus filhos adolescentes saem à rua é que eles sejam executados por esquadrões da morte”, ele conta. E o desrespeito é tanto com relação à vida dos negros e dos pobres que, no Morro do Andaraí, a Associação de Moradores chegou a colar nas portas dos barracos o texto da Constituição brasileira que diz que aquele domicílio é inviolável. “Um aviso para a polícia”, explica a ex-presidente Jurema Batista.



SECRETARIA
MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

PREFEITO SATURNINO BRAGA
GOVERNO MUNICIPAL

MUTIRÃO

O NEGRO E SUA LUTA

Chegando junto com a comunidade — Ano I, nº 7 — Rio, 1988

Repressão não impede vitória da Marcha Negra contra a farsa da “Abolição”

A trabalhadora doméstica e mulher periférica Sueli da Luz poderia passar despercebida das convenções jornalísticas e das memórias oficiais, já que pelo posto de trabalho, gênero e raça não se enquadra nos noticiários de destaque, a não ser pelo fato de ser viúva do jovem Robson Silveira da Luz - jovem assassinado violentamente em maio de 1978, em Guaianazes, mesmo local onde 21 anos depois seu filho com a mesma idade do pai morreria tragicamente da mesma forma. Sueli que à 'Luz' dos fatos, suportou a trilha tortuosa de busca por Robson no calor dos acontecimentos, enfrentando o aparato repressivo do Estado durante a ditadura, além disso, processando e vencendo o mesmo ainda antes da constituição de um Estado Democrático de Direito. Por isso, a força e superação que ela demonstrou diante dos acontecimentos, auxiliou na construção de um sujeito histórico quase que mítico para a reorganização de muitas organizações negras no Brasil, fazendo com que houvesse a estruturação do protesto negro em prol do fim da violência policial e o pedido de reconhecimento da prisão de pessoas negras na ditadura como prisões políticas.

A assistente social Matilde Ribeiro tem também importante papel para uma conexão entre o ato fundacional e a organização e estruturação de ações afirmativas na contemporaneidade. Além de pertencente ao grupo de alunas e alunos negros da PUC-SP, se torna cofundadora da Soweto Organização Negra. A partir de 2003 se torna a primeira mulher negra a compor a equipe ministerial de uma gestão federal na então criada Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial a SEPPIR, com título de Ministra de Estado e importante atuação para a consolidação de reivindicações como as políticas de ações afirmativas, as cotas de acesso às Universidades Públicas, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que revisam a LDB/1996 e tornam obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena.

O que essas três mulheres podem conectar de importância nesse movimento revelador histórico das ações negras no Brasil? Em uma rápida investigação, é possível perceber que os relatos sobre esse momento histórico são sempre

contados por homens negros que, ainda que importantes, não revelam que além das ações militantes e intelectuais, a mulher negra, como denunciou Lélia Gonzalez (1984), é a base da formação social do Brasil e também protagonizou ações contra hegemônicas. Queremos chamar atenção para essas mulheres que "deram à luz" à movimentos sociais e principalmente ao movimento negro.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Paulo César Ramos. Gramática negra da luta contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). Tese de Doutorado defendida em 2021. USP, São Paulo.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere: temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 b. v.4

DOMINGUES, Petronio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

22 ° Festival Comunitário Negro

Zumbi

Crédito da Imagem: Fundo Soveto Organização Negra, AEL-Unicamp / Afro Cebrap.

(RE)VIVENDO PALMARES

®

Desenho: Produzido coletivamente em oficina realizada pelo grupo GANA



Nosso Quilombos
DE HOJE SE ESPELHAM
NO PASSADO
HOJE NOSSAS FAMILIAS (Quilombolas)
BUSCAM EM NOSSOS ANCESTRAIS
UMA VISÃO DE UM MUNDO
QUE TENHA RAÍZES!

VIII MARCHA DA CONSCIÊNCIA NEGRA UM DIA DE LUTA CONTRA O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE

No ano de 2003 o Movimento Negro conquista a Marcha da Consciência Negra na cidade de São Paulo, que conta com a participação de praticamente todas as organizações negras, nacionais e locais e de todos os setores da sociedade dispostos a continuar lutando e fortalecendo o movimento por mudanças, por um Brasil sem racismo e livre das formas de preconceitos, seja ele: machismo, homofobia, intolerância religiosa, racismo ou qualquer forma de discriminação.

O Movimento Negro, ao longo de sua trajetória de luta, conseguiu pautar alguns avanços voltados à população negra como: aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o sistema de ingresso de estudantes negros em algumas universidades públicas estaduais e federais por meio de políticas afirmativas e da Lei 10.639/03, que institui no ensino básico a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos.

Mesmo diante dessas leis, o racismo tem atingido a população negra em todos os aspectos de nossas vidas, as desigualdades sociais e raciais são visíveis e as condições de vida não qual estamos inseridos ainda são muito precárias.

Desta forma, dando prosseguimento à luta negra no combate ao racismo, neste ano de 2011 iremos realizar mais uma edição da Marcha da Consciência Negra que trás em seu tema central o genocídio da juventude negra que é praticado cotidianamente pelo estado, estamos nos posicionando contra este genocídio e pedindo um fim.

Historicamente a juventude negra vem sofrendo as consequências de um Estado que exerce determinadas ações que se configuram em práticas genocidas. Entendemos o genocídio da juventude negra como um conjunto de violações intercaladas que resultem em crescente número de mortes por ação ou omissão do Estado como: violência policial, racismo institucional, encarceramento em massa, violência contra a mulher negra e jovem etc.

Tudo isso combinadas com ausência de políticas sociais que mantêm esta população totalmente à margem dos bens culturais e materiais que possibilitem à manutenção de uma vida digna. Desta forma restando apenas o desemprego, as drogas, a prisão, a fome, enfim, a expressão da manutenção da miséria social.

A população negra no Estado de São Paulo

No dia 11 de Maio de 1984, pelo decreto-lei 22184, do então Governador André Franco Montoro, foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, que inaugurou o reconhecimento oficial do Estado brasileiro, da existência do racismo em nosso país.

A partir daí, sucessivos governos praticamente nada tem realizado para



NOSSAS BANDEIRAS DE LUTAS

- Contra o genocídio da juventude negra;
- Pelo fim do "Registro de resistência seguida de morte" ou "Auto de resistência" para as execuções sumárias;
- Tipificação dos casos de violência policial que resultem ou não em mortes, como crimes de torturas, conforme a lei 9455/97;
- Instituição de uma CPI das Polícias de São Paulo, que vise desmantelar as milícias, apurar denúncias/crimes e punir responsáveis;
- Combate ao racismo, à discriminação, preconceito, homofobia e machismo;
- Pelo fim da violência doméstica e outras formas de violência direcionadas à mulher negra;
- Garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras;
- Por reparações históricas para a população negra brasileira;
- Pela manutenção do Decreto 4487, que regula a a titulação dos territórios quilombolas em âmbito nacional e a regularização das terras quilombolas no Estado de São Paulo;
- Pelo fim da criminalização dos movimentos sociais;
- 10% do Produto Interno Bruto (PIB) destinados ao orçamento para a educação;
- Implementação da lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em nossas escolas;
- Cotas nas universidades públicas do Estado de São Paulo;
- Combate às manifestações racistas, preconceitos e visões estereotipadas da população negra nos meios de comunicação;
- Pelo fim do trabalho escravo;
- Pela livre manifestação das religiões de matrizes africanas;
- Pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários;
- Pelo feriado nacional e no estado de São Paulo, no dia 20 de Novembro, o dia Nacional da Consciência Negra.

NOSSA LUTA VEM DE LONGE: DUAS DÉCADAS DA LEI 10.639/2003

Priscila B. Franco

Historiadora com atuação em projetos de fortalecimento de gestores educacionais, compõe a diretoria executiva da Soweto Organização Negra

Raquel A. Martins

Pedagoga Coordenadora Pedagógica na Soweto Organização Negra

Suelma Inês de D. Branco

Assistente Social, Mestre em Gerontologia, ativista no Grupo de Relações Etnicorraciais no Serviço Social (GERESS), compõe a diretoria Executiva da Soweto Organização Negra

Enquanto a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números que o Fatumbi desenhava no quadro-negro, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno. Eu também repetia cada letra que ele falava em voz alta, junto com a sinhazinha, sentindo os sons dela se unirem para formar as palavras. (GONÇALVES, 2020, p. 92)

A trajetória do movimento negro na educação vem de longa data. No período escravagista, em que negros e negras eram tratados como coisa, aprender a ler e escrever a língua do colonizador era o grande desafio.

A Frente Negra Brasileira (FNB), uma das mais importantes organizações negras dos anos 30, tinha, entre suas frentes de atuação, a educação de jovens e adultos. No livro “Frente Negra Brasileira – depoimentos”, Francisco Lucrécio, um dos diretores da FNB, comenta que

A escola foi importante, principalmente quando a Frente Negra se aprofundou na questão política. Então precisaria que o negro se alfabetizasse para tirar seu título de eleitor. Esse foi um movimento muito grande (BARBOSA, 1998, p.42).

Uma outra organização que, nos anos 40,

incentivou e investiu na educação foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundada por Abdias do Nascimento.

Dando um salto na história, o final da década de 1970 foi o período em que ativistas negros/as passaram a denunciar as diversas formas de racismo na educação, seja nos livros escolares com a ausência de narrativas sobre a verdadeira história do povo negro, insuficiência de referências sobre as revoltas e lutas travadas por negros e negras para alcançar a liberdade, a invisibilidade de heróis e heroínas negras, entre outras omissões. O branqueamento presente nos livros didáticos foi revelado e passou a não se aceitar a imagem do negro dócil. E numa outra perspectiva, passou-se a olhar a escola como um espaço em que se praticava o racismo institucional, acarretando precocemente, múltiplos desdobramentos na vida de estudantes negros e negras.

Ressaltou-se também a persistência da discriminação racial na forma da limitação do acesso à educação e da permanência na escola entre os negros, evidenciada pelos maiores índices de analfabetismo, de exclusão e repetência escolar da população negra (RODRIGUES, 2005, p 253).

Na década de 80, um marco na história foi a participação do movimento negro no processo constituinte, mas o resultado não foi o almejado, chegando a ser considerado reducionista (Silva Junior, 2000). Apenas em 2003 foi que o projeto de lei 259 de 1999, da deputada Esther Grossi (PT/RS) e Ben Hur Ferreira (PT-MS), de autoria de Humberto Costa (Rodrigues, 2005,), tornou-se a Lei 10.639, a primeira lei assinada pelo presidente Lula, fruto de antiga reivindicação do movimento negro (Oliveira, 2013).

Com a assinatura da Lei, ocorreu alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) tornando obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Mais adiante, em 2008, a lei foi alterada para Lei 11.645/08 com a inclusão da obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena.

O artigo tem o objetivo de fazer uma breve reflexão referente à trajetória do movimento negro na educação e o cenário das duas décadas da promulgação da Lei 10.639, a luz de livros e documentos do acervo da Soweto Organização Negra.

Resultado da luta e resistência secular do movimento negro brasileiro, como visto acima, a aprovação da Lei 10.639/2003 que altera o artigo 26 da LDB, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, é uma grande vitória. Porém, completados em 2023, 20 anos do início de sua vigência, sua efetividade ainda esbarra em muitas dificuldades e sua aplicação se encontra restrita aos esforços pessoais de profissionais da educação comprometidos com a implementação da lei, engajados na luta, ainda que sem apoio e em contextos adversos.

Uma importante pesquisa¹ nacional recente, encomendada pelo Instituto Peregum e Projeto Seta coletou dados sobre as percepções sobre o racismo no Brasil e revelou que: 81% dos

entrevistados de todos os grupos afirmam que o Brasil é um país racista e 44% consideram que a raça/cor/etnia é o principal fator gerador de desigualdades no Brasil. Outra constatação da pesquisa é que entre as pessoas que já sofreram racismo, o local de maior ocorrência é o ambiente escolar: *para 38% das vítimas, o racismo foi sofrido em escola, faculdade ou universidade.*

Tais achados evidenciam a importância da escola como espaço primordial de combate ao racismo. No entanto, levantamento² recente realizado pelo Instituto Alana e Geledés, através da pesquisa nacional sobre a implementação da Lei 10.639/03 em 1.187 secretarias municipais de educação do país, revelam que: *O cenário de implementação da lei ainda é crítico, revelando baixa institucionalização e alta resistência dos implementadores das políticas públicas.*

Apenas 29% das Secretarias Municipais de Educação que responderam à pesquisa realizam ações perenes e constantes de implementação da referida lei.

Fazer uma lei “pegar” é uma decisão política, exige planejamento, dotação orçamentária e fiscalização. Exige compromisso e atuação intersectorial. A complexidade da estrutura racista, base de nossa sociedade, não permite que a promulgação de uma lei reverta os efeitos devastadores de séculos de vigência de um projeto eurocêntrico de educação.

Um ano após a aprovação da referida lei, ainda em comemoração à conquista, Amauri Mendes Pereira, fazia um alerta e listava três grandes desafios que deveriam ser superados para a efetiva implementação da Lei, sendo: 1 – Desafio Político: interesse e vontade política das autoridades dos sistemas educacionais; 2 – Desafio Acadêmico: o salto além do etno/euro/norteamericocentrismo; 3 – Desafio da práxis: interesse, vontade e sensibilidade dos educadores.

Vinte anos depois, de acordo com as

1 SUMÁRIO EXECUTIVO DA PESQUISA PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL. Iniciativa: Peregum – Instituto de Referência Negra Projeto SETA - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista. Julho/2023.

2 Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Organização Beatriz Soares Benedito, Suelaine Carneiro e Tânia Portella. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023.

Folha de S. Paulo - SP

27/10/2008 - 09:34 Educação Colégios ignoram lei que obriga ensino da cultura afro
Ministério da Educação diz que legislação, de 2003, não surtiu o efeito esperado

Cíntia Acayaba

Lei prevê ensino da história da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade.

Depois de cinco anos e mais de R\$ 10 milhões gastos com capacitação de professores, a lei federal que obriga escolas públicas e particulares de todo o país a ensinar história e cultura afro-brasileira -uma das primeiras medidas do governo Lula- não saiu do papel.

São poucos os colégios que hoje têm o tema inserido na grade curricular. Às vésperas do mês da Consciência Negra, o MEC quer mudar o quadro. Diz que vai lançar, em novembro, um plano nacional de implantação da lei, com distribuição de material didático e monitoramento das atividades.

"Não houve um planejamento. Só algumas escolas públicas, em razão de professores interessados, adotaram a lei. As particulares nem sequer discutiram a temática", diz Leonor Araújo, coordenadora-geral de Diversidade e Inclusão do MEC. Segundo ela, o estabelecimento da lei deixará de ser uma iniciativa individual para se tornar institucional. O MEC não sabe quantas escolas já cumprem, de fato, a lei.

Araújo diz que o objetivo é combater a discriminação e dar à escola "uma nova identidade na área didático-pedagógica". "Alunos negros não conseguem se ver na escola, já que não existe nada que os identifique."

A lei 10.639, de janeiro de 2003, prevê a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e coloca como conteúdo o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade. Uma nova lei, a 11.645, de março último, mantém as disposições e inclui ainda a questão indígena.

Araújo diz que o MEC capacitou 40 mil professores, mas que não houve o resultado esperado. Afirma ser preciso qualificar também diretores e coordenadores pedagógicos. O não-cumprimento da lei fez com que promotores e entidades se mobilizassem no país. Na Bahia -Estado que abriga uma das maiores populações de negros no Brasil- o Ministério Público instaurou inquérito civil em 2007 e notificou as escolas para que cumpram a lei.

Em São Paulo, o Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) entrou com representação no Ministério Público Federal para questionar 20 cidades da Grande São Paulo, incluindo a capital, sobre quais ações estavam sendo tomadas. O presidente do Sieceesp (sindicato das escolas particulares de SP), José Augusto de Mattos Lourenço, nega que a maioria das escolas não esteja cumprindo a lei.

secretarias, os principais desafios para a implementação da Lei 10.639/03 são: ausência de apoio; falta de conhecimento sobre como aplicar o ensino; baixo engajamento e/ou desinteresse dos profissionais nas escolas.

Ao analisarmos as Secretarias Municipais entrevistadas em que a lei é adequadamente implementada, observamos que, diferente das demais, estas possuem uma equipe ou área dedicada ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira; há investimento financeiro para o desenvolvimento das ações; e regulamentação municipal. Ou seja, há vontade política para implementação da lei e, ainda que não superados os desafios 2 e 3 listados por Pereira, foi possível avançar, colocando o desafio político, indubitavelmente, como fator determinante para o sucesso da Lei. E que o desafio acadêmico ainda está posto e compreendido como necessário para a decolonização de currículos e mentes, capaz de promover não apenas a sensibilização de profissionais da educação, mas a desnaturalização do racismo em nossa sociedade e promover a evolução humana.

Quanta dificuldade têm demonstrado as hostes acadêmicas em assumir uma ética na produção de conhecimentos que reflita um novo compromisso com a teoria, como um espaço muito mais amplo de trocas, de encontro, de entendimento, não apenas através da racionalidade, embora balizados por ela. Realmente é difícil por na berlinda o próprio prestígio e poder. Assumir que nenhum discurso pode abranger a totalidade; que todo enunciado é sempre um lócus de significação, que o universalismo precisa ser eternamente buscado e a diversidade é (mesmo!) qualidade intrínseca do enriquecimento humano. À produção acadêmica cabe cumprir/exercitar sua vocação de estar em sintonia com a construção da universalidade. (AMAURI, 2004)

Diante das emergências comprovadas pelas pesquisas recentes, que refletem as reivindicações do movimento negro brasileiro sobre a aplicação da Lei 10.639/2003, se faz necessário um trabalho transversal e intencional junto a

gestores educacionais, de sensibilização para o tema, mas também propositivo, voltado para a orientação de ações concretas de promoção da equidade nas escolas, em todas as etapas de ensino e monitoramento/fiscalização de suas atuações. Faz-se necessário, ainda, uma ampla discussão curricular à luz da EREER – Educação das Relações Étnico-Raciais, capaz de alcançar a prática da referida legislação, atrelando currículo, formação docente e prática pedagógica, 21 anos depois.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- Movimento Negro Educador: da luta à conquista da Lei 10639. Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/movimento-negro-educador>
- NEVES, H Batista. O Teatro Experimental Do Negro e a Educação Antirracista. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12620/1/HNeves.pdf>
- OLIVEIRA, Dennis. Dennis de Oliveira: um breve balanço dos dez anos da lei 10.639/03. Disponível em: https://www.geledes.org.br/dennis-de-oliveira-um-breve-balanco-dos-dez-anos-da-lei-10-63903/?gad_source=1&gclid=Cj0KCOjw8J6wBhDXARISAPo7QA-ciWGidy9LJapi-NvOEMDy1fjqSi5yNLEUAQ1lXmend7aR-SyjUVMaAg-IEALw_wcB
- PEREIRA, A. M. História e Cultura Afro-Brasileira: parâmetros e desafios. Tempo e Presença (Impresso), v. 337, p. 30-32, 2004
- Lei Federal nº 11.645/08. Disponível em: https://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf

A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E A SOWETO¹

Danilo de Souza Morais

Sociólogo e professor. Doutor em sociologia pela UFSCar (campus São Carlos - SP) e docente na FHO (Araras - SP). Também milita na CONEN e a representou no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), eleito pelos/as pares em uma das vagas da sociedade civil, entre 2011 e 2014.

A Soweto, enquanto organização que integra e é das principais impulsionadoras da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)², no associativismo negro contemporâneo tem reconhecida contribuição à reivindicação e proposição de formas para reorientar as ações estatais

de intervenção em saúde, visando a conquista e garantia efetiva do direito à saúde também para a população negra no Brasil.

Com este ensaio, em perspectiva compreensiva, argumento que a demanda da *saúde da população negra* pode ser considerada indissociável mesmo da genealogia da Soweto - Organização Negra. Desenvolvo este argumento, primeiramente, a partir de elementos histórico-cronológicos mais recentes (a instituição da PNSIPN, já no século XXI), sigo para apontamentos de revisão da própria trajetória inicial racializada das políticas de saúde no país (hegemonizadas pela matriz higienista desde fins do século XIX e início do XX) – o que demanda o reconhecimento de como produzem a subalternização dos não brancos –, para terminar com destaque ao período entre fins dos anos 1980 e início dos 1990 – em que o município de São Paulo adota o chamado “quesito cor” nas informações do campo da saúde –, pois este é o contexto do documento que emergiu do acervo da Soweto para informar/inspirar este texto.

1 Dedico este ensaio à memória afetiva e de lutas de um amigo e referência: Flávio Jorge Rodrigues da Silva (Flavinho), que nos deixou prematuramente em junho de 2024, no período em que finalizei o presente texto. Desde as primeiras ocasiões em que tive o privilégio de conhecê-lo (ainda no final dos anos 1990) me recorro de sua liderança assertiva e leve, com falas sagazes na análise de conjuntura. Sem arroubos de “estrela dirigente” dirimiu conflitos superficiais, em busca da unidade de ação, bem como abria divergências quando necessário e com quem fosse necessário (com certas “estrelas dirigentes”, por exemplo...), mesmo sabendo que iríamos perder naquela disputa. Mais de uma vez acompanhei a liderança de Flavinho nestas diferentes situações e a memória que fica é do lutador pela transformação social, cuidadoso com todos/as (integralmente e enquanto pessoas), com preocupação permanente em contribuir na formação de novas gerações de militantes. Esta memória, tenho certeza, não é apenas minha, mas de todas/os que tiveram a sorte de conviver com Flávio Jorge.

2 Fundada a partir do 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), na cidade de São Paulo (SP), em novembro de 1991. Em março daquele ano foi formalizada também a fundação da Soweto - Organização Negra.

Reconhecimento político-institucional

A saúde da população negra, configura-se como um signifiante de maior dimensão na institucionalidade, dentro das políticas públicas de saúde no Brasil e para atender parte das demandas do associativismo negro, com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN (2009).

A PNSIPN é reconhecida oficialmente em portaria do Ministério da Saúde em 2009 (nº 992), mas elaborada no contexto do que chamo de uma pluralização de atores sociais no Conselho Nacional de Saúde - CNS (Morais, 2016), entre os anos de 2004 e 2007. Tal período pode ser representado em alguns marcos que destacam o reconhecimento político-institucional de diferenças e desigualdades étnico-raciais na saúde, como o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra (2004) e a aprovação dos elementos básicos da PNSIPN (novembro de 2006), no Conselho Pleno do CNS. Assim, com a maior permeabilidade deste conselho para intervenção do associativismo negro e lideranças intelectuais/profissionais negras/os da saúde, contribui-se para que no referido contexto se configurasse, desde a esfera federal da administração pública, o signifiante saúde da população negra. Desde aqui a um elemento a corroborar o argumento que enunciei na abertura do texto: Maria José Pereira dos Santos³, uma das fundadoras da Soweto, era representante da CONEN no CNS, quando este espaço participativo impulsionava a formulação da PNSIPN.

A formulação da perspectiva da saúde da população negra, entretanto, leva-nos a um histórico que precede em décadas a conquista de tal institucionalização, em especial desde os anos 1980, com papel destacado de ativistas negras, do movimento de mulheres negras e que impulsionam o feminismo negro (Damasco; Maio;

3 Assistente social e mestra em psicologia social, Maria José Pereira dos Santos (1959-2013) - Majô, como também era conhecida na militância e entre amigas/os - antes da Soweto e da CONEN iniciou sua trajetória de ativismo no Grupo Negro da PUC/SP, nos anos 1980.

Monteiro, 2012). Adiante voltarei a este contexto, mas antes preciso delimitar como cheguei ao documento que brevemente será explorado na seção final, bem como tenho de realizar uma digressão, necessária para analisar a centralidade da racialização na intervenção do estado em saúde no Brasil.

O presente ensaio tinha por objetivo explorar, a partir de documentos previamente catalogados no acervo da Soweto - Organização Negra, a relação desta com a temática da saúde da população negra. Encontrei, porém, dentre os quatro (04) documentos que me foram disponibilizados, apenas dois (02) que incidiam diretamente no tema. A seguir (Quadro 1, na página 63), descrevo os documentos encontrados, com uma classificação realizada sobre estes:

Considerando o recurso documental disponível, o que se tornou viável foi explorar pistas de potencialidade compreensiva em um destes documentos: a convocação para o seminário “O Quadro Negro da Saúde - Implantação do Quêsito Cor no Sistema Municipal de Informação de Saúde” (Documento 2).

A racialização pretérita: sobre a construção da intervenção do estado em saúde no Brasil

Antes de então explorar, em perspectiva compreensiva, os nexos entre o documento destacado e a perspectiva da Soweto, faço uma digressão necessária, para negritar a relevância da dimensão racial na intervenção do estado em saúde no país.

As políticas deste campo são iniciadas ainda na 1ª República (1889-1930) e se constroem sob a prevalência da matriz discursiva higienista, que não se confunde de modo simples com a perspectiva eugenista, mas compartilha com esta um arcabouço comum: repertórios de ação em que tem destaque a marginalização e hierarquização em termos raciais.

A charge de 1907 tinha intenção elogiosa e, conforme se vê, representa a ação higienista de

Oswaldo Cruz com a retirada de pessoas com um pente, como se fossem piolhos (uma desumanização de empobrecidos, em sua maioria não brancos e moradores do morro), que estavam instalados no então Morro da Favela (onde se situa hoje o Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro), representado por uma cabeça de pessoa não branca e adoentada.

Para a modernização conservadora, projeto político vitorioso após 1930 com a Era Vargas (1930-1945), o higienismo proporciona uma solução tida como mais adequada, por comportar discursivamente um dos aspectos fundamentais de tal projeto: o imaginário do Brasil como lar de um “povo mestiço” – um dos pilares da democracia racial (configuração do racismo prevalente a partir de então), como pacto da inclusão subalterna dos não brancos na “nação” (no singular) e forjando o imaginário de unidade nacional, que compõem a hegemonia da modernização conservadora desde então (Morais, 2016).

Desde fins dos anos 1970 e nos anos 1980, uma das questões de maior destaque, nas reivindicações do reemergente movimento negro e das nascentes organizações específicas de mulheres negras, para pensar a importância dos efeitos do racismo nas condições de saúde, está vinculado aos dados sobre a esterilização de mulheres



Charge de Oswaldo Cruz na revista *O Malho*, 08 jun. de 1907, p. 20 (apud Lopes, 2000, p.22).

negras (Werneck, 2009). O resultado (desigualdade racial) da intervenção do estado em saúde no país, desvelado nesta denúncia, é exemplar de que a matriz higienista da “saúde pública” reproduzia, mesmo de modo menos explícito ou até velado, a subalternização racial preconizada na eugenia. Identificada a problemática, esta coloca em xeque a interpretação prevalente, mesmo entre epidemiologistas dos anos 1980, adeptos da reforma sanitária e defensores da construção do que viria a ser o Sistema Único de Saúde (SUS), de que seria irrelevante ou mesmo inadequado,

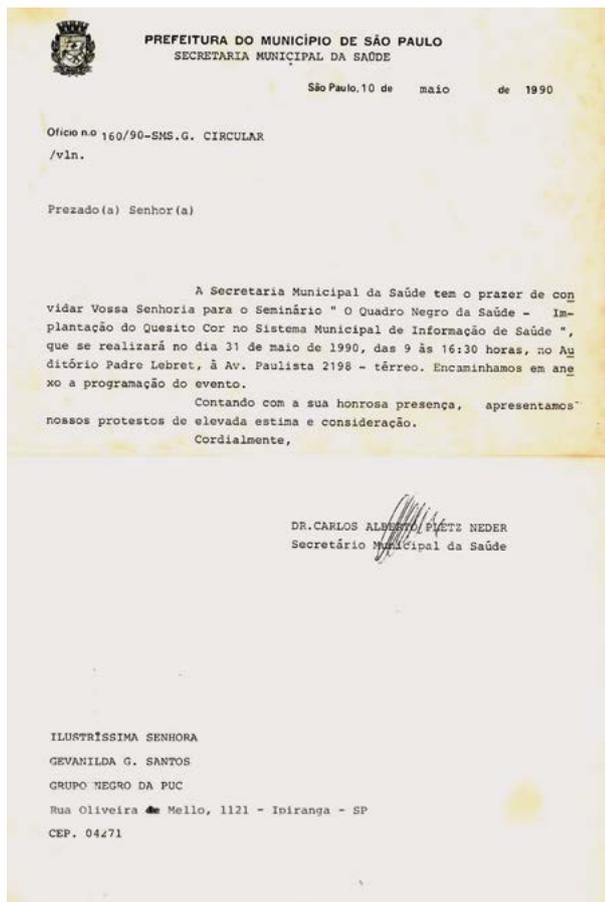
Quadro 1 – Classificação da documentação disponível

	Título do Documento	Tipo/ Finalidade	Exposição direta ao tema “saúde da população negra”	Responsável pela emissão e ano
Documento 1	Encontro Estadual de Militantes e Simpatizantes Negros do PT	Convocatória	NÃO	Comissão de Negros do PT, 1986.
Documento 2	Seminário O Quadro Negro da Saúde - Implantação do Quesito Cor no Sistema Municipal de Informação de Saúde	Ofício/ Convite	SIM	Secretaria Municipal de Saúde/ Prefeitura de São Paulo – SP, 1990.
Documento 3	Ato Afro Cultural	Ficha de inscrição para participante (não preenchida)	NÃO	Comissão de Cultura do Fórum Estadual de Entidades Negras – Vitória ES, 1990.
Documento 4	Seminário Mídia e Saúde Reprodutiva no Brasil e nos Estados Unidos	Programação do evento	SIM	CEBRAP, 1996.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do acervo da Soweto - Organização Negra, catalogado e disponibilizado pelo Projeto Afro Memória.

por exemplo, produzir dados sobre cor/raça para a construção efetiva do direito à saúde – o que destacará a potencialidade do documento que exploro na próxima seção.

Chegar à proposição de uma política de saúde a partir das décadas de 1980 e 1990, com a perspectiva da saúde enquanto um direito – gestada das lutas sociais ainda no contexto de resistência à Ditadura (1964-1985) –, em especial quando se demanda reconhecimento das especificidades (que não são sinônimo de particularismo) da saúde da população negra, tensiona então um elemento fundamental da hegemonia, pela busca em reconfigurar uma política social estratégica à modernização conservadora da sociedade nacional (a partir do Estado), ao ponto de não ser compreendida por uma parcela dos/as “progressistas” reformadores/as sanitaristas dos anos 1980.



Do Grupo Negro da PUC à Soweto: a saúde como exemplar da articulação entre a disposição conflitiva/reivindicatória e a formulação de políticas públicas

Um ofício-convite⁴ – da Secretaria de Saúde Municipal de São Paulo, dirigido ao Grupo Negro da PUC/SP e aos cuidados de Gevanilda Gomes dos Santos⁵ –, dentro do acervo, é o documento que expressou maior potencialidade, conforme interpretei, na indicação de pistas de como se imbrica a temática (saúde da população negra) à própria formação da Soweto. Tal compreensão emerge, pois o Grupo Negro da PUC/SP – formado em 1979 e atuante desde os anos 1980 (Gomes; Domingues, 2018) – foi uma organização do movimento estudantil que se pode afirmar que é um dos grupos precedentes mais relevantes para a construção da Soweto, considerando que parte significativa das/os militantes que fundaram a Soweto são oriundos desta organização de estudantes da PUC, bem como o convite em questão foi para o seminário “O Quadro Negro da Saúde - Implantação do Quesito Cor no Sistema Municipal de Informação de Saúde”.

Conforme registra a pesquisa conduzida por Cida Bento (2005), interlocutores/as atuantes na Prefeitura Municipal de São Paulo e no associativismo negro nos anos 1980 e 1990, salientam que o município foi o primeiro a adotar formalmente a medida; para a coleta da informação sobre cor/raça nos serviços de saúde, para incorporá-la e tratá-la nos dados deste campo de políticas públicas (o que será sistematizado apenas nos anos

4 Datado de 10 de maio de 1990 e identificado como Documento 2, conforme Quadro 1.

5 Destacada liderança do Grupo Negro da PUC/SP desde 1979. Na PUC fez graduação em História e ainda defendeu mestrado em Sociologia Política na mesma instituição. É professora universitária aposentada, atualmente dedicando-se a pesquisas sobre as desigualdades sociorraciais brasileiras. Com diversos livros publicados, é uma das fundadoras da Soweto Organização Negra e ainda compõe sua diretoria.

2000), para o enfrentamento do racismo. Destacam que o movimento negro local teve papel decisivo para que se considerasse a pertinência e relevância da medida. Sobre o movimento negro, o protagonismo do Grupo Negro da PUC/SP e da Soweto é salientado recorrentemente pelas/os entrevistadas/os – por seu papel na reivindicação/pressão junto à administração pública municipal, o que leva à Portaria nº 696, de 30 de março de 1990 e à contribuição na implementação do “quesito cor” na saúde da cidade, num ciclo de iniciativas do período entre 1990 e 1992 –, além da menção quanto ao papel das nascentes organizações específicas de mulheres negras.⁶

Ao apresentar uma cronologia da experiência de implementação do “quesito cor” em São Paulo, a partir também das informações prestadas por interlocutores/as entrevistados/as daquele contexto, Bento (2005) descreve que após a criação do Centro de Epidemiologia, Pesquisa e Informação (Cepi) em março de 1990, há uma

intensificação da pressão do movimento negro, em particular do Grupo Negro da PUC/SP e da Soweto, bem como de ONGs que trabalhavam com saúde da mulher, para a introdução do quesito cor na área da saúde, por meio da sensibilização do secretário Eduardo Jorge (Bento, 2005, p. 136)

Por meio do referido ofício-convite (Documento 2), acessa-se um contexto em que já se acumulava o tensionamento reivindicatório promovido pela agência do associativismo negro – para o reconhecimento de diferenças e desigualdades étnico-raciais para repensar o país. Mesmo assim, a transformação da denúncia do “racismo na saúde”, para a elaboração e proposição de políticas neste campo, bem como sua absorção em alguma medida pela institucionalidade estatal se

⁶ É consenso, na literatura especializada, a constatação da relevância das organizações de mulheres negras sobre a construção da agenda de saúde da população negra no Brasil (Werneck, 2009; e Damasco; Maio; Monteiro, 2012). Também na pesquisa de Bento (2005) este dado é corroborado no contexto paulistano, em que figuram, por exemplo, ONGs como o Geledés - Instituto da Mulher Negra e posteriormente a Fala Preta.

encontra em uma confluência contingente.

Considero esta contingência na potencialidade da seguinte articulação (Hall, 2010): a disposição conflitiva, vista na matriz discursiva antirracista agenciada pelo associativismo negro da Soweto e de uma de suas principais organizações precedentes (Grupo Negro da PUC/SP), com um repertório de ação disposto também a formular proposições (nos termos das políticas públicas, neste caso da saúde), adquirido também da formação crítica político-intelectual de lideranças que tiveram acesso à formação profissional no ensino superior. Também é relevante, nesta contingência, a permeabilidade estatal às demandas de grupos historicamente subalternizados (população negra) – considerando a experiência do município de São Paulo (1989-1992), na gestão Luiza Erundina (PT).

Esta articulação não parece se confundir com “cooptação” ou perda da autonomia relativa da organização negra frente à política institucional. Não parece também ser tratada pelo associativismo negro – a começar no Grupo Negro da PUC e em seguida com a Soweto – como expressão de demandas da população negra que deveriam ser lidas como um particularismo, mas sim se somar ao esforço para um universalismo efetivo, ou seja, não abstrato, que desse substância à pretensão da igualdade (mais adiante lida como equidade) no direito à saúde, conforme preconizará o SUS, que então deve reconhecer diferenças e pretender superar desigualdades raciais. A disputa societal e político-institucional para produzir dados públicos confiáveis, para a verificação do quadro das desigualdades raciais no Brasil, a partir do campo da saúde, é fundamental para a demanda por ações afirmativas para a população negra neste e em outros campos das políticas públicas, em especial a partir da segunda metade dos anos 1990 e início dos 2000.

Os desafios persistentes para efetivar a PNSIPN, que encontramos ainda em exemplos elementares, como nos estudos de caso que verificam que há serviços de saúde que precariamente implementam a coleta das informações de cor/raça de usuários no município (Geraldo et al., 2022), após

mais de 30 anos da portaria que instituiu o “quesito cor” nas informações em saúde na cidade de São Paulo, não retiram a potencialidade do signifi-
ficante *saúde da população negra*, para contribuir na disputa por uma noção de igualdade substan-
tiva e em termos de direitos. Compreendo que a relação entre este significante e a gênese da Soweto - Organização Negra – pela articulação que denota entre a disposição conflitiva/reivindica-
tória e o investimento político-intelectual necessário à formulação de políticas públicas –, são exemplares da contribuição desta expressão do associativismo negro e desta demanda para a construção democrática. Mesmo assim sinalizam, como interpreto, além das potencialidades, também os limites em termos transformativos da ordem social racializada, vistos na noção de igualdade substantiva subjacente à configuração político-discursiva presente na concepção de saúde da população negra.

REFERÊNCIAS

BENTO, M.A.S. A implementação do quesito cor na área da saúde: o caso da Prefeitura de São Paulo. In BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.) Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p.133-154.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, 2009.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan. 2012.

GERALDO, R. M. et al.. Preenchimento do quesito raça/cor na identificação dos pacientes: aspectos da implementação em um hospital universitário. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 10, p. 3871-3880, out. 2022.

GOMES, F.; DOMINGUES, P., Intelectuais Negras/Negros: gerações, legados e protagonismos – a Geração PUC-SP. Revista da ABPN, v. 10, n. 25, mar-jun. 2018, p.346-372.

HALL, S. Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales, Ed. Universidade Javeriana, Colombia, 2010.

LOPES, M. B. O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MORAIS, D. S. Diferenças étnico-raciais e políticas de reconhecimento: perspectivas a partir do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Educação. 2016. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2016.

WERNECK, J. (org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009.

MUDAR O MUNDO À SUA VOLTA PARA ACABAR COM O RACISMO

Gevanilda Santos

Graduada em História e mestre em Sociologia Política pela PUC-SP, professora universitária, pesquisadora das relações sociorraciais e ativista da Soweto Organização Negra.

O que é que se pode fazer para mudar o mundo? Podemos fazer mais do que se faz? Fazemos menos do que se deve? Eis uma questão, uma narrativa, um problema ou uma reflexão. Será esta a principal questão filosófica do século 21? O que dizer dos pressupostos filosóficos de mudança social do século passado? Estão ultrapassados?

No atual contexto mundial nos defrontamos com dúvidas, novidades, medos, mortes e incertezas. É o que Achille Mbembe, filósofo camaronês, definiu como a era da necropolítica do capitalismo. Sua leitura intui reflexão e urgência na mudança para reequilibrar as condições humanitárias e a sustentabilidade do planeta.

No século 20, quando surgiam tais emergências era o momento de revisitar os pressupostos teóricos de mudança social e tentar implantá-las.

Há que se revisitar referenciais teóricos importantes do século passado. Os filósofos influenciadores daquele século anunciam caminhos da mudança: reflexão, participação política, emancipação e os novos valores das relações entre os indivíduos. Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo político da Martinica, para quem a radicalidade era enfrentar os desafios da vida com a reflexão. Karl Marx, economista, advogado e

filósofo, para quem o principal fundamento e razão do ativismo não é uma ideia sobre a realidade. É a participação na política até que haja a emancipação. Não será tarefa principal revisitar aqueles pressupostos, apenas indicamos o emaranhado epistemológico exigido na reflexão.

No momento observaremos a esperança de mudança social nas ações denominadas antirracistas, aquelas protagonizadas por brancos ou negros e as ações de combate ao racismo protagonizadas pelo Movimento Negro.

A luta negra nas ruas

Inicialmente recordamos o momento em que os movimentos sociais inauguram o protagonismo democrático na sociedade civil para recompor o tecido sociocultural esgarçado na Ditadura Militar de 1964. Período em que negras e negros universitários ou não, das escolas privadas ou públicas, da capital ou interior, das periferias ou centro metropolitano, de diferentes estados se jogaram na luta de combate ao racismo e constituíram a movimentação negra daquele período. Era preciso reestabelecer os laços



cortados com os ativistas das gerações anteriores e dar continuidade à resistência negra: Vanda do Bar Rua, Dra. Iracema, Odacir Matos, Thereza Santos Correia Leite, Abdias do Nascimento, Oliveira Silveira dentre outros e outras espalhadas por todo Brasil.

O Movimento Negro fez muito nos últimos 50 anos. Legou importantes conquistas, principalmente as que fragilizaram o mito da democracia racial, a exemplo do quesito cor-raça, a resistência negra nas ruas, a contestação do apagamento da história de negros e negras, o papel das mulheres negras na história e no ativismo e a denúncia da violência policial. As reivindicações e denúncias eram para afirmar que o racismo existente corroía a qualidade de vida da população brasileira.

A movimentação nas ruas abriu caminhos para o fortalecimento da identidade negra. A aceitação, no campo institucional, do quesito cor-raça, um instrumento estatístico e avaliativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), reivindicado para auferir quantos são os negros e negras na nação brasileira, dá uma reviravolta no padrão indenitário nacional. A sociedade civil e a comunidade negra se apropriam do quesito cor-raça. Do ponto de vista da identidade, os grupos sociais seguiram orientação dos blocos afros para estampar a estética, o orgulho negro e a resistência cultural nas ruas. Outros se apegaram à movimentação “black” da sua cidade local. Cada grupo social ou organização negra, a seu modo, entra em ação e altera o padrão da identidade racial ou étnica brasileira. Nos últimos 50 anos o comportamento afirmativo da comunidade negra em relação à identidade mudou radicalmente. De recenseamento em recenseamento, o Brasil passou a ser reconhecido como o País de maior população negra fora da África. Colaborações inestimáveis às gerações futuras de afrodescendentes, negros, pretos morenos e mestiços que aprendem a auto identificação e a denunciar o racismo na vida pessoal, na escola, no trabalho, no sindicato, na política partidária da vida institucional e em todos os cantos.

A democracia racial aludida na Constituição Federal e na sociedade brasileira não era mais uma verdade absoluta. O mito da democracia racial foi sistematicamente denunciado nas ruas ao ponto de em 1988 alterarmos o preceito constitucional do racismo. De uma contravenção penal, o racismo passa a ser reconhecido e criminalizado.

A intensa presença negra nas ruas construiu, física e teoricamente, o que hoje se denomina de movimento social negro. Colaborou com os centros de pesquisas universitários para categorizar o movimento negro e as pautas nacionais. E, nesse ritmo de questionamento, estudo e pesquisa, chegamos as noções de racismo estrutural e institucional, feminismo apropriado à realidade da mulher negra e indígena, ao gênero e termos congêneres. Em decorrência disso aumentou a importância da negritude, da consciência negra, da ancestralidade, da participação na luta de combate ao racismo e ao sexismo. Hoje o Movimento Negro fulgura ao lado dos demais movimentos, como: o feminista, dos povos indígenas,

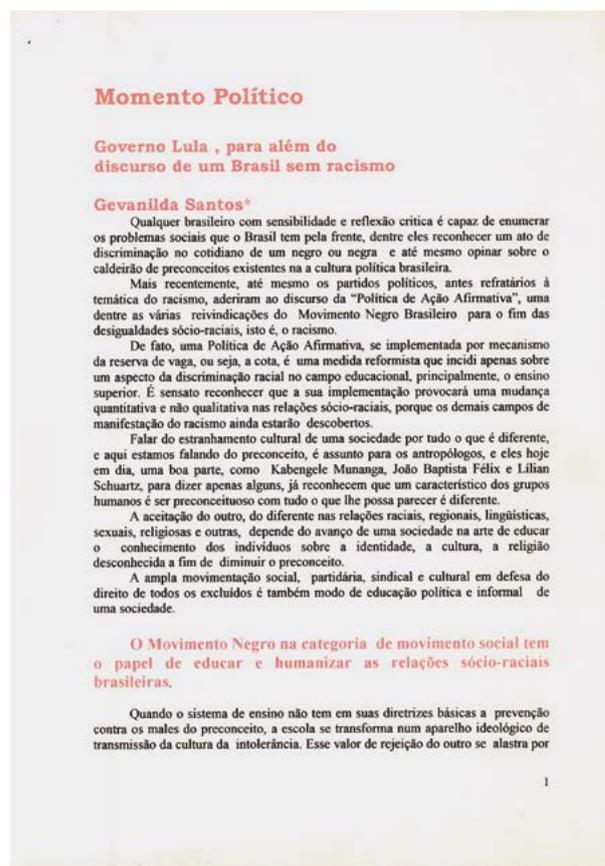
dos sem terra, dos LGBTQI+ que reivindicam cidadania plena.

As mulheres negras autonomizam suas pautas amparadas na organização específica, nos estudos e vozes de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sonia Leite dentre outras Dandaras, Chicas, Carolinas de Jesus, Ivones Laras, as quilombolas rurais e as Yalorixás dos terreiros espalhadas em todo o Brasil. E de encontro a encontro, nacionais e internacionais, de marcha em marcha destacam o papel da mulher negra no interior da comunidade, na sociedade e nas mudanças sociais. Ávidas da perspectiva estadunidense do “empoderamento”, da “representatividade” e da experiência e *know how* de Angela Davis no ativismo das Panteras Negras, elas acreditam que a própria organização é um processo revolucionário e atuam duplamente nas agendas do combate ao racismo e do sexismo.

Algum setor do Movimento Negro na etapa atual de denúncia da violência policial enveredou para o questionamento nacional: qual é o padrão de segurança pública para a população negra capaz de reduzir o encarceramento da juventude? O debate vem ganhando força na sociedade civil desde o lançamento do Movimento Negro Unificado – MNU (1978), da publicação na década de 1980 do livro intitulado Genocídio do negro brasileiro, do ativista Abdias do Nascimento, das políticas públicas em defesa da vida da juventude, qual é o papel das mulheres negras nas periferias e o debate da representatividade negra no Supremo Tribunal Federal – STF, dialogam com a violência periférica.

Correlação de forças favoráveis e contrárias ao racismo

Na correlação das forças em disputa entre as relações de raça, classe e gênero há vitórias e derrotas em todos os lados. Por exemplo, há quem defenda o pensamento conservador da inexistência do racismo atuando na manutenção do “status quo”. Repetem subliminarmente o slogan alienante: “o Brasil é um país que não tem racismo”;



“O Brasil deve apagar as marcas da escravidão e embranquecer a população a partir da mestiçagem física e miscigenação cultural”; “Os brancos, nos altos postos e escadões, aí chegaram por mérito e por isso são valorizados e desejados”; “Os negros estão nos baixos escadões, são desvalorizados e não desejados por que não têm unidade política para conquistar o poder e as demandas por igualdade são polêmicas na sociedade”.

Este pensamento reproduz um discurso ideológico que não tem correspondência na realidade. A ideologia nos parece um equívoco na medida em que concebe o racismo apenas a partir da cor da pele ou dos fenótipos humanos diferenciados. Os evidenciam para hierarquizar e classificar diferenças como vantajosas, valorizadas e belas e outras diferenças nem tanto.

Considerar o caráter fenotípico do racismo de modo unilateral induz à compreensão equivocada do papel do racismo na sociedade brasileira, na medida em que negligencia outro aspecto perverso do racismo: a pobreza. O Unilateralismo está no fato da indignação contra o racismo ser

mais evidenciada por fatores biológicos e étnico-raciais do que por fator da injustiça social. O racismo não entra na avaliação da pobreza brasileira e vice-versa. A visão de mundo liberal concebe a pobreza como uma questão social, porém não é causa da alta concentração de renda e de interesses materiais. Estimula a sociedade a ser avessa a qualquer política distributiva e admite o assistencialismo caridoso individual.

Na sociedade liberal, a pobreza é naturalizada e as soluções são empurradas para o campo da luta das classes, refratário ao diálogo profícuo. As lideranças preocupadas com este aspecto - Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Tereza Santos e outras lideranças nacionais - enfrentaram solitariamente o debate da raça e classe e das mudanças sociais necessárias para acabar com o racismo.

No outro lado da correlação de forças e na perspectiva histórica da desconstrução do racismo no Brasil é interessante compreender sua dinâmica e a fase atual. No período inicial da República o racismo era do tipo dissimulado, deixou de sê-lo e se escancarou.

Nem todos os/as brasileiros/as ou organizações têm coragem de encarar o racismo como uma coisa feia que está espalhada em todos os cantos. Cada organização ou ONG se apropriou de parte do conceito e da luta. Há fragmentação. Hoje diante do recrudescimento do racismo, comenta-se e assusta-se com o seu crescimento. Apresenta-se na forma individual, mas é instrumentalizado e dinamizado por interesses e vantagens de classes e grupos sociais camuflados nos indivíduos. Não se compreende que ele entrou no jogo dos interesses das classes sociais e é complexo, o que requer múltiplas considerações.

Os agentes da mudança e da conservação

As pessoas e as organizações aprenderam a reconhecer e denunciar o racismo em sua versão parcial ou total. São tipificadas como ativistas sociais, militantes ou percebidas como

protagonistas da luta do combate ao racismo, patriarcado e capitalismo, aspectos valorizados nas redes sociais e na sociedade da informação independentemente da atuação orgânica na luta.

Na correlação das forças em disputa nas relações de raça, classe e gênero, o pensamento conservador e contrário ao combate ao racismo aproveita as contradições, os equívocos e a morosidade em enfrentar os desafios para desmerecer e desacreditar a luta na sua totalidade. Atualmente impulsionam uma reação ideológica virulenta: o cancelamento da última etapa da luta, a violência, e a substitui pela mercantilização e consumismo do ativismo. No interior da sociedade liberal rotulam o racismo e o correspondente ativismo “antirracista” como mercadorias e os jogam na prateleira do mercado consumidor à disposição de quem souber vender ou comprá-lo.

Entre os aliados da luta antirracista, o protagonismo se fragmenta por vaidade, egoísmo ou interesse no sucesso do seu campo de atuação. Os ativistas autênticos ou denominados “roots” ou raízes passam a ser “persona non grata”, geralmente, são cancelados e deixam de receber atenção nas relações pessoais da sociedade liberal. O êxito da atuação de combate ao racismo para desconstruí-lo é proporcional ao demérito na sociedade liberal.

Desafios e novas estratégias

Em resumo, parafraseando a cronologia do racismo afirmamos a frase: “A história do racismo brasileiro é a história da luta de raça, gênero e classe”. Nesta nova etapa da luta há novos desafios.

Como enfrentar o racismo estrutural na nova etapa? Como superar a violência policial, a pobreza e a vulnerabilidade da população negra? Os lapsos do SUS na saúde da população negra? A não implementação da Lei 10639/ 2003 e 11.645/2008 na educação? Como superar as idas e vindas da lei de cotas no ensino superior se a cada vez que renasce é rerepresentada como um “bonde”? O feminicídio contra a mulher negra

agoniza diante da cumplicidade masculina? O Legislativo Federal aprova o Estatuto da Igualdade Racial e o corpo ministerial não o respeita? A intolerância religiosa é a única mediação possível nas periferias das cidades? O que fazer para viver bem, em paz e feliz?

Novos desafios pressupõem novas estratégias.

A solução ou encaminhamento dos desafios nos instiga a reflexão principal: acabar com o racismo pressupõe primeiro, abrir novos caminhos que ensejem mudar o mundo a sua volta, e, segundo, inserir no novo mundo relações de igualdade e liberdade da realidade de negras e negras? A reflexão principal estimula outras. Podemos fazer mais do que se tem feito para acabar com o racismo? Sim podemos ou *Yes we can*.

Os que acreditam e participam da resistência nas ruas, desde a histórica semana da consciência negra sob a liderança de Oliveira Silveira (RS), até as passeatas do novembro negro espalhadas em todo território nacional, entram em comunhão e dão visibilidade à perspectiva de acabar com o racismo e os retro-alimentadores. Participe.

No Brasil, em 2024, às vésperas do novembro negro, relembremos o cinquentenário do vinte de novembro ressignificado no “Dia da Consciência Negra”. A data que originalmente surgiu como uma simbologia contrária ao assassinato de Zumbi e Dandara e a destruição bélica da resistência no Quilombo dos Palmares, foi insistentemente apresentada como dia nacional de luta.

O sinal amarelo da justiça está piscando clamando emergência e preste atenção... quem negar a importância dos protestos contra o racismo nas ruas e substituir a participação política nas passeatas e atos do 20 de novembro por aceitação dos eventos midiáticos ou consumo das mercadorias slacks. Os eventos ou assemelhados denominados por ações criativas e empreendedoras viralizam nas redes sociais e dão o tom festivo ao dia 20 de novembro para cancelar a resistência negra na rua e na história. Atribuem

à vítima do racismo a responsabilidade unilateral de superar as mazelas. Inculcam a ideia da competição liberal como única via onde “cada um é estimulado a lutar por si próprio com seu mérito e fé contra todos”. Valorizam protagonistas de plantão alegando inclusão social e logo descartam. Estendem a cortina de fumaça para esconder o verdadeiro inimigo e desviar do caminho inovador dos valores capaz de dinamizar a desconstrução do racismo e correlatos.

Axé, Alafia, Amém, Salamaleico, Paz e Bem Viver a toda população.

CONJUNTURA - AS EXPECTATIVAS E DIFICULDADES DO ANO DE 2024

Flavio Jorge (“Flavinho”)

Militante da Soweto Organização Negra e do Partido dos Trabalhadores

No texto abaixo, escrito em abril de 2024 para o boletim da Soweto Organização Negra, jamais suspeitaríamos que essa seria a última reflexão e análise sobre a conjuntura político-social brasileira. Sabia do seu apreço por esse tema, que permitia abordar questões políticas, econômicas, raciais, incluindo os demais “segmentos discriminados” no país. Talvez essa seja sua marca!

No boletim da SOWETO publicado em 2023, no texto referente à conjuntura, o destaque foi a comemoração da maioria do povo brasileiro de uma importante vitória eleitoral e política com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República do Brasil.

Uma vitória que significou para nós da SOWETO e para o movimento negro brasileiro a derrota e a interrupção de um governo genocida, onde foram ampliadas a violência, a marginalização, a pobreza e a miséria que afetam diretamente a vida de negros e negras que representam mais de 56% da população brasileira.

Iniciamos o ano de 2024 lembrando os atos terroristas do dia 8 de janeiro de 2023, uma tentativa de golpe da extrema direita brasileira que questionou a legítima vitória obtida nas urnas,

com manifestações violentas em Brasília (DF), fechamento de avenidas e rodovias em cidades de vários municípios, com o objetivo de criar um sentimento de caos e de medo no país. Felizmente essa tentativa de golpe foi derrotada.

Os atos realizados em Brasília no oito de janeiro de 2024, organizado pelo Governo Federal com a participação de lideranças e parlamentares de diversos partidos, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara de Deputados dos movimentos sociais, seguido por manifestações organizadas pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo em várias capitais. Foi uma demonstração de unidade para lembrar aos golpistas que não vamos tolerar ataques as nossas conquistas, a um governo legítimo que foi eleito nas urnas e a democracia no Brasil.

Entretanto, são muitas as expectativas e o anúncio de dificuldades para o ano de 2024, no Brasil e no mundo que de forma sintética apresentamos nesse Boletim.

O segundo ano do governo Lula

O governo de união e reconstrução do país, proposto pelo atual governo Lula segue tentando recuperar uma agenda desenvolvimento econômico e político para o país.

Em condições de minoria enfrenta resistências dos representantes do centrão e dos ruralistas na Câmara e no Senado para construir essa agenda. Também convive com os limites e com as contradições de um governo eleito por uma frente ampla composta por interesses distintos e conflitantes dos partidos que ocupam Ministérios e espaços importantes no atual governo.

Tem obtido êxitos principalmente nas ações internacionais que têm sido impulsionadas pelo presidente Lula e em realizações e projetos que têm sido articulados por Fernando Haddad no Ministério da Economia.

Entretanto, a grande expectativa dos partidos, setores progressistas e dos movimentos sociais que contribuíram para derrotar a extrema direita e o fascismo e eleger o presidente Lula, é o que será realizado a partir de 2024 na direção de um projeto nacional de desenvolvimento, com crescimento econômico, com participação popular e com soluções para os principais problemas enfrentados pelo povo brasileiro: a fome, a pobreza, as desigualdades, a vida precária, os ataques ao meio ambiente e a nossa soberania.

A igualdade racial no governo Lula

No Ministério da Igualdade Racial (MIR), que é liderado por Anielle Franco e com a ampliação da presença negra em Ministérios, cargos e espaços estratégicos ainda continuamos animados com a possibilidade da garantia da desejada transversalidade das políticas de igualdade racial no atual governo.

No ano de 2023, o MIR lançou dois “Pacotes pela Igualdade Racial” com um conjunto de ações como a titulação de territórios quilombolas, o Plano Juventude Negra Viva, o Programa

Federal de Ações Afirmativas e outras medidas que consideramos importantes.

Levantamento realizado pelo Observatório de Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo indica que no primeiro ano do governo Lula foram emitidos 10 títulos em benefício de 1.163 famílias quilombolas de seis terras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Bahia e Ceará.

Deve ser destacada a sanção pelo presidente Lula da Lei 14.723, aprovada no Congresso Nacional nesse ano, que reformula e amplia o sistema de cotas no ensino federal. A nova lei de cotas muda o mecanismo de ingresso dos cotistas, reduz a renda familiar para reservas de vagas e inclui estudantes quilombolas como beneficiários.

Porém, os desafios estruturais para a promoção da igualdade racial permanecem e essas ações e medidas são insuficientes para enfrentar as necessidades da população negra brasileira diante da manutenção das desigualdades socioraciais e, infelizmente, da ampliação da violência e do racismo no país.

Além da garantia dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de um orçamento adequado no MIR para o enfrentamento dessas dificuldades. Também é necessário pela direção desse Ministério o reconhecimento e o diálogo, ainda tímido, com as organizações nacionais, regionais e locais do Movimento Negro, o principal protagonista dos nossos avanços e conquistas, em quase 50 anos de luta e combate ao racismo no Brasil.

Em 2023, o Brasil foi marcado por um alarmante número de chacinas, mortes de lideranças nas cidades e no campo, ataques a religiosos, em comunidades e territórios negros. Nesse cenário, no dia 17 de agosto de 2023, foi assassinada com 25 tiros de uma arma de fogo, em sua casa, no Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, na Bahia, Bernadete Pacífico, a mãe Bernadete, uma conhecida liderança da luta quilombola.

Nessa mesma região, o filho de Bernadete, conhecido como Binho do Quilombo, foi vassassinado em 2017, crime até o momento não elucidado.



Mãe Bernadete, na Bahia (Crédito da imagem: Brasil de Fato)

Quase seis meses depois são vários os motivos apontados por mais esse crime contra uma liderança da luta de combate ao racismo e continuamos exigindo a rigorosa apuração e a severa punição dos executores e mandantes da morte de Bernadete Pacífico.

Eleições em São Paulo

No país, em 2024, serão realizadas eleições para prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras nas cidades brasileiras. É importante destacar a importância dessas eleições na conjuntura nacional, em particular na nossa cidade.

É na cidade de São Paulo que se encontra, em números absolutos, de acordo com os dados oficiais do Censo de 2022, o maior contingente de população negra do país. São 4.980.399 pessoas negras, ou seja, 43,4% do total de 11.451.599 habitantes. E, assim como em outras cidades e capitais, em São Paulo mulheres e homens negros enfrentam enormes dificuldades nas suas condições de vida e trabalho.

Nessas eleições, com a pré-candidatura de Guilherme Boulos, as forças progressistas e de esquerda podem voltar a governar a cidade de São Paulo.

Existe também a possibilidade de ampliarmos a bancada de vereadores e vereadoras comprometidos com nossas lutas na Câmara Municipal de São Paulo.

Nós, da SOWETO, temos a expectativa de que com a possível vitória de Guilherme Boulos e dos partidos que o apoiam ser o momento de inovar na gestão pública de nossa cidade, incorporando e aperfeiçoando na igualdade racial e na superação do racismo, o que já deu certo em âmbito federal nos governos Lula e Dilma. De fazer renascer as boas práticas políticas que São Paulo já conheceu nas administrações de Luiza Erundina, Marta Suplicy e Fernando Haddad.

É o momento de podermos ampliar a cidadania da população negra, periférica, indígena, LGBTQIAPN+ e demais segmentos discriminados e de voltarmos a ter uma cidade com melhor qualidade de vida, plural, inclusiva, sem violência, mais tolerante e, principalmente, sem racismo!

Como os trabalhadores combatem o Racismo

Ato de Debates

- dia 3 de maio - **DESEMPREGO**
dia 4 de maio - **VIOLÊNCIA POLICIAL**
dia 5 de maio - **COMO OS TRABALHADORES
COMBATEM O RACISMO**

local: Sindicato dos Jornalistas
Rua Rago Freitas, 530
horário: 19:00 hrs.

Comissão de Negros do
Partido dos Trabalhadores



Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial